

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**AS ABORDAGENS DA SUSTENTABILIDADE NAS DISCUSSÕES  
SOBRE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
OBRA DE DINIZAR BECKER**

**Cíntia Agostini**

Lajeado, abril de 2008

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

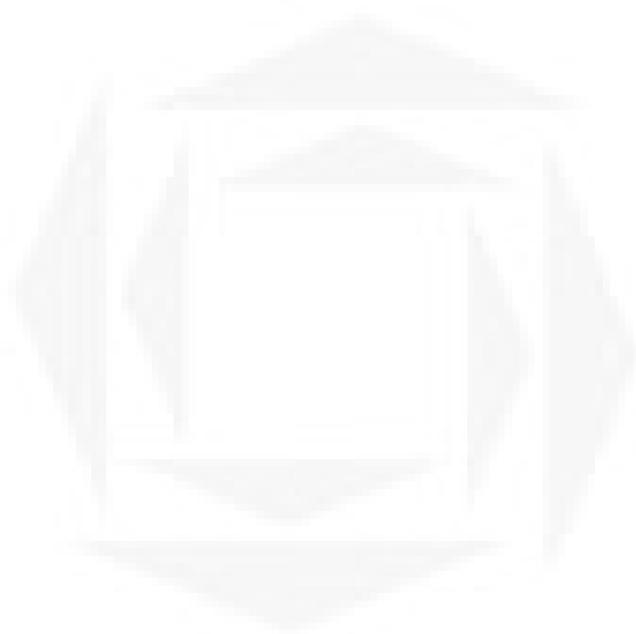
**AS ABORDAGENS DA SUSTENTABILIDADE NAS DISCUSSÕES  
SOBRE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
OBRA DE DINIZAR BECKER**

**Cíntia Agostini**

Dissertação de Mestrado apresentada para o programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Valdir Roque Dallabrida

Lajeado, abril de 2008



UNIVATES

### **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais e irmãos, ao meu marido e,  
*in memoriam*, ao professor Dinizar Becker.

## AGRADECIMENTOS

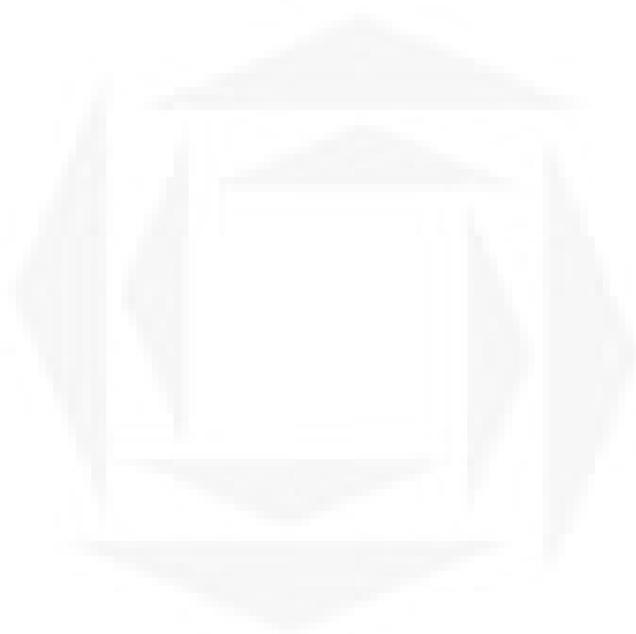
Este trabalho é resultado de esforço conjunto entre eu e meus familiares. Esforço dos meus pais e irmãos, pela compreensão e aceite da minha falta em muitos momentos durante um longo período, e do meu marido, pelo amor e abdicação de tempo comigo.

Agradeço em especial ao meu orientador, por todos os momentos de conversas, de orientações, de indicações e de cobranças, fazendo-me perceber que este era um trabalho meu e por isso exigiu de mim toda dedicação, tempo e atenção que pudesse disponibilizar.

Em especial, à esposa do falecido professor Dinizar Becker, pela disponibilidade de todo seu material para acesso e consulta durante o mestrado.

Aos professores, coordenação e colegas do Mestrado, pelos encontros, trocas, discussões e muitos momentos de aprendizado. Em especial ao professor André Jasper, pela leitura do artigo de minha autoria.

E, por fim, um agradecimento especialíssimo ao professor Dinizar Fermiano Becker, objeto de estudo desta dissertação, meu professor durante a graduação, meu líder durante anos de trabalho e mestre de toda minha vida acadêmica.



# UNIVATES

## Epígrafe

Eu aprendi na natureza olhar o universo ao meu redor  
Eu aprendi que a natureza sempre sabe e escolhe o que é melhor  
Eu nunca vi na natureza uma flor tentando ser um leão  
Eu nunca vi na natureza uma cobra tentando ser um gavião

Eu aprendi com a natureza olhar o universo ao meu redor  
Eu aprendi na natureza: somos todos parte de uma coisa só!  
Eu nunca vi na natureza um animal perdido andando sem direção  
Eu nunca vi na natureza nada nascendo e morrendo sem uma razão

Que bicho estranho que o homem é  
Passa a vida inteira sem saber quem ele é  
Que bicho estranho que o homem é  
Passa a vida inteira sem saber o que ele quer

Música “Bicho Estranho”, de Alexandre Vitali, interpretada pela Banda Homem do Brasil

## RESUMO

A presente dissertação busca identificar, classificar e analisar as convergências e divergências das diferentes concepções atribuídas à sustentabilidade na literatura contemporânea, a partir de um conjunto de autores, considerando a delimitação metodológica assumida neste trabalho. Trata-se de uma pesquisa explicativa baseada em fontes bibliográficas, uma tese teórica interdisciplinar e temporal imbricada nas atuais discussões sobre sustentabilidade. A partir de uma leitura pessoal sobre sustentabilidade e da obra do professor Dinizar Becker aborda-se a construção teórica do referido autor, tema principal desta dissertação, identificando as bases teóricas de suas obras e a sua tese, na tentativa de responder a pergunta principal: O autor Dinizar Becker tratou do tema da sustentabilidade com originalidade, com identidade própria? A partir da identificação de oito diferentes concepções de sustentabilidade - que são: à concepção de sustentabilidade a partir da ecologia natural; a concepção daqueles trabalhos que se fundamentam na descrença de perspectivas para um futuro sustentável; a concepção de sustentabilidade a partir da racionalidade econômica; a concepção de sustentabilidade a partir de uma economia baseada nas condições ambientais, a economia ecológica; a concepção de sustentabilidade a partir do cidadão; a concepção de sustentabilidade a partir do planejamento político; a concepção de sustentabilidade a partir da interdisciplinaridade, abrangendo os aspectos econômicos-sociais-ambientais-políticos; e a concepção de sustentabilidade a partir da racionalidade ambiental –, confirmou-se a hipótese central do trabalho, de que o autor Dinizar Becker tratou do tema da sustentabilidade com identidade própria, com originalidade, consideradas as diferentes abordagens da sustentabilidade presentes nas discussões de desenvolvimento.

**Palavras-chaves:** sustentabilidade; ciências sociais; desenvolvimento.

## ABSTRACT

To present dissertation it looks for to identify, to classify and to analyze the convergences and divergences of the different conceptions attributed to the sustainability in the contemporary literature, starting from a group of authors, considering the methodological delimitation assumed in this work. It is treated of an explanatory research based on bibliographical sources, an interdisciplinary theoretical theory and storm present in the current discussions on sustainability. Starting from a personal reading of the theme of the sustainability and of teacher Dinizar Becker's work the referred author's theoretical construction, main theme of this dissertation, is approached identifying the theoretical bases of their works and his/her theory, in the attempt of answering the main question: Did author Dinizar Becker treat of the theme of the sustainability with originality, with own identity? Starting from the identification of eight different sustainability conceptions - that are: to the sustainability conception starting from the natural ecology; the conception those works that based in the disbelief of perspectives for a maintainable future; the sustainability conception starting from the economical rationality; the sustainability conception starting from an economy based on the environmental conditions, the ecological economy; the sustainability conception starting from the citizen; the sustainability conception starting from the political planning; the sustainability conception starting from the interdisciplinary, including the economical-social-environmental-, political aspects; and the sustainability conception starting from the environmental rationality-the central hypothesis of the work was confirmed, that author Dinizar Becker treated of the theme of the sustainability with own identity, with originality, considered the different approaches of the sustainability presents in the development discussions.

**Keywords:** sustainability; social sciences; development.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
<b>3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TEMA DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>25</b>
3.1 O DESENVOLVIMENTO E SUAS CONCEPÇÕES.....	26
3.2 O AVANÇO PARA A QUALIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: A SUSTENTABILIDADE.....	30
<b>5 AS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>42</b>
5.1 A CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA ECOLOGIA NATURAL.....	45
5.2 A CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA INVIABILIDADE DE SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO.....	47
5.3 A CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA RACIONALIDADE ECONÔMICA.....	52
5.4 A CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA ECONOMIA ECOLÓGICA.....	55
5.5 A CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA CIDADANIA AMBIENTAL.....	61
5.6 A CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DO PLANEJAMENTO POLÍTICO.....	65
5.7 A CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA INTERDISCIPLINARIDADE DO DESENVOLVIMENTO.....	69
5.8 A CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA RACIONALIDADE AMBIENTAL.....	74
<b>6 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>79</b>
<b>7 A OBRA CONSTRUÍDA POR DINIZAR BECKER.....</b>	<b>84</b>
7.1 AS BASES TEÓRICAS DA OBRA DO PROFESSOR DINIZAR BECKER.....	89
7.2 AS PRÉ-CONDIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO: A TESE DA TRANSNACIONALIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	94
7.2.1 <i>Considerações acerca do tema da competitividade: a consolidação da tese.....</i>	97
7.3 AS POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO: A ANTÍTESE DA REGIONALIZAÇÃO.....	100
7.3.1 <i>Considerações acerca do tema da sustentabilidade: a conformação da antítese.....</i>	101
7.4 AS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO: A SÍNTESE DA FLEXIBILIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL.....	108
7.5 ALGUMAS PROPOSIÇÕES PRÁTICAS CONSTRUÍDAS A PARTIR DA OBRA DE DINIZAR BECKER.....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>126</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante milhões de anos natureza e homens conviveram pacificamente, mas tudo o que foi construído sustentavelmente no período pode estar se desfazendo em alguns poucos anos, ou melhor, em torno de um século.

Guerras, industrialização, transformação do ser humano em recurso de mão-de-obra, transformação da natureza em recurso natural e crença inquestionável no progresso técnico, na razão econômica da produtividade e do consumo, a crença nos ganhos com o crescimento econômico da sociedade moderna, marcaram o panorama deste capítulo histórico.

Nas últimas quatro décadas, nesta sociedade considerada moderna, têm surgido: aquecimento global; poluição do ar, da água e do solo; efeito estufa; destruição de florestas e perda da biodiversidade; esgotamento de recursos não renováveis; doenças epidêmicas que se imaginava terem sido banidas, como a dengue, tuberculose, febre amarela; além da alta concentração de renda e da fome e desnutrição de milhões de pessoas, entre tantos outros fatores que estão aflorando entre todas as sociedades no mundo.

Algumas nações percebem isso mais facilmente que outras. As consideradas economias maduras, dos países ditos desenvolvidos, passaram pela fase inicial do crescimento econômico e agora precisam reparar os problemas decorrentes da alta produtividade, do consumo massificado, da emissão de gases e lixo tóxico entre outros, enquanto as economias em desenvolvimento, ou ditas subdesenvolvidas, em estágio anterior, ainda precisam se preocupar com a fome, a miséria, a desnutrição, o desemprego, a corrupção e assim por diante.

Enquanto as nações se preocupam com seus problemas socioeconômicos e tentam se integrar no movimento do progresso mundial, preconizado pela globalização econômico-financeira ou transnacionalização econômico-financeira ou

mundialização dos capitais, a degradação ambiental deixa, no entanto, de ser local e toma formas planetárias, podendo tornar insustentável o padrão de vida que as sociedades contemporâneas preconizam.

A busca pela obtenção de ganhos e bens materiais e a desvinculação das sociedades com sua real inserção no Planeta Terra configuram uma crise desta civilização de cultura ocidentalizada. A modernidade cria e recria padrões de sociedades individualistas, antropocêntricos e distanciados do ambiente, da natureza, da cultura e da ética.

Apesar de descenderem da mesma raiz grega *oikos*, que significa casa, economia e ecologia distanciaram-se ao longo do tempo e agora parecem necessitar de uma reconciliação. Para alguns, como Nicholas Georgescu-Roegen, físico e economista,

[...] o destino do homem é o de ter uma vida curta, mas fogueira, em vez de uma existência longa, mas vegetativa, sem grandes eventos. De forma bem irônica sugere que deixemos a outras espécies – as amebas, por exemplo, que não têm ambições espirituais – herdar o globo terrestre ainda abundantemente banhado pela luz solar (VEIGA, 2006, p.85).

Já outros, neoclássicos crédulos na teoria econômica, acreditam que as inovações tecnológicas poderão suportar perdas de alguns recursos não renováveis e trarão as alternativas para a continuidade do crescimento econômico-material das sociedades.

Entre essas duas percepções extremas do futuro do Planeta, existe uma diversidade de pensamentos, discussões acerca do tema da sustentabilidade, deste adjetivo para o substantivo desenvolvimento - substantivo este que já tomou diversas formas, desde desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano até desenvolvimento sustentável.

Na maioria dos dicionários da língua portuguesa, sustentável é o que sustenta algo ou alguém, sustentável é o que se pode sustentar, mas neste estudo a concepção de sustentabilidade toma as formas da complexidade na qual foi criada e para que tipo de objetivo seja utilizada. Sustentabilidade pensada pela (eco)ética em Pelizzoli (2002) ou pela (eco)poesia em Unger (2000). Sustentabilidade pensada como uma construção teórico-histórica, isto é, como “uma dialética temporal”, em Morin e Kern (2005, p.11) ou ainda como uma utopia do desenvolvimento em Becker

(2002a). Sustentabilidade tratada como condição dos recursos renováveis e não renováveis para neoclássicos ou pela conservação incondicional da natureza pelos ambientalistas. Sustentabilidade entendida a partir do planejamento ou do cidadão, entendida como interdisciplinar ou racional. Entre tantas outras formas de pensar sustentabilidade, nesta dissertação se utilizou uma pesquisa explicativa baseada em fontes bibliográficas para tratar de algumas destas diferentes formas de pensar a sustentabilidade do desenvolvimento.

A escolha do tema se dá enquanto percepção de que a condição atual da sociedade, da natureza e da economia parecem estar em movimentos contrários, ou seja,

[...] não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser a superexploração da natureza; é a perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação de outriedade [no encontro com o outro] (LEFF, 2006, p.15).

Assim, o trabalho não se atém a discernir sobre os diferentes conceitos de desenvolvimento sustentável, e sim, a como este pode ser viabilizado. No entanto, percebe-se que o próprio conceito possui diversas formas, tratamentos, interações que atendem a determinado grupo em determinado momento histórico. Ou seja, deve-se ter consciência de que não há um conceito único e unânime, mas de que todos estão imbricados de ideologias e posições que atendem as necessidades daqueles que os criaram.

Mas, mesmo tendo presente que o conceito de sustentabilidade não é universal, até porque talvez não precise ser e deva sim atender as particularidades de quem o construiu, há uma presença em praticamente todas as obras, direta ou indiretamente, da percepção de que o desenvolvimento sustentável parte de um princípio de responsabilidade com as atuais e futuras gerações, atendendo as necessidades da sociedade atual sem deixar de ter presente as possíveis necessidades das futuras gerações. Essa parece ser uma concepção imbricada na maior parte dos trabalhos analisados.

Considerando que existem diferentes correntes teóricas acerca do tema da sustentabilidade nas discussões sobre desenvolvimento, o objetivo do presente trabalho é analisar se o autor Dinizar Becker, na sua obra acadêmica, tratou do tema com originalidade ou filiava-se a uma ou mais das correntes teóricas identificadas.

Para tanto, a partir da revisão e sistematização das principais abordagens sobre desenvolvimento, busca-se identificar e analisar como o tema da sustentabilidade é tratado, tendo como referência obras de autores das ciências humanas e sociais aplicadas. Posteriormente, procura-se revisar e sistematizar a obra do autor Dinizar Becker, buscando analisar como o autor trata o tema da sustentabilidade. A partir da sistematização das principais abordagens explicitadas na literatura revisada e do enfoque dado pelo referido autor, procura-se analisar a abordagem de sustentabilidade apresentada, a destacando.

Algumas perguntas norteiam este trabalho, mas os problemas de pesquisa desta investigação científica podem ser resumidos em dois: (1) Quais divergências e/ou convergências são identificadas nas abordagens do tema da sustentabilidade nas discussões sobre desenvolvimento?; (2) O autor Dinizar Becker tratou do tema da sustentabilidade com originalidade, com identidade própria?

Para tentar responder a primeira questão, outras foram feitas: (1) É possível identificar correntes diferentes nas abordagens da sustentabilidade na discussão sobre desenvolvimento?; (2) Quais são as discussões sobre desenvolvimento sustentável nas ciências humanas e sociais aplicadas?; (3) Como o tema da sustentabilidade é tratado nas ciências humanas e sociais aplicadas?

E, para tratar do tema na obra do professor Dinizar e tentar responder a pergunta que é o objetivo principal, ainda questionou-se: (1) Como o tema da sustentabilidade é tratado na obra de Dinizar Becker?

Para tanto, se conforma uma hipótese central. Considerado o exposto, tem-se, *a priori*, a partir do conhecimento que se tem de sua obra, que o autor Dinizar Becker tratou do tema da sustentabilidade com identidade própria, com originalidade, consideradas as diferentes abordagens da sustentabilidade presentes nas discussões de desenvolvimento.

Nas condições expostas, a proposta do trabalho conforma-se na forma que segue: o primeiro capítulo trata do desenvolvimento e suas concepções. Este capítulo atende a percepção de que a sustentabilidade é um adjetivo do substantivo desenvolvimento e então deve ser discernido a partir de tal. São trazidas algumas concepções mais tradicionais do crescimento econômico e do desenvolvimento até as percepções mais extremistas na inviabilidade dos modelos de desenvolvimento,

ou na condição utópica de tal conceito, adentrando também, mesmo que superficialmente, na percepção deste como atendimento das liberdades individuais e coletivas de Amartya Sen<sup>1</sup> (2000). Após adentra-se no próximo tema com a percepção de que não existe consenso e clareza sobre o conceito de desenvolvimento, nem mesmo sobre a necessidade deste consenso, mas sim, considerando que o desenvolvimento deve ser pensado por meio da viabilização de aspectos qualitativos como solidariedade, equidade e igualdade.

Por não ter clareza e conceito únicos, o desenvolvimento possibilita uma infinidade de adjetivos. Um deles, que toma forma a partir dos anos de 1980 mais fortemente, é o desenvolvimento sustentável, ou seja, a sustentabilidade como adjetivo do substantivo desenvolvimento. Essa concepção e adjetivação do desenvolvimento nascem de uma percepção desta sociedade industrial de uso intensivo dos recursos naturais e da alta produtividade das tecnologias como a forma de alcance do desenvolvimento para todas as economias no mundo. Ou melhor, a percepção até então era de que utilizar intensivamente os recursos naturais, aumentando sua produtividade por meio de inovações tecnológicas, faria com que todos os países progredissem.

Na década de 70, mostra-se que os recursos são limitados, que alguns não são renováveis e que, mesmo utilizando intensivamente todos os recursos, as economias do mundo não são mais desenvolvidas, que a pobreza e a concentração de renda continuam. Assim, a sustentabilidade aparece nas discussões acadêmicas, políticas, empresariais e do senso comum como um tema interdisciplinar que merece toda atenção mundial.

Desde esse período, e este é o tema do quarto capítulo desta dissertação, surgem às fundamentações teórico-históricas da sustentabilidade. Em algumas páginas são salientados os eventos mundiais desde os anos de 1970 até os dias atuais que discutiram e discutem a questão da sustentabilidade, a formação dos conceitos mais tradicionais e menos tradicionais, os teóricos que assumiram essa discussão e os campos de análise nos quais a sustentabilidade tem maior repercussão. Percebe-se que esta é uma discussão premente e presente em todos os eventos, sejam eles econômicos, políticos, sociais, acadêmicos ou de pesquisa,

---

<sup>1</sup> Sobre a obra de Amartya Sen pode-se ler a resenha “Uma utopia possível ou obviedades consensuais? Resenha crítica do livro “Desenvolvimento como liberdade”, de Amartya Sen”, ROCHA, J. M. Lajeado: **Estudo & Debate**. ano 8, n.1, 2001, p.251-257.

mas as questões centrais, de atendimento das necessidades das atuais e futuras gerações, da conservação da biodiversidade, entre tantos outros fatores, não são todos consensados entre países, e, mais, não são todas as decisões tomadas no campo político que realmente são efetivadas nos campos econômico, social e ambiental.

Após ter feito uma análise geral da construção teórico-histórica da sustentabilidade, o quinto capítulo deste trabalho atém-se às diferentes concepções da sustentabilidade. Para tanto, utiliza-se a proposição de delimitação metodológica exposta no capítulo segundo e nestas condições identificam-se oito concepções de sustentabilidade, tendo presente que não se tratam de diferentes conceitos, e sim, de como esses conceitos são qualificados para serem viabilizados no contexto do desenvolvimento.

As duas primeiras são concepções mais extremistas, uma delas da ecologia natural que crê e apregoa a conservação irrestrita da natureza. Advém de um grupo de pesquisadores, acadêmicos, políticos, organizações civis, dos anos de 1970, que até propôs que o crescimento econômico deixasse de existir, ou fosse zero, para a devida conservação da natureza. Esse grupo perdeu força nos anos 80 e moldou-se à necessidade de discussões mais tênues com relação à economia. Esta concepção é considerada extremista, pois a incondicionalidade de conservação dos recursos naturais não é viável na sociedade mundial.

A segunda concepção extremista é daqueles que crêem na inviabilidade de sustentação do sistema capitalista de produção. Defendem que neste sistema de produção, que ocidentalizou o mundo nas últimas décadas, não é viável ter o desenvolvimento sustentável. Alguns autores deste grupo também se enquadram em outras concepções, mas todos deixam claro que a fundamentação básica do sistema capitalista é a geração de riqueza, o acúmulo de capital, a geração de excedente e, para atingir essas condições, devem ser utilizados os recursos naturais e estes recursos, renováveis em alguns casos e não renováveis em outros, são utilizados cumulativamente. Assim, para estes, o problema atual não é viabilizar o desenvolvimento sustentável, e sim, viabilizar o desenvolvimento sustentável em um modelo capitalista de produção.

As outras seis concepções tratam do desenvolvimento sustentável como movimento possível e viável. Algumas exigem mais e outros menos mudanças da sociedade atual, mas todos enfocam prioritariamente um aspecto que deve conduzir a busca pela sustentabilidade.

Assim, a terceira concepção apresentada é a da racionalidade econômica, advinda especificamente de grupos de economistas neoclássicos que não crêem na degradação da natureza ou alcance do ápice no uso dos recursos naturais. Mostra-se como a concepção contrária à concepção da ecologia natural. Para este grupo, as inovações tecnológicas, a atuação dos agentes econômicos no livre mercado, a produção pensada por meio da alocação ótima dos recursos, tratando as questões ambientais como externalidades, farão a economia crescer sem inviabilizar os aspectos naturais. Todos, agindo racionalmente em prol de si mesmos, farão com que o desenvolvimento seja viabilizado.

Como quarta concepção tem-se um grupo, também advindo da economia, que trata da sustentabilidade a partir de uma percepção da economia ecológica. Avança com relação aos economistas da racionalidade econômica, pois enfatiza a utilização racional dos recursos, em que a produção deve sim levar em conta as questões do meio ambiente e conservar é uma necessidade de manutenção das condições de vida no Planeta. Para estes a racionalidade deve estar na valoração dos bens naturais, na produção e consumo considerados a partir da disponibilidade ambiental, considerando o natural como um dos fatores para a tomada de decisão.

Já a quinta concepção enfatiza que é somente a partir do cidadão que será viabilizado o desenvolvimento sustentável. Salienta o que chama de cidadania planetária, a qual é possível por meio de consciência da sociedade em alterar sua forma de agir, sua forma de pensar, sua forma de consumir, a partir de concepções mais sustentáveis. Este grupo de autores conforma-se com uma cidadania ambiental a partir de uma mudança ética da sociedade, mudança esta entre os cidadãos e para com o ambiente, a natureza na qual está inserido.

Em se tratando da sexta concepção, tem-se o grupo que pensa o desenvolvimento sustentável a partir do planejamento político, por meio da organização político-institucional as condições para o desenvolvimento sustentável são viabilizadas. Somente com regras de funcionamento para mediar as relações

entre os agentes econômicos e sociais na inserção destes no meio ambiente é que se viabilizará o desenvolvimento sustentável.

Já a sétima concepção toma formas mais complexas e tenta abarcar a maior parte das outras concepções, pois enfatiza o desenvolvimento sustentável a partir de um equilíbrio atual e considerando as futuras gerações no que tange às condições sociais, econômicas, políticas, éticas e ambientais. Ou seja, é por meio da interdisciplinaridade entre os diversos fatores que o desenvolvimento poderá se tornar viável, somente equilibrando todos os fatores e considerando o desenvolvimento a partir de um tripé de resultados econômicos eficientes, de importância social definida e cautela para com as questões ambientais que a sustentabilidade atual e futura conformar-se-á.

Como oitava e última concepção, identifica-se um grupo de autores que preconiza a sustentabilidade por meio da racionalidade ambiental. Esta concepção permite visão mais utópica do desenvolvimento quando afirma que o desenvolvimento sustentável será possível somente quando a racionalidade for ambiental, quando as formas de pensar, agir e viver de todas as pessoas forem pensadas a partir das questões ambientais/naturais. Imbricada em uma complexidade do conhecimento a partir da racionalidade ambiental, esta concepção pretende formar novo tipo de conhecimento, que abrange todos os outros, acima de qualquer concepção aqui apresentada, uma concepção que define novo saber, o saber ambiental a partir da racionalidade ambiental.

Identificadas às concepções de sustentabilidade, o capítulo seis atém-se a tratar das convergências e divergências dessas oito concepções. Ou seja, pretende-se neste capítulo sistematizar os enfoques localizados ao longo das leituras conforme a delimitação metodológica. Sistematizar identificando aspectos iguais e diferentes das concepções, prioritários ou não considerados, aspectos que fazem as diferentes concepções convergirem ou divergirem entre si e no grupo identificado.

Dada a contextualização do trabalho, buscando atender os objetivos de identificar teórica e historicamente o desenvolvimento sustentável, de identificar e sistematizar as concepções de sustentabilidade, o trabalho aborda em seu sétimo capítulo a obra do professor Dinizar Becker.

Para facilitar o entendimento, o capítulo é dividido em cinco aspectos: o primeiro, a identificação das bases teóricas que nortearam as discussões do autor, ou seja, neste objetiva-se analisar quais eram as fundamentações teóricas utilizadas para as teses defendidas pelo professor; o segundo trata das pré-condições do desenvolvimento contemporâneo, a tese da transnacionalização econômico-financeira identificada pelo autor e, para consolidar tal tese, identifica neste a condição de competitividade do desenvolvimento regional; o terceiro, como movimento contraditório à tese, verifica a antítese das possibilidades do desenvolvimento contemporâneo, a regionalização conformada no tema da sustentabilidade do desenvolvimento regional; o quarto, para mediar tese e antítese, apresenta a síntese da flexibilização político-institucional do desenvolvimento contemporâneo; e o quinto traz algumas considerações sobre o conhecimento que foi se materializando ao longo do tempo em discussões científicas e políticas do desenvolvimento regional.

O capítulo final traz algumas considerações acerca do tema tratado, a identificação do atendimento dos objetivos e hipóteses. Mas, como todo o trabalho científico, ficam aqui algumas respostas e muitas perguntas, temas de tantos outros trabalhos que podem vir. Entende-se que se trata de um tema complexo e multidisciplinar, que merece atenção de todos.

## 2 METODOLOGIA

Neste capítulo, em se tratando da metodologia do presente trabalho, convém discorrer sobre alguns aspectos relevantes quanto ao conhecimento científico e à ciência. “As teorias científicas são conjecturas que se apresentam como estruturas, que fornecem explicações tanto para as regularidades como para as irregularidades da natureza” (MATALLO Jr., 1989, p. 27). Considerando que estas explicações são verdades provisórias e relativas, “o progresso da ciência é idéia que comporta em si incerteza, conflito e jogo” (MORIN e KERN, 2005, p.105).

Já citava Minayo (1994) que as sociedades existem em um tempo histórico e um espaço geográfico, formando-se a partir de seu passado e projetando seu futuro, assim tornam-se dinâmicas, provisórias, mutáveis e as construções científicas destas e de outras sociedades alteram-se conforme as especificidades do período e do espaço. Na relatividade da ciência baseia o tema da sustentabilidade, pois se trata de um tema com algumas décadas de discussão, com implicações diversas nos contextos sociais, ambientais, éticos, políticos e econômicos, fazendo com que as percepções de cada cientista sejam diferenciadas.

Mas também é isso que faz com que esta dissertação seja única e o que dela resultar é “sempre o produto de uma síntese pessoal embebida na imaginação” (SANTOS, 1988, p.13). Como trabalho científico, atido a um objeto específico e reconhecido por seus pares, busca pensar, baseado em pesquisa bibliográfica, as diferentes concepções de sustentabilidade e em que condição se enquadra o autor Dinizar Becker.

Para Furlan (1989, p. 120), “o texto teórico é a expressão humana através da palavra articulada [...], são imprimidos pela marca da historicidade, ‘carregam’ os significados impressos pelo tempo e espaço em que são produzidos”. Assim, a teoria é o “resultado do esforço individual e coletivo para dar significação à

realidade, a teoria é a geradora e organizadora da cultura e das suas ciências” (SANTOS, 2002, p.18).

Vale salientar que “uma tese teórica é aquela que se propõe a atacar um problema abstrato, que já pode ter sido ou não objeto de outras reflexões” (ECO, 2005, p.11). E esta é uma tese teórica quando se propõe a tentar reconstruir alguns fundamentos teóricos baseados no tema da sustentabilidade para identificar diferentes enfoques e determinar convergências e divergências entre as proposições, além de identificar o enquadramento teórico de um autor, objeto deste estudo, ou seja, baseia-se no fundamento de reconstrução do conhecimento, na possibilidade de aprender a pensar, aprender a aprender e reaprender na construção e reconstrução do conhecimento (DEMO, 2000a; 2000b).

Mas, considerada a pouca experiência científica, corre-se o risco de, na tentativa ou pretensão de encontrar um resultado, neste caso, uma concepção ou várias concepções de sustentabilidade, corretas ou determinísticas, somente se alcançar uma explanação a partir da leitura de autores enquadrados na delimitação metodológica.

Além disso, está presente neste trabalho uma necessidade de entendimento de conceitos utilizados pelos grupos estudados, ou seja, “cada corrente teórica tem seu próprio acervo de conceitos. Para entendê-los, temos que nos apropriar do contexto em que foram gerados” (MINAYO, 1994, p.21). Por isso, utiliza-se de um capítulo desta dissertação para tratar do contexto histórico de formação das discussões atuais sobre desenvolvimento sustentável. Conhecendo, mesmo que superficialmente a história, a proposição de identificação de diferentes enfoques de sustentabilidade são mais bem compreendidos durante o trabalho.

Outro aspecto relevante é com relação à delimitação das publicações acessadas, ou seja, a delimitação de autores das ciências sociais aplicadas e ciências humanas. Por falta de conhecimento de todas as publicações, pelo determinante do prazo a ser cumprido, pelo desconhecimento de todas as obras que tratam do tema, foram escolhidas obras publicadas por autores com formação nas áreas supracitadas. Mas essa condição também faz o trabalho deixar de ter uma única linha de formação e buscar, mesmo que de forma parcial, a condição interdisciplinar de enfoques da sustentabilidade, ou seja, diferentes áreas de

formação fazem com que os autores tenham percepções diferentes sobre o referido tema.

Assim, a dissertação não avança para um conjunto complexo e transdisciplinar como proposto por Piaget *apud* Japiassu (1976, p. 75) pelo qual “[depois de cumprida a] etapa das relações interdisciplinares, podemos esperar que se suceda uma etapa superior, que não se contentaria em atingir interações ou reciprocidade entre pesquisas especializadas, mas que situaria essas ligações no interior de um sistema total, sem fronteiras estabelecidas entre as disciplinas”. Este trabalho se mantém no campo interdisciplinar de busca e acesso dos materiais que o embasam.

Ainda, o trabalho baseia-se na revisão e sistematização da literatura na área das ciências humanas e sociais aplicadas, sobre desenvolvimento, no intuito de identificar como o tema da sustentabilidade é tratado nestas ciências e na obra de Dinizar Becker. Para tanto, foi feita uma delimitação do tema a partir dos seguintes aspectos: primeiro, o recorte temporal a partir dos anos 90 quando iniciam as publicações do autor em questão, ou seja, sobre o objeto de estudo foram lidas obras publicadas a partir desta data; segundo, a delimitação a partir de autores das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas conforme critérios da Capes<sup>2</sup>; terceiro, a delimitação da revisão bibliográfica a partir de autores com suas publicações em editoras brasileiras.

A delimitação metodológica e a temporal se deram de forma clara, mas

[...] todo e qualquer corte na realidade é uma arbitrariedade, pois a realidade é única, uma e indivisível. Ao parti-la, está-se, obviamente, limitando a análise. Entretanto, sabe-se das dificuldades da análise da realidade em sua globalidade, porque a realidade é extremamente complexa (BECKER, 1994, p.23).

As pesquisas científicas podem ser caracterizadas por seus objetivos (SANTOS, 2002; GIL, 2002; PADUA, 1989), fontes (SANTOS, 2002; PADUA, 1989) e procedimento de coleta de dados (SANTOS, 2002; PADUA, 1989) ou por seus objetivos, seus níveis de abrangência, tipos de objetos e fontes e natureza dos

<sup>2</sup> Segundo os critérios da Capes, enquadram-se os autores conforme as seguintes formações: nas Ciências Humanas: Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia, Teologia; e, nas Ciências Sociais Aplicadas: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Informação, Comunicação, Demografia, Desenho Industrial, Direito, Economia, Economia Doméstica, Museologia, Planejamento Urbano e Regional, Serviço Social, Turismo.

dados, segundo Vasconcelos (2002). Ou, ainda, conforme propõe Vergara (2004), a pesquisa é dividida entre os fins (exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada, intervencionista) e meios (pesquisa de campo, laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso). Percebe-se neste contexto que, mais ou menos abrangentes, mais ou menos complexos, existem, por parte dos pesquisadores, definições e caracterizações dos tipos de pesquisas científicas.

Neste trabalho, não são feitas menções das várias formas, fontes, objetivos, tipos de dados a serem identificados no método, e sim, a discussão se além aos objetivos, formas, tipos e critérios utilizados neste trabalho científico.

Percebe-se que se caracteriza por uma pesquisa explicativa, pois, já foram ultrapassadas a pesquisa exploratória, caracterizada como uma primeira aproximação com o tema proposto, “uma pesquisa temática com foco mais amplo e aberto para a investigação de fenômenos e processos complexos e principalmente pouco conhecidos e/ou pouco sistematizados” (VASCONCELOS, 2002, p.158), e a pesquisa descritiva, considerada a descrição do tema a partir da aproximação, ou seja, a partir da pesquisa exploratória. As pesquisas explicativas já cumpriram os dois primeiros objetivos e dedicam-se a entender os porquês que tais situações ou fenômenos ocorrem e são estas que recriam e reestruturam o conhecimento. “Visa, portanto, estabelecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno” (VERGARA, 2004, p.47) e “pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos” (GIL, 1999, p.44).

Neste caso específico, identificar na literatura as diferentes concepções de sustentabilidade caracteriza uma pesquisa exploratória; descrever essas diferentes concepções avançaria para uma pesquisa descritiva; e identificar e sistematizar grupos que formam diferentes concepções, reconhecendo convergências e divergências entre estas, grupos estes identificados pela autora deste trabalho, caracterizam este estudo como uma pesquisa explicativa. Além disso, trazer à discussão como objetivo principal um objeto de estudo regional, a discussão da obra do professor Dinizar Becker, confirma a característica explicativa desta dissertação. A análise das concepções e da obra do autor permitiu criar grupos de autores

caracterizados na mesma concepção de sustentabilidade e identificar a concepção do referido autor, tema do presente trabalho.

Para tanto, não se utilizou de fontes como pesquisas de campo ou outras<sup>3</sup>, e sim, de fontes bibliográficas, considerando que as informações sobre este assunto estão compiladas e poderão ser verificadas pelo pesquisador. “Na atualidade, praticamente qualquer necessidade humana, conhecida ou pressentida, possui algo escrito a respeito. Por isso, a pesquisa com base em uma bibliografia deve encabeçar qualquer processo de busca que se inicie” (SANTOS, 2002, p.29).

A pesquisa bibliográfica deve ser compreendida segundo o que Marques (2001, p. 90) propõe: “[...] importa ler para reescrever o que se escreveu e o que se leu. Antes o escrever, depois o ler para o reescrever. Isso é procurar; é aprender; atos em que o homem se recria de contínuo, sem se repetir. Isso é pesquisar”.

O trabalho perpassou algumas fases para atingir os objetivos propostos. Primeiro, foram levantadas todas as obras do professor Dinizar Becker, identificadas suas edições e revisões, inclusive textos inéditos<sup>4</sup>; segundo, foram levantadas possíveis obras publicadas em editoras brasileiras sobre sustentabilidade. Foram verificadas primeiramente as referências utilizadas pelo professor Dinizar Becker e as referências mais citadas em publicações nacionais conforme recorte proposto; terceiro, foram identificadas as referências de autores das ciências humanas e sociais aplicadas, verificando sua formação via currículo Lattes, assim aqueles com formações diferentes das citadas acima não foram considerados no trabalho e aqueles autores que se formaram em áreas diferentes e depois seguiram para as ciências humanas e sociais aplicadas tiveram o período da publicação de suas obras considerado; quarto, foram lidas as referências bibliográficas selecionadas no recorte proposto, identificadas diferentes concepções de sustentabilidade e analisadas suas convergências e divergências de proposição acerca do tema;

<sup>3</sup> As outras formas de caracterização por fonte ou coleta de dados das pesquisas são: pesquisas experimentais ou *ex-post-factos* (a partir de depois do fato) - são dois tipos de pesquisas experimentais, utilizando-se a primeira de experiências reproduzidas para identificação do objeto de estudo e a segunda de um fenômeno natural para então analisá-lo; pesquisas de levantamentos - feitas por meio de levantamento de dados diretamente com os interlocutores sobre o objeto de estudo; pesquisas de estudos de casos - tratam de objetos específicos e individualizados a serem estudados pelo pesquisador; pesquisas-ação - diferencia-se somente por utilizar-se de um grupo de pesquisadores, e não somente de um pesquisador, atuando de forma coletiva em prol do objeto de pesquisa; pesquisas documentais - são baseadas em bibliografias não sistematizadas, utilizando-se o pesquisador dos documentos para construir seu trabalho (Santos, 2002; Vergara, 2004).

<sup>4</sup> Parte desses textos inéditos foram conseguidos com familiares do professor Dinizar e com colegas do professor que permitiram acessar as obras em construção.

quinto, foram lidas todas as obras do professor Dinizar Becker para alcançar os objetivos e responder as perguntas de pesquisa; e sexto, é apresentado o resultado do estudo exposto nesta dissertação.

No entanto, utiliza-se das palavras da autora Carvalho (1989, p. 10), esta obra “apresenta, certamente, lacunas, as quais nos parecem inevitáveis”, considerando a abrangência e complexidade do tema aqui proposto. Portanto, conforme já exposto por Santos (2002, p. 14), “o objetivo é expor e, ao mesmo tempo, expor-nos. [...]. quaisquer críticas e sugestões serão motivos de alegrias e, ao mesmo tempo, oportunidade de reflexões, correções e aprimoramentos”.

Este é um trabalho em construção e, como tal, não pode ser determinado como conclusivo. Muito antes, ao contrário, propõe-se a apresentar vários aspectos sobre o tema sustentabilidade e sobre a obra do professor Dinizar, mas, certamente, deixam-se de lado tantos outros aspectos importantes e relevantes. É uma obra construída a partir de questionamentos e que, apesar de alguns serem resolvidos nesta concepção, outros tantos foram surgindo e ressurgindo, à medida que o trabalho ia findando. Assim, pretende-se aqui abrir caminho para muitos questionamentos e discussões acerca do tema abordado.

Sua utilidade está tanto na tentativa de sistematização de obras de autores reconhecidos nas ciências sociais aplicadas e humanas como na de um autor regional, reconhecido por sua formação e atuação no Vale do Taquari e Rio Grande do Sul. Pretende-se que este seja um dos primeiros trabalhos que se utiliza da bibliografia do professor Dinizar para discutir o desenvolvimento regional, a economia política, a sustentabilidade, entre outros temas enfocados por tal autor durante sua vida acadêmica.

As limitações do método utilizado nesta dissertação, do recorte temporal (publicações a partir dos anos 90), da formação dos autores (autores das áreas de ciências humanas e sociais aplicadas), de publicação (obras publicadas em editoras brasileiras), fazem com que sejam deixadas de lado inúmeras obras publicadas em outros períodos, em outros países e por autores de outras áreas de formação. Essa escolha se deve à infinidade de obras existentes acerca do tema e por não haver tempo hábil nem entendimento para fazer a leitura de todas. Além disso, o acesso a todas as bibliografias poderia ficar prejudicado tendo presente o tempo máximo para

o mestrado de dois anos. Além dessas limitações, as leituras de todas as obras foram feitas por um acadêmico com formação na área das ciências econômicas, podendo assim ter compreendido as obras diferentemente de outros leitores.

Mas claro também fica aqui o avanço desta proposição, o atendimento dos objetivos e a abertura de outras tantas discussões acerca do tema da sustentabilidade e da obra do professor Dinizar Becker. Ficam mais perguntas que respostas e que estas sejam perguntadas e respondidas novamente, considerando que a cada momento temporal e histórico as verdades se recriam e reconstroem e as teorias são reconstruídas.

### **3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TEMA DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Ao longo deste trabalho são trazidas diferentes concepções de desenvolvimento sustentável. Partindo do princípio de que essas diferentes concepções configuram enfoques diversos para o mesmo tema, percebe-se que não há consenso entre teóricos sobre o que é desenvolvimento sustentável. Inclusive, questiona-se a necessidade de clareza do conceito, ou seja, se deve mesmo haver um conceito único, geral e aceito por todos que dele se utilizam. Assim, também, há aqueles que preconizam a diversidade de utilização do termo sustentabilidade como salutar no contexto do desenvolvimento.

Mas, antes mesmo de serem examinadas as diferentes concepções do desenvolvimento sustentável, há um questionamento do que é o próprio desenvolvimento e de como este é visto no contexto da sustentabilidade. Ou melhor, breve contextualização da discussão sobre o desenvolvimento parte dos princípios da definição do desenvolvimento até a utilização deste termo para a diferenciação entre as economias dos países.

Para tanto, são utilizados alguns autores que tratam da questão do desenvolvimento, contextualizam suas concepções e atentam para a discussão do desenvolvimento econômico-social. Tendo em vista que as considerações teóricas sobre desenvolvimento, historicamente, são anteriores às discussões sobre os conceitos e as possíveis concepções sobre desenvolvimento sustentável, o objetivo deste capítulo é trazer breve e geral apanhado sobre o que é crescimento econômico, o que é desenvolvimento e se este pode ter uma qualificação que se chama de sustentabilidade.

### 3.1 O desenvolvimento e suas concepções

Na literatura contemporânea tem-se um entendimento de crescimento econômico e desenvolvimento econômico vinculados a resultados socioeconômicos. Usualmente se faz confusão entre crescimento e desenvolvimento, tendo o primeiro seus resultados medidos quantitativamente e o segundo seus resultados medidos qualitativamente. O que quer ser dito com essa afirmação é que, quando se fala em crescimento econômico, se fala em resultados quantitativos da produção agregada, do consumo agregado, ou seja, do resultado matemático do crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo. Demonstra-se nesse contexto que os resultados medidos são unicamente numéricos e generalistas, não trazendo indicadores que evidenciem resultados qualitativos como proposto pelo conceito tradicional de desenvolvimento.

Explicitando melhor, a concepção de desenvolvimento contempla, além do crescimento econômico, indicadores que demonstram resultados das condições sociais dos indivíduos no que se refere à qualidade de vida da população. Para tanto, a alocação de recursos via políticas públicas nos diferentes setores da economia objetiva melhorar indicadores socioeconômicos como pobreza, desemprego, desigualdades sociais, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Esses são os conceitos tradicionais, utilizados comparativamente entre economias, considerados nas decisões de políticas públicas e ratificados nos indicadores gerados pelas economias mundiais como IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, IDS – Índice de Desenvolvimento Social e outros indicadores locais que buscam apontar os resultados para “uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade” (VEIGA, 2006, p.23). Mas esses ainda são resultados quantificados de qualidades das sociedades.

Apesar de aceitos e institucionalizados mundialmente, os indicadores apresentados a cada período não demonstram em sua totalidade as condições para

a busca do desenvolvimento tradicionalmente concebido, tanto é que, mesmo sendo positivos os resultados para algumas economias, não se tratam de condição plena da melhoria da qualidade de vida da população. Os indicadores não são medidas exatas e fiéis do desenvolvimento de cada economia, até porque contemplam componentes culturais e sociais que apresentam critérios que privilegiam diferentes qualificações do desenvolvimento. Ou seja, para alguns países as condições de vida da população caracterizar-la-ia como desenvolvida, mas na comparação com outros países, que preconizam outros resultados como relevantes, essa mesma economia pode ser considerada subdesenvolvida<sup>5</sup>.

Já afirmava Buarque (1993, p. 58) que

[...] de todos os objetivos do século [XX], nenhum foi mais desejado e plenamente realizado do que o sonho de um mundo rico e integrado. Apesar disto, a integração e a riqueza trouxeram um sentimento de fracasso. Em lugar de um Primeiro Mundo global descobriu-se que o mundo integrado não passa de um imenso Terceiro Mundo. Considerada em seu conjunto, a Terra do final de século apresenta os mesmos indicadores de um país do Terceiro Mundo. A Terra é um planeta subdesenvolvido; um planeta de Terceiro Mundo.

Considerada a situação exposta, é possível questionar o próprio conceito de desenvolvimento, ou melhor, o próprio desenvolvimento. Morin e Kern (2005, p. 78) salientam que o desenvolvimento possui dois aspectos, um deles, que se trata de um mito global “no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar” e o outro, que tem compreensão redutora de desenvolvimento, “em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais”. Ou seja, uma percepção economicista que deixa de lado fundamentos humanos e a percepção de liberdade de escolhas. Para Morin e Kern (2005), a concepção de desenvolvimento é subdesenvolvida, pobre e abstrata, pois não é possível determinar se os indicadores utilizados atualmente demonstram a felicidade, a

<sup>5</sup> Para Sen (2000, p. 18), desenvolvimento só é possível com liberdade, sendo estes os termos usados no texto para fazer as distinções citadas: “Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdade políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade”.

qualidade de vida dos indivíduos e mais, basear-se somente no crescimento econômico como pré-condição para a busca do desenvolvimento, deixa de lado tantos outros fatores determinantes da condição da sociedade atual.

Um exemplo claro é a relação dos países do Norte e Sul, economias crédulas na noção do desenvolvimento que demonstram ao final do século XX as desigualdades mundiais de riqueza, de acesso a bens, ao lazer, a tecnologias, ou seja, aos frutos do desenvolvimento. “A separação Norte-Sul é tão enorme como sempre e as perspectivas são sombrias”, afirma Sachs (2002, p.59).

Para Sen (2000, p.17), “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, liberdades reais entendidas como o acesso à saúde, à educação, ao livre mercado, às condições mínimas de nutrição e alimentação e aos direitos civis de cada cidadão. Ou seja, o desenvolvimento só é válido se possibilitar a liberdade dos indivíduos e se visto como um processo que abarca todas as liberdades e que as expande ao longo do tempo. Assim, a concepção de desenvolvimento de Sen (2000) vai além do conceito tradicional de indicadores qualitativos das sociedades ou da crítica na relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, afirmando que só é possível desenvolvimento com liberdade.

Retomando Sachs (2002), o autor propõe recontextualizar desenvolvimento “como apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente” (p.60). Na mesma linha Morin e Kern (2005, p.83) afirmam que “é preciso rejeitar o conceito subdesenvolvido do desenvolvimento que fazia do crescimento tecno-industrial a panacéia de todo desenvolvimento antro-po-social, e renunciar à idéia mitológica de um progresso irresistível que cresce ao infinito”.

Assim, para possibilitar a diferenciação do desenvolvimento para com o crescimento econômico, as condições a serem atingidas são igualdade, equidade e solidariedade (SACHS, 2004). Ou seja, em vez de aumentar o que é produzido, o objetivo maior é a distribuição equitativa dos resultados do que é produzido pelo conjunto da sociedade (MENDES, 1995).

Diante do exposto até o momento são identificadas concepções sobre desenvolvimento que perpassam os conceitos tradicionais de crescimento

econômico e desenvolvimento, as concepções incrédulas nos resultados do desenvolvimento, além daqueles que crêem que desenvolvimento vai muito além de relações econômicas e relaciona-se com as conexões de liberdades de cada indivíduo, nas relações de democracia e cidadania das sociedades.

Essa contextualização demonstra que os dados e indicadores utilizados mundialmente para determinar países desenvolvidos e países subdesenvolvidos são insuficientes, não demonstram todos os aspectos a serem considerados no desenvolvimento. E mais, se é aceito que desenvolvimento é uma relação de igualdade, equidade e solidariedade, não se tem condições atualmente de afirmar quais são os países desenvolvidos, já que não são medidas de forma plena essas dimensões.

Há aqueles que afirmam que o desenvolvimento é um mito (ARRIGHI, 1997; FURTADO, 1974), um mito que não pode ser alcançado e que sua busca é ineficaz. Mesmo aceitando que desenvolvimento não é um mito e sim, uma condição a ser buscada, percebe-se que, no mínimo, “o desenvolvimento tem sido exceção histórica e não regra geral” (VEIGA, 2006, p.165).

Considerando, portanto, as condições de igualdade das sociedades e equidade das sociedades e de solidariedade com as atuais e futuras gerações, aproxima-se de uma condição desenvolvida de liberdade de escolha dos indivíduos, mas não se chega ao ponto de poder analisar e comparar o desenvolvimento entre economias.

Não são estes e os outros fatores citados até o momento que possibilitam afirmar que algumas economias são desenvolvidas e outras não. Somente cada sociedade, com seu conjunto de cidadãos, conseguirá determinar o que é ser desenvolvido para si. Ou seja, “a cidade [ou o país] é o local onde este se integra à sociedade” (CAMARGO, 2005, p.205) e é nesta que as condições econômicas, sociais, políticas, éticas e ambientais alteram-se, conforme as culturas, as formações sociais de cada conjunto de indivíduos. O que é ser desenvolvido para um pode não o ser para outro.

Dallabrida (2007) afirma que o desenvolvimento territorial, que pode ser considerado sinônimo de desenvolvimento regional, é concebido a partir das diferentes dimensões do local, da região, as dimensões econômica, social, cultural,

ambiental, política, natural, que supera a dimensão econômica e orienta-se pela ação dos cidadãos agindo em prol do interesse coletivo.

Com isso, seria possível afirmar que o desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2007, p.13).

Mesmo sem clareza sobre o conceito de desenvolvimento, mas aceitando que este é uma condição qualitativa, seja ela de resultados de felicidade, de qualidade de vida, de liberdade ou de solidariedade, este tomou para si diferentes adjetivos, como desenvolvimento econômico, desenvolvimento cultural, desenvolvimento social, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, e assim por diante.

Em suma, tratar da sustentabilidade do desenvolvimento é levantar aspectos multifacetados, dialéticos e até contrários de uma mesma palavra, que assume para si diferentes formas, diferentes contextos, diferentes configurações. Por isso alguns questionam a efetiva existência do desenvolvimento e da sustentabilidade; outros, a necessidade de haver clareza, considerando que talvez seja melhor essa multiplicidade de concepções e aspectos para tratar de tais questões. Mas o que parece estar claro é a necessidade de considerar o meio ambiente, em qualquer análise, como condição necessária para a sobrevivência das espécies.

### **3.2 O avanço para a qualificação do desenvolvimento: a sustentabilidade**

Até fins da década de 60 as discussões sobre desenvolvimento, sobre indicadores de desenvolvimento, sobre o que é desenvolvimento, sobre quem é desenvolvido ou não deixaram de fora um componente que buscou seu espaço à luz dos resultados vistos em nosso cotidiano: o meio ambiente, a ecologia, a sustentabilidade do desenvolvimento. O componente ambiental não era tratado até então ou tinha seu papel diminuído no contexto das discussões.

Para Ferreira e Ferreira (1995, p. 15), “até a década de 70, o país [os países] realizava[m]-se no mito desenvolvimentista e a questão ambiental, sob a perspectiva de valores predatórios, era tratada como a antítese do desenvolvimento nacional”. A natureza servia exclusivamente para retirada de seus recursos, condição necessária para a produção e consumo das sociedades. Nesse contexto, é nítido o papel da tecnologia “no processo de mudanças radicais que ocorreram nas sociedades humanas [ao longo das décadas]” (LUSTOSA, 2003b, p.155). O uso dos recursos naturais acentuou-se e sua velocidade de utilização foi sendo cada vez mais rápida. Além do uso mais intensivo desses recursos, os rejeitos do processo aumentam e provocam danos ambientais locais e globais<sup>6</sup>. A tecnologia é resultante e resulta de aumento de produtividade, maiores escalas de produção, ou seja, aumento contínuo da produção para atender maior consumo da sociedade, não somente por aumento da população, mas também por aumento do consumo *per capita*.

As empresas dificilmente realizam investimentos que preservem o ambiente sem serem induzidas por alguns fatores. Lustosa (2003b, p.171) identifica quatro fatores indutores de investimentos:

[...] as pressões das regulamentações ambientais, as pressões dos consumidores finais e intermediários, as pressões dos *stakeholders* [grupos de indivíduos que podem afetar a organização, pessoas preocupadas com as questões ambientais que pressionam as empresas] e as pressões dos investidores.

Mas, à medida que o desenvolvimento não se concretiza, ou seja, mesmo utilizando ao máximo os recursos naturais, utilizando-se de mais e melhores tecnologias, as sociedades não melhoram a sua qualidade de vida de forma equitativa entre as populações. O mundo vê cada vez com mais clareza a devastação da natureza, a pobreza e a concentração de renda e não os ganhos preconizados pela defesa do desenvolvimento.

Ainda há aqueles que questionam se necessariamente o desenvolvimento precisa ter o adjetivo sustentável. No entanto, demonstra-se necessário quando as proposições para o desenvolvimento levam em conta os aspectos econômicos, sociais e deixam de lado aspectos ambientais. Há de se considerar que sem os recursos naturais, sem o ambiente, não existem condições para o crescimento

---

<sup>6</sup> Danos ambientais locais correspondem à degradação de solo e rios e danos ambientais globais, ao aquecimento global.

econômico e a melhoria da qualidade de vida. Essas são conseqüências do uso dos recursos naturais, sejam eles de forma adequada ou não.

Além disso, nem se tem clareza do que é uso adequado dos recursos naturais. Enquanto para alguns, como defensores da natureza, o uso adequado é a conservação de todos os recursos, para outros, é possível e viável a recuperação e restauração de recursos utilizados, e há alguns para os quais os recursos ainda são considerados infinitos e devem ser utilizados em prol da sociedade e que a tecnologia encarregar-se-á de melhor utilizá-los.

Nesse contexto surge a possibilidade de a sustentabilidade se tornar tema de tantas discussões e tomar para si o substantivo desenvolvimento como um processo dinâmico de melhoria, que implica em evolução, em avanço, e se posiciona como a condição para o desenvolvimento sustentável para qualquer sociedade. Minc (2005) e Martine (1996) trazem alguns exemplos que tornaram esse o principal tema das discussões mundiais: efeito estufa provocado pela emissão de gases tóxicos e poluição do ambiente; deterioração da camada de ozônio; empobrecimento de ecossistemas com introdução de monoculturas; supressão de espécies animais e vegetais; uso intensivo de agrotóxicos; caça predatória; despejo de efluentes industriais na natureza; uso de armas nucleares; desmatamento; uso intensivo de combustíveis fósseis; descaracterização e extermínio de povos indígenas; desnutrição e fome em todos os povos; escassez de água potável; entre tantos outros fatores que provocaram olhares mais atentos do mundo.

Sustentabilidade tornou-se o tema da moda: “as palavras mágicas no momento referem-se a tudo que diz respeito aos termos sustentável e sustentabilidade” (RUSCHEINSKY, 2004, p.15). Consiste num conceito amplo e com muitas variações com vistas a atender aos mais variados objetivos de acordo com o interesse demonstrado em cada situação.

Para Rattner (1994, p. 36),

[...] a incorporação da dimensão ambiental nas estratégias e nos projetos de crescimento da economia não representa uma condição suficiente nem para o desenvolvimento sustentável, nem para a melhoria ambiental das condições de vida dos pobres e deserdados.

Essa questão se coloca como o desafio da proposição do desenvolvimento sustentável, encontrar formas de favorecer uma relação equilibrada entre a

sociedade e a natureza (LEIS, 1991). Vários grupos discutem a questão ambiental, principalmente após a década de 70, mas a condição básica está nos interesses em que cada um toma para si sobre a sustentabilidade, se por interesses somente financeiros ou consciência da necessidade do equilíbrio ambiental, entre outros. Leis (1999, p.32) afirma que “[...] o meio ambiente, praticamente invisível para a política até pouco tempo, nos obriga hoje a pensar (ou repensar) seu lugar dentro de qualquer teorização política contemporânea”.

Apesar de expressadas e propostas de forma diferente, há um consenso entre Sachs (2002), Cavalcanti (1995), Leis e D’Amato (1995), Leonardi (1995) de que é necessária uma consciência imediata da relevância das questões ambientais no contexto do desenvolvimento. Respeitar a diversidade, restringir as atividades de acordo com a capacidade de regeneração ambiental, contextualizar o ambiente nas proposições econômico-sociais-políticas são condições para um futuro sustentável.

Enfim, o termo desenvolvimento sustentável está sendo redefinido a cada momento para tentar compor os mais diferentes aspectos da vida, desde concepções puramente ecológicas até aquelas determinadamente econômicas. Em uma infinidade de concepções o “desenvolvimento sustentável tornou-se um complexo tema transdisciplinar que proporciona um estudo interessante das restrições e das armadilhas da vida moderna. Haveria então uma definição geral de desenvolvimento sustentável aplicável a todos os casos?” (MAWHINNEY, 2002, p.9). E mais, há mesmo a necessidade de um desenvolvimento sustentável único e exeqüível para todas as sociedades, ou o desenvolvimento sustentável deve ser resultado de uma busca de cada sociedade por um equilíbrio das suas condições de vida e das condições de vida das outras espécies?

Antes de avançar nas questões acima expostas, o próximo capítulo abordará os aspectos teóricos e históricos de formação das concepções da sustentabilidade. Para se chegar às considerações atuais das concepções identificadas para a sustentabilidade, serão trazidas as condições de formação históricas para o desenvolvimento sustentável. Atualmente examinam-se os conceitos e as formas de se alcançar o desenvolvimento sustentável e historicamente será identificado como os conceitos foram trazidos, discutidos e identificados por diferentes grupos.

## 4 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICO-HISTÓRICAS DA SUSTENTABILIDADE<sup>7</sup>

Até os anos 70 do século XX o cenário mundial era marcado por duas correntes extremistas no que tange às questões ambientais. Um grupo de defensores da natureza, os ambientalistas dos anos 60 e 70, consideravam a hipótese de crescimento zero como a melhor alternativa para a manutenção do Planeta (LEIS, 1999). Eram ecologistas, biólogos, cientistas, políticos, ativistas de entidades não-governamentais que buscavam em fundamentos éticos<sup>8</sup> a determinação da não intervenção do homem na natureza. Do outro lado estava o mercado, com seus economistas, administradores, governantes, enfatizando que somente o crescimento econômico era a alternativa para a sociedade. Difundia-se a idéia da Sociedade do Bem-Estar, baseada no desenvolvimento capitalista, gerando para a população maior renda, segurança, direitos trabalhistas, criando um círculo virtuoso de consumo, no qual o Estado regula, planeja, produz e coordena o processo de acumulação.

Vários modelos desenvolvidos nos anos 70 sugerem, assim, que o esgotamento progressivo dos recursos não-renováveis poderia não impedir um crescimento sustentável desde que, sob o efeito do progresso técnico, a elasticidade de substituição entre capital reprodutível e recursos naturais permitisse se compensar a rarefação dos recursos. Bastaria, em particular, que o ritmo de progresso técnico aumentando a eficiência do emprego dos recursos naturais fosse superior à relação fluxo de recursos consumidos/reservas para que uma trajetória sustentável possa ser indefinidamente seguida (TOLMASQUIM, 1995, p.335-336).

Esse período se caracterizava por movimentos contrários, ambientalistas de um lado defendendo o ambiente, a natureza e o mercado de outro, buscando o desenvolvimento econômico no intuito de propiciar a qualidade de vida para a sociedade.

<sup>7</sup> Numa primeira versão, o tema deste capítulo foi abordado em artigo encaminhado para publicação na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, publicação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>8</sup> Ética aqui é entendida como “ética sócio-ambiental, como postura humana de defesa e sobrevivência, a partir das formas renovadas de relações com o outro” (Pelizzoli, 2002, p. 12).

Em fins dos anos 60 surgem os primeiros indícios de mudanças na percepção ecológica contrária ao desenvolvimento. Movimentos fundem-se e os ambientalistas começam a admitir a possibilidade de conciliar o desenvolvimento sustentável com o crescimento da economia, enquanto o mercado começa a perceber o movimento ambiental como uma necessidade para a própria manutenção da sociedade, do atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometer as necessidades das futuras gerações.

Em 1969 formou-se um grupo de discussão para tratar das questões da sustentabilidade. Foi chamado de Clube de Roma e considerava como base de seus trabalhos os processos industriais, o aumento populacional, a poluição e a diminuição dos recursos naturais. Afirmava que os limites do crescimento no Planeta seriam alcançados dentro de um século (BRÜSEKE, 1995). Traziam as discussões sobre a sustentabilidade do sistema, mas enfatizavam somente o atendimento das necessidades materiais da sociedade. Para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, os autores do grupo propõem o congelamento do crescimento da população e do capital industrial. Rediscutem a teoria de Malthus<sup>9</sup> relacionando os problemas ambientais ao crescimento da população e partem do princípio da tese de crescimento zero como alternativa à manutenção do Planeta.

No ano de 1972, na cidade de Estocolmo, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Para o grupo, as conclusões centrais perpassaram a convicção da existência de problemas ambientais globais e que urgentemente deveriam ser avaliados (LEIS, 1999). Dessa forma, tornava-se necessário considerar o cenário ambiental como cenário mundial, a interdependência dos Estados, dos mercados, das populações, das ações de alguns influenciando nas reações de outros, mas que as respostas para tais questões não estavam nas relações bilaterais entre países e sim, na consideração de uma perspectiva global de cooperação entre nações. As relações entre países ricos e pobres eram enfatizadas nestas situações. Suas análises focavam a questão populacional e uso racional dos recursos naturais, avançando consideravelmente quando da afirmação de que a sustentabilidade é uma questão global e não local e que as soluções também devem ser consideradas de forma global. “O eixo da conclusão de Estocolmo-72 foi a

---

<sup>9</sup> Thomas Malthus, nos anos de 1700, criou uma Teoria da População, pela qual afirmava que enquanto o crescimento da população crescia de forma geométrica, o crescimento da produção se dava de forma aritmética, sendo o crescimento populacional a causa dos problemas econômicos.

comprovação da existência de problemas ambientais globais urgentes” (LEIS, 1999, p.149).

No ano seguinte à Conferência, Maurice Strong emprega pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento, e este é utilizado por Ignacy Sachs para desenvolvimento de suas teorias, sendo discutido até a atualidade. Para Sachs (2002), o ecodesenvolvimento interagia com vários outros aspectos, que não somente ambientais, na busca pelo verdadeiro desenvolvimento (LEIS, 1999). Suas proposições tomam formas complexas e distinguem-se por duas críticas marcantes à contemporaneidade: uma, a crítica às distinções entre o crescimento dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, países do Norte e Sul; e outra, a crítica ao tipo de progresso gerado pela modernização industrial.

Sachs (2002, p.31) propõe seis aspectos que deveriam guiar o caminho do ecodesenvolvimento:

[...] a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação.

Já a Declaração de Cocoyok foi resultado de reunião da UNCTAD – Conferências das Nações Unidas sobre Comércio – Desenvolvimento e UNEP -Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas em 1974. Propunha avaliar os limites dos recursos naturais, considerados externos, e dos direitos da sociedade, considerados internos ao processo, enfatizando a explosão populacional como uma das causas da pobreza dos países subdesenvolvidos, diretamente, e o exagero do consumo nos países desenvolvidos, indiretamente, como as causas da destruição ambiental dos países do Terceiro Mundo (LEIS, 1999). Propositivamente, os países industrializados deveriam baixar seu consumo e sua participação na apropriação da natureza, para minimizar os desequilíbrios ambientais.

Tal Declaração demonstrou bom senso com relação às discussões das décadas anteriores entre ambientalistas e economistas. “As alternativas já não eram o apocalipse, por um lado, nem as soluções fáceis tecnológico-burocráticas, por outro lado” (LEIS, 1999, p.148).

Para complementar, o Relatório Dag-Hammarsköld, de 1995, foi um aprofundamento da Declaração de Cocoyok. Parte de um otimismo que se baseia no desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças, ou seja, das forças das massas menos privilegiadas, dos povos do campo. A forma radical que a Declaração de Cocoyok e Dag-Hammarsköld trata das relações agrícolas, das propriedades no campo delinea a necessidade de controle dos produtores sobre os meios de produção.

O mais conhecido e discutido relatório é, no entanto, o de Brundtland<sup>10</sup>, introduzido em 1987 pela Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tal relatório insere no contexto da proposição questões éticas enfatizando a responsabilidade com a sociedade atual e com as gerações futuras. Apresenta uma relação de medidas para os Estados nacionais, que limitem o crescimento da população, diminuam a pobreza, preservem a natureza, diminuam o consumo de energia por meio de tecnologias limpas, ou redução efetiva do consumo, controle da urbanização e aumento da produção industrial em países subdesenvolvidos (BRÜSEKE, 1995).

Esse relatório mostra elevado grau de realismo se comparado aos outros relatórios e documentos produzidos no período, “nem propaga a dissociação ou a estratégia da *self-reliance* [crescimento pelas próprias-forças] nem a despedida do crescimento econômico” (BRÜSEKE, 1995, p.33). Mas deixa de tratar ou avançar em vários aspectos viabilizadores do desenvolvimento sustentável, descreve o consumo mínimo, mas não o máximo, quer crescimento tanto nos países subdesenvolvidos como nos industrializados e identifica que a superação do subdesenvolvimento depende do crescimento contínuo dos países industrializados.

O documento possui uma visão complexa das interações entre economia, tecnologia, sociedade e política, apresenta relação de proposições para atendimento das gerações atuais e futuras: propõe os limites do crescimento da população e do uso de energias; as garantias de alimentação das populações ao longo do tempo, a preservação da biodiversidade, o desenvolvimento de tecnologias limpas para a produção, limitação das concentrações urbanas e as necessidades básicas

---

<sup>10</sup> “O relatório Brundtland, nome do Primeiro-ministro Gro Harlem Brundtland, da Noruega, membro da comissão, criou um neologismo, *sustained development*, ou seja, desenvolvimento sustentável, para se referir às opções de desenvolvimento das futuras gerações” (Panayotou, 1994, p. 11).

atendidas em todos os povos (BRÜSEKE, 1995; FERREIRA e FERREIRA, 1995; VIOLA e LEIS, 1995; BARBIERI, 1997).

Ferreira e Ferreira (1995, p.20) afirmam que “[...] somente a partir do Relatório Brundtland o debate em torno do campo de relações estabelecidas entre estilos de desenvolvimento e qualidade dos sistemas naturais demonstra alguns sinais de que alcançou um novo patamar”.

As necessidades enfatizadas no relatório eram basicamente necessidades básicas, de alimentação, saúde, nutrição, dos mais pobres no mundo. As dificuldades demonstraram-se quando do imperativo de definição dos mecanismos para que as proposições fossem atendidas e os responsáveis por fazê-las. O consenso houve no que tange aos objetivos e fins da comissão e esse relatório, mas o que não houve foi a definição dos meios para se chegar a esses fins.

Em 1987, a Comissão das Nações Unidas encerrou seus trabalhos e, como último relatório, publicou aquele denominado Nosso Futuro Comum. Mantendo a mesma linha de pensamento, propunha:

[...] retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório (BARBIERI, 1997, p.25).

Mantinha o otimismo quanto às questões ambientais mundiais enfatizando que a própria humanidade alcançaria o desenvolvimento sustentável. A cooperação internacional proporcionaria a redução dos desequilíbrios mundiais, e as tecnologias, sendo aperfeiçoadas continuamente, seriam a melhor alternativa para a melhor utilização dos recursos naturais.

Mas o otimismo do Relatório Nosso Futuro Comum não é aceito por todos, pois “não falta quem observe que a expressão desenvolvimento sustentável [é] [...] uma contradição em si” (BARBIERI, 1997, p.28) e que os conceitos e proposições introduzidos não são exequíveis.

Em 1991, os órgãos UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza, WWF – *World Wide Fund for Nature* e PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publicaram o documento “Cuidando do Planeta Terra

(*Caring for the Earth*)” (BARBIERI, 1997, p.39), no qual admitem a relevância do relatório Nosso Futuro Comum para a compreensão da interdependência entre a economia e o desenvolvimento. Para eles, qualquer desenvolvimento e manutenção da vida no Planeta só é possível baseado nas pessoas e na conservação da natureza (BARBIERI, 1997).

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, a chamada Rio-92, a interligação entre as questões socioeconômicas e ambientais foi o tema principal do evento. Leis (1999) enfatiza que os documentos da Rio-92 progrediram pouco com relação à Estocolmo-72. “A tarefa, [...], é a de deslindar as configurações que vai assumindo o desenvolvimento nesse processo, para que seja possível circunscrever o adjetivo sustentável” (NOBRE, 2002, p.31).

O principal deles, a Agenda 21, trouxe avanços no que se refere às questões globais baseadas nos processos democráticos de participação populacional, mas não determinou compromissos das partes envolvidas, demonstrando pouco comprometimento dos países desenvolvidos com as proposições da Rio-92. A Agenda 21 propunha que as questões mundiais sobre desenvolvimento sustentável fossem tratadas em processos participativos e democráticos, mas, da mesma forma que foram determinados fins, não foram determinados compromissos éticos e políticos para que a Agenda 21 fosse cumprida.

Chega-se ao início dos anos 90 com as mesmas proposições e explicações quando do início das discussões sobre desenvolvimento sustentável dos anos 70. Qualificaram-se os conceitos, tornaram-se mais abrangentes às proposições, mas os enfoques sobre a sustentabilidade, as dificuldades de convergência do meio ambiente com os outros fatores da sociedade contemporânea mantêm-se até os dias atuais.

Seguem vários encontros e convenções mundiais de temas ligados à sustentabilidade do desenvolvimento: em 1993 a Convenção sobre a Biodiversidade, objetivando a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; em 1994, em Barbados, houve a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, pensados em função do tamanho reduzido destes Estados e do isolamento que possibilitariam o desenvolvimento insustentável; em 1995, em Copenhague, houve a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social,

tratando do tripé equilibrado para proporcionar o desenvolvimento sustentável, economia, sociedade e ambiente como complementares; em 1995, na cidade de Washington, foi lançado o Programa de Ação Mundial para a Proteção do Meio Ambiente Marinho contra a Poluição devido a Atividades Terrestres, tratando das maiores ameaças das atividades terrestres para a saúde, produtividade e meio ambiente marinho; em 1996, houve a Conferência das Nações Unidas sobre os Povoamentos Humanos, em Istambul, tratando especificamente das necessidades de habitação das populações; em 1996, em Roma, houve a Cúpula Mundial da Alimentação, tratando exclusivamente das necessidades nutricionais básicas dos povos (UNESCO, 2008).

No encontro da Cúpula da Terra, a Rio+5, em 1997, em Kyoto, Japão, a avaliação da aplicação das propostas da Rio-92 deixou claro que a implementação da Agenda 21 era bastante deficiente na maioria dos países. O número de organizações não-governamentais ambientais tinha aumentado sensivelmente, mas não conseguiam se articular, nem entre si, nem entre as do Norte e as do Sul, nem entre as ambientais e as sociais ou dos direitos humanos (NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Em 2002, na cidade de Joanesburgo, África do Sul, ocorreu a Segunda Cúpula da Terra, chamada para comprometer os países com a Agenda 21. Representantes da maioria dos países no mundo assumiram compromissos no que tange à destruição da natureza e redução da perda da biodiversidade. Como ainda não havia ações concretas aos compromissos da Agenda 21, o objetivo da Rio+10 era de chegar a propostas concretas com prazos e formas definidas. Kofi Annan, secretário geral da ONU, naquele período, publicou uma carta pedindo que cinco aspectos fossem priorizados: água, energia, saúde, agricultura e biodiversidade (LAINSIGNIA, 2002).

Já em 2007, ocorreu a Conferência Internacional Rio+15, na cidade do Rio de Janeiro novamente, para rediscutir as ações que foram concretizadas e as não concretizadas da Agenda 21, priorizando as discussões na redução de gases do efeito estufa e combate ao aquecimento global.

Prestes a findar quatro décadas de discussões sobre o tema desenvolvimento sustentável, mudaram os personagens, mas o tema é o mesmo. Esses encontros, conferências, relatórios mundiais demonstram a necessidade de mais considerações

sobre Desenvolvimento Sustentável, ou seja, os eventos mudam no espaço e no tempo, mas os temas são os mesmos, demonstrando que idéias existem, comprometer-se ocorrem, mas não se efetivam. Não há consenso entre os países, entre os temas importantes, entre aqueles que são fundamentais para atendimento das necessidades das gerações atuais e das futuras gerações. Nem mesmo tem-se clareza da real necessidade de consenso entre países sobre o que são as necessidades das atuais e futuras gerações, e mais, se desenvolvimento sustentável para um país é igual ao desenvolvimento sustentável para outro país.

Mesmo sem consenso, as dificuldades permeiam muito antes posições políticas, de enfrentamento de questões locais de cada país, da decisão de deixar de produzir, do consumo massificado em prol de uma consciência da conservação ambiental, da produção e consumo sustentáveis. Então, pode-se perguntar: como contemplar as diferenças nas economias do Norte e Sul, a concentração de renda das economias do terceiro mundo, a pobreza e desnutrição em contraposição ao luxo e consumo elitizado? Nestes países ainda a prioridade está em políticas públicas voltadas ao atendimento de aspectos socioeconômicos, muito antes da questões voltadas a proteção ambiental.

## 5 AS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

As discussões sobre desenvolvimento sustentável e o conceito tradicional para este termo apareceram inicialmente nos anos de 1980<sup>11</sup> e abordavam a capacidade do planeta de sustentar o desenvolvimento levando em consideração a manutenção dos ecossistemas, da biodiversidade e as necessidades das atuais e das futuras gerações (BARBIERI, 1997). Iniciando por este conceito, que preza pelo atendimento das necessidades das gerações atuais considerando as necessidades das futuras gerações, tantos outros surgem ao longo dos anos de 1980, e posteriormente.

O termo abre precedentes para inúmeras considerações quando não há clara definição do que se trata por desenvolvimento e sustentável. Alguns enfatizam que se refere a uma redundância, que desenvolvimento é sustentável e não precisa deste adjetivo, outros salientam que o adjetivo é para evidenciar uma área não abordada até fins do século XX. Alguns vinculam o termo ao atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras, mas questiona-se até quais são as necessidades atuais e, ainda mais, quais serão as futuras necessidades, já que o futuro é desconhecido. Ameniza-se parcialmente essa consideração quando é aceito que não se devem saber as necessidades futuras e sim, deixar condições ambientais, ecológicas, da biodiversidade, para as futuras gerações determinarem suas próprias necessidades.

Nobre (2002) faz uma divisão nas discussões conceituais sobre aqueles que acreditam na capacidade da ciência e da tecnologia para solucionar todos os problemas, inclusive os ambientais, e aqueles que acreditam na possibilidade da extinção da vida no planeta. Tratam-se de extremos que permitem variações entre eles.

---

<sup>11</sup>A primeira publicação que trata do conceito citado é o documento denominado *World Conservation Strategy*, produzido pela IUCN e *World Wildlife Fund* (hoje, *World Wide Fund for Nature* – WWF), por solicitação do PNUMA” (Barbieri, 1997, p. 23).

Nesse contexto Mawhinney (2002, p. 11-13) traz à discussão vários conceitos para o termo desenvolvimento sustentável, questionando a idéia de um único conceito que poderia permear a concepção de sustentabilidade:

Desenvolvimento sustentável é aquele que provê as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de prover suas próprias necessidades [...].

Desenvolvimento sustentável significa a melhoria da qualidade de vida com o respeito aos limites da capacidade dos ecossistemas [...].

O desenvolvimento sustentável proporciona serviços básicos de ordem ambiental, social e econômica a todos os residentes da comunidade sem ameaçar a viabilidade dos sistemas naturais, construídos e sociais dos quais estes serviços dependem [...].

Desenvolvimento sustentável é a redução dos níveis atuais de consumo de energia e de recursos e a redução da produção de lixo para que não haja dano aos sistemas naturais, cujos recursos, capacidade de absorção do lixo e de proporcionar condições de vida seguras e saudáveis serão fundamentais para as futuras gerações [...].

O desenvolvimento sustentável envolve a criação de programas nos países em desenvolvimento que contribuam diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população mais carente [...].

Desenvolvimento sustentável é a necessidade do ser humano de viver em condições de igualdade com os recursos naturais [...].

[entre outras concepções acerca do mesmo tema com conceitos diferenciados].

Percebe-se que existem inúmeros conceitos para este termo, mas tais conceitos são similares quanto ao atendimento das necessidades, alguns mais enfaticamente, de forma homogeneizada ou equilibrada, outros em um contexto mais específico de análise. Ainda há aqueles que enfatizam um ou outro aspecto, como social, econômico, tecnológico ou da relação entre os países. E, além de diferentes conceitos, existem diferentes concepções para o termo sustentabilidade. Ou seja, diferentes percepções de como e a partir de quem é possível alcançar o desenvolvimento sustentável.

Apesar de aceitar essas diferentes conceituações, que ao longo do tempo são mais bem qualificadas, os enfoques teóricos diferenciam-se quando da discussão da qualidade daquilo que é sustentável, de como se dá a sustentabilidade, o atendimento das premissas do desenvolvimento sustentável. Ou seja, a consideração de como é viável praticar aquilo que é discutido como possível na teoria perpassa inúmeros enfoques. Alguns priorizando a economia, outros primando pela a ecologia, ainda outros focando o cidadão ou o Estado, além daqueles que tratam da sustentabilidade a partir da interdisciplinaridade ou da racionalidade ambiental como tal.

Em suma, trata-se de um emaranhado de concepções possíveis, o próprio desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e a forma de buscar o desenvolvimento sustentável. Para tanto, tem-se uma proposição de sistematização das atuais concepções teóricas sobre sustentabilidade, sistematização essa baseada em leituras de autores com publicações em editoras brasileiras, a partir de 1990, das áreas das ciências humanas e sociais aplicadas.

A proposição perpassa oito concepções diferenciadas para o alcance do desenvolvimento sustentável: um primeiro grupo que trata o desenvolvimento sustentável a partir da ecologia natural, são ambientalistas que defendem a preservação e a conservação da natureza; um segundo grupo, que aborda uma concepção do desenvolvimento sustentável a partir da insustentabilidade do sistema capitalista de produção, afirma que neste modo de produção não há viabilidade para o desenvolvimento sustentável; como terceiro grupo identifica-se aqueles que crêm na racionalidade econômica e consideram os recursos naturais externalidades no processo de crescimento econômico; como quarto grupo há aqueles que acreditam que é na economia que será possibilitada a sustentabilidade, mas por meio da valoração ambiental, na consideração dos aspectos ambientais como básicos para o desenvolvimento; um quinto grupo defende que a sustentabilidade poderá ser alcançada por meio da atuação dos cidadãos, isto é, é pela cidadania ambiental que o desenvolvimento sustentável será possível; já um sexto grupo julga que é pelo planejamento político com as instituições políticas como interventoras que será viável o processo de desenvolvimento sustentável; o sétimo grupo de discussão sobre desenvolvimento sustentável trata de um equilíbrio interdisciplinar entre economia, sociedade, política, ética e ambiente como viabilizadores do desenvolvimento sustentável; e, por último, tem-se um grupo que acredita na racionalidade ambiental, que só poderá haver desenvolvimento sustentável se todas as concepções forem determinadas a partir da racionalidade ambiental.

Essas diferentes concepções serão tratadas a partir de agora e contextualizarão as considerações sobre desenvolvimento sustentável ao longo do trabalho.

## 5.1 A concepção de sustentabilidade a partir da ecologia natural

A concepção de sustentabilidade a partir da ecologia natural<sup>12</sup>, na sua maioria, busca seus fundamentos ainda nas discussões sobre sustentabilidade da década de 70 e algumas correntes defendem a preservação incondicional da natureza, opondo-se, de certa forma, ao desenvolvimento econômico.

Criticava a base antropocêntrica das discussões sobre desenvolvimento sustentável até os anos 70 mais fortemente, e, depois da década de 80 com menos ênfase, defendia o não crescimento da economia em prol da biodiversidade e da conservação<sup>13</sup> da natureza.

[...] a ecologia natural desenvolveu os princípios do equilíbrio dos ecossistemas, os quais estão fundados na interdependência dos seus diferentes elementos constitutivos. Interferir em um elemento do ecossistema pode implicar alteração de todo o seu equilíbrio (MINC, 2005, p.13).

Suas defesas e proposições têm componentes éticos e normativos muito claros e colocam-se, em algumas situações e alguns grupos, como contrários ao capitalismo e como alternativa para novo desenvolvimento. Associa-se fortemente a outros movimentos mundiais de defesa de minorias ou causas de cunho ético-social-ambiental.

Leis (1991; 1999) discute o movimento ambientalista dos anos 70 e o traz para uma perspectiva de formação como movimento histórico, admitindo uma forma complexa de perceber as forças que sustentam a sociedade contemporânea. O ambientalismo como movimento histórico assume “a sociedade atual como insustentável a médio ou longo prazo” (LEIS, 1999, p.54). Isso denota não somente a insustentabilidade do desenvolvimento econômico, mas também os princípios destas sociedades baseadas no crescimento econômico e no consumo massificado, considerando um crescimento econômico ilimitado.

<sup>12</sup>A concepção defendida por ecologistas e biólogos não será tema de aprofundamento nesta dissertação, em função, unicamente, de uma opção metodológica, a formação dos autores, e considerando a abrangência possível para o tema proposto.

<sup>13</sup> O trabalho se utiliza de Leis (1999) para distinguir os conceitos de preservação e conservação da natureza. “Os preservacionistas [adotam] posições mais radicais, buscando preservar [qualquer espécie, biosfera, biomassa] [...]. [E] os conservacionistas [têm] uma atitude mais moderada, pretendendo que os recursos naturais [sejam] explorados de um modo racional que os [protege] da degradação” (p.65).

Para Mawhinney (2002), o grupo que chama de ‘ambientalistas aguerridos’, divide-se em subgrupos que vão desde aqueles que crêem na extinção do homem até aqueles que não desejam grandes modificações, perpassando subgrupos que percebem na complexidade do sistema a necessidade de mudanças sociais e ambientais baseadas na conservação do ambiente. Mas todos eles concordam que o ponto de partida, condição básica para a revisão do atual sistema, é que “há um limite finito para o uso e o mau uso dos recursos naturais” (MAWHINNEY, 2002, p.91) e questionam se o atual sistema baseado no crescimento econômico pode realmente ser sustentável.

As bases das discussões ambientalistas, que se manifestam desde os anos 70, menos radicais agora que anteriormente, validam-se pelas condições históricas recentes de fatos que parecem confirmar suas afirmações<sup>14</sup>. Há de se considerar que também os ambientalistas demonstram fatos e evidências que cabem em suas teorias, apesar de serem questionadas por algumas correntes de economistas e outros cientistas, considerando o uso de “evidências seletivas e sem base científica” (MAWHINNEY, 2002, p.81), ou seja, que aquelas que não estão de acordo com suas fundamentações são deixadas de lado nas argumentações. Mas essas considerações não invalidam as evidências existentes e parecem suficientes para perceber que o ambiente está demonstrando sua incapacidade de manutenção dos ecossistemas nas condições atuais e ratificam a posição de que o mau uso dos recursos naturais é comprovadamente prejudicial à natureza.

[...] os argumentos que estão no âmago do movimento ambientalista estão corretos, independentemente da forma pela qual são apresentados e da escala de prioridades e a análise correta das causas e dos efeitos de cada uma das diversas questões ambientais (MAWHINNEY, 2002, p.91).

Assim, apesar de não ser o foco da dissertação, as considerações da concepção da ecologia natural comprovam a necessidade de ênfase que o tema exige nas condições da sociedade atual. A degradação do meio ambiente, as

---

<sup>14</sup> Seguem alguns exemplos de danos causados ao ambiente considerados, por ambientalistas, irreparáveis ou de difícil reparação: os custos ambientais das mudanças climáticas tornam-se mais evidentes entre 1970 e 2000; as despesas das seguradoras com desastres ambientais subiram de cinco bilhões de dólares para 15 bilhões de dólares anuais; as perspectivas de aumento da temperatura no próximo século são de 2 a 3°C, possibilitando que vários países no mundo fiquem submersos devido ao aumento das águas nos mares quando do derretimento das calotas polares; não se tem conhecimento de todas as espécies da biodiversidade mundial e 34% das espécies de peixes e 25% das espécies de mamíferos estão ameaçadas de extinção; ainda, 17% da cobertura vegetal da Terra sofreu algum tipo de degradação entre os anos de 1945-1990; estimativas identificam perda de 56% dos manguesais mundiais, e, por fim, as perspectivas para esgotamento das reservas de petróleo estão entre 100 e 150 anos (Mawhinney, 2002).

variações na temperatura na terra, a destruição da flora e fauna, a extinção de espécies, o aquecimento global são alguns exemplos dos fatores enfatizados pela corrente ambientalista e que não podem mais ser desconsiderados, sejam nos projetos políticos ou empresariais, nas discussões de teóricos ou na divulgação da mídia de comunicação de massa. A proposição mantém seu foco na natureza. Para alguns deixa de lado o radicalismo, mas exige a consideração dos aspectos naturais como fator preponderante para qualquer análise. Extremistas, quando exigem que não possa haver desenvolvimento compatível com a conservação da natureza, estabelecem a manutenção do Planeta a partir de uma vida sustentável, com consumo e produção condizente com a manutenção da natureza e da biodiversidade e, em alguns casos, a não existência de produção e crescimento quando do prejuízo da conservação de espécies animais, vegetais de algum hábitat.

Praticar a concepção da ecologia natural quer dizer sim deixar de desenvolver a economia em prol de uma espécie, seja ela qual for. Extrema quando considerada necessidades básicas da sociedade não atendidas, ou seja, pensar uma sociedade que deixa de produzir para conservar uma espécie ou área ameaçada, enquanto aquela população pode não ter as condições básicas de alimentação, parece incoerente para a maioria dos indivíduos, mas, para este grupo, é condição para a manutenção dos ecossistemas e se estes indivíduos utilizarem-se deste ambiente pode o futuro estar comprometido.

## **5.2 A concepção de sustentabilidade a partir da inviabilidade de sustentação do sistema capitalista de produção**

Autores como Martine (1996), Cavalcanti (1995), Stahel (1995), Leis e D'Amato (1995), Leis (1991; 1995; 1999), Goulet (2001) indicam que o atual sistema capitalista de produção é insustentável. Os autores “admite[m] que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável a médio ou longo prazo” (LEIS e D'AMATO, 1995, p. 78) e que “a atual crise ecológica é apenas o reflexo dessa contradição, do caráter insustentável do próprio capitalismo” (STAHHEL, 1995, p. 117).

Trata-se de um grupo de autores que, além de proporem alternativas para o desenvolvimento sustentável, criticam enfaticamente o sistema capitalista. Suas fundamentações perpassam a insustentabilidade da base acumulativa do sistema e chegam ao ponto de dizer que é ilusório afirmar que poderá haver desenvolvimento sustentável no sistema econômico vigente. Ou seja, os problemas enfrentados pelo desenvolvimento possivelmente sustentável não são questões específicas de pobreza, de crescimento populacional ou de poluição, e sim do próprio capitalismo (MARTINE, 1996).

Para Leis (1999, p. 23), “[...] não há dúvidas de que se não se modificam aspectos importantes do atual modelo civilizatório, a fim de produzir uma aproximação entre critérios ecológicos e a dinâmica social, a espécie humana corre riscos de sobrevivência no longo prazo”.

Cavalcanti (1995) e Stahel (1995) consideram que a sociedade poderá tornar-se sustentável a partir de uma reconstrução política do sistema capitalista contemporâneo. Justifica essa consideração quando Martine (1996, p. 27) afirma que “[...] existe um *trade-off* entre crescimento econômico e bem-estar ambiental global. Assim, o não-crescimento dos países pobres é, paradoxalmente, uma necessidade política dos países desenvolvidos”.

Para Stahel (1995), a busca é por um desenvolvimento capitalista sustentável dentro das condições do capitalismo de mercado. Ocorre que a sociedade atual não percebe que neste sistema capitalista de mercado não há possibilidade de haver sustentabilidade. O sistema capitalista possui como fundamento a alocação dos recursos e a acumulação de capital, e, para acumular, a produção deve aumentar constantemente.

Com a sociedade capitalista, pela primeira vez nos deparamos com uma sociedade calcada não na busca da estabilidade, mas sim na busca constante da mudança, da instabilidade. Do eterno retorno do mesmo, passamos ao progresso. Do tempo circular, passamos ao tempo evolutivo. Certamente as sociedades tradicionais passaram por mudanças e evoluções. No entanto, baseadas na busca da estabilidade, tais mudanças se davam a um ritmo compatível com os equilíbrios do sistema biosférico como um todo. Já no capitalismo, a aceleração da mudança lhe é inerente e é um dos aspectos essenciais da própria lógica do capital: a busca de expansão constante que, impulsionada pela concorrência de mercado, encontra nas mudanças e nas inovações constantes a sua condição de existência (MARTINE, 1996, p.112-113).

Para Cavalcanti (1995, p.17), seres humanos e a natureza estão em conflito, “numa rota de colisão”. A economia não deveria ser vista como dissociada da natureza, pois depende dela para todo seu funcionamento, mas a economia ainda não percebeu que produzir sustentavelmente requer que tome para si restrições de acordo com a capacidade de regeneração da natureza, melhor, preservação da biodiversidade e do natural, mas as taxas de crescimento preconizadas pelos países, sejam eles desenvolvidos ou subdesenvolvidos, são incompatíveis com a capacidade natural da biodiversidade de se recompor.

Parece clarear uma condição de que a espécie humana busca, ao longo de sua história, ter crescimento material. Aliás, nenhuma outra espécie tem essa pretensão, e esse crescimento material, apregoado pelo capitalismo, é contraditório ao movimento do desenvolvimento sustentável. A busca da satisfação das necessidades, consideradas ilimitadas pela teoria econômica tradicional, usa de forma crescente os recursos naturais, sejam eles renováveis ou não, e, no afã de produzir cada vez mais, impossibilita a preservação dos recursos não renováveis. A acumulação de capital movimenta a economia e esta é invariavelmente contrária à sustentabilidade da natureza.

Além disso, as necessidades ilimitadas, sendo atendidas no presente, também deixam de preconizar o atendimento das necessidades das gerações futuras como o desenvolvimento sustentável propõe, pois não são estimulados princípios mínimos de consumo limitado, de austeridade, de solidariedade e de simplicidade (CAVALCANTI, 1995).

Martine (1996, p. 26) afirma que a degradação ambiental global é resultado dos padrões de produção e consumo, ou seja, dos padrões de crescimento e desenvolvimento preconizados pela ciência econômica tradicional. Mas “não há nenhuma garantia de que a generalização da ‘mão invisível’ do mercado possa levar o progresso e o desenvolvimento a todas as regiões do mundo, e muito menos de que vá propiciar um novo patamar de igualdade entre os povos”.

O que deve ser considerado é que os problemas globais a serem combatidos como pobreza, fome, desnutrição e desigualdades sociais não podem ser vistos como solucionáveis nas condições de possibilitar a essas pessoas o mesmo padrão de consumo que americanos e europeus. Essa possibilidade é insustentável ao

longo do tempo. Também não se pode imaginar que crescimento demográfico seja a causa dos problemas ambientais; não se trata da quantidade de pessoas no mundo, e sim, do consumo, da produção, dos padrões de vida estimulados a essas pessoas, sendo esse padrão apregoado pela mídia, pelo marketing, padrão resultante de um sistema de produção, o atual sistema capitalista.

Não se propõe aqui o retorno ao socialismo, mas sim, se afirma que, seja no sistema que for, a sustentabilidade ambiental, considerando a capacidade de conservação e regeneração dos ecossistemas, demonstrando a necessidade de consumo responsável e ético, é fundamento básico para a sustentabilidade do desenvolvimento, um desenvolvimento diferente daquele que se tem e se conhece atualmente.

Enquanto em outras culturas, sociedades, consideradas no espaço e no tempo, os índios, por exemplo, buscavam seu desenvolvimento a partir de critérios qualitativos, ou seja, a partir de critérios culturais, religiosos, éticos, morais, no capitalismo o desenvolvimento perpassa critérios quantitativos, de resultados numéricos para o crescimento, a educação, a saúde, entre outros, da sociedade. Assim, “a crise ecológica não é apenas um resultado ‘indesejado’ do modelo, é um desencontro dos mortais com suas raízes” (LEIS e D’AMATO, 1995, p. 83).

As sociedades tradicionais, como as indígenas, passaram por mudanças ao longo do tempo, mas mudanças baseadas em um equilíbrio, na estabilidade do sistema. O capitalismo é contrário a essa estabilidade, pois a busca constante pela acumulação de capital é continuamente instável. Stahel (1995) termina seu artigo dizendo que as mudanças devem ocorrer no todo das pessoas e não somente naquilo que chamam de racionais, se nós estamos dispostos a consumir menos, trabalhar menos e viver mais e viver conforme os seus anseios e não daquilo que o capitalismo determina que se viva.

Outro fator a ser considerado: o capitalismo pressupõe quantificar aspectos qualitativos, mas quantificar qualidades não é possível quando se considera que a percepção pode ser individual, que não é possível valorar, por exemplo, aspectos da biodiversidade. Como afirmar que alguma espécie vale mais que outra e como valorar algo que ainda não foi descoberto? Esses aspectos demonstram a

incompatibilidade de tornar o meio ambiente parte do processo do crescimento econômico como tal.

A crise ambiental vista atualmente não é causa do descompasso do desenvolvimento e sim, o inverso, o caráter contraditório do capitalismo é a causa para tal crise, ou seja, para os autores citados, não há como ter sustentabilidade do desenvolvimento, se este for apregoado pelo modo capitalista.

O sistema atual de produção cria as condições para a contradição economia e natureza, e a política internacional, ao invés de ser pensada para o bem coletivo, dinamiza a competitividade e individualidade dos estados, orientados pela busca constante e incessante pelo progresso material. A cooperação só é vista quando em prol de benefícios das partes que se fazem cooperar, e não como condição básica para aqueles que estão envolvidos direta ou indiretamente e aqueles que ainda nem estão sendo envolvidos - as gerações futuras. “O surgimento de uma consciência dos limites ecológicos para o crescimento econômico não depende do livre movimento do mercado, mas das ações do ambientalismo” (LEIS, 1999, p. 46).

Pensar o desenvolvimento econômico laborando de forma inter-relacionada com a natureza trata-se de buscar harmonias sistêmicas não lineares: “o problema não incide, assim, apenas na adoção ou não do sistema capitalista, mas em repensar o atual modelo técnico e o seu modelo de desenvolvimento” (CAMARGO, 2005, p. 210).

Segundo a concepção dos autores desta corrente, os fundamentos do sistema capitalista são quantitativos, buscam a acumulação, a geração de excedente e a expansão do capital, e não qualitativos, como a melhoria da qualidade de vida da população, da satisfação das necessidades. Baseia-se na existência contínua de necessidades insatisfeitas, em que a produção crescente exige um consumo crescente. A busca contínua pelo desenvolvimento econômico, pelo crescimento material, pelo uso crescente dos recursos naturais para atender as necessidades materiais estimuladas pelo consumo faz com que o desenvolvimento seja concebido de forma contraditória aos conceitos tradicionais de sustentabilidade.

Tanto uma como outra posição demonstram-se catastróficas no longo prazo, determinando o fim da sociedade que se conhece atualmente. De um lado, defensores incondicionais da natureza, do meio ambiente, propondo o crescimento

zero para a sustentação do Planeta, e de outro, críticos ao sistema capitalista de produção, que verificam alternativas, inclusive de mudanças do sistema econômico vigente, mas que não crêem na possibilidade de haver sustentabilidade nas condições atuais.

Mas, entre essas concepções extremistas, estão as discussões possíveis para o desenvolvimento sustentável. São convergentes em alguns momentos e aspectos e divergentes em outros. Apesar de abarcarem a percepção geral do conceito tradicional de atendimento das necessidades atuais e futuras, os diferentes enfoques baseiam suas discussões na forma de praticar a qualidade do desenvolvimento sustentável, ou seja, como se dá a sustentabilidade. Uns por meio deste sistema capitalista atual, outros por meio de uma visão econômica mais racional. Outros ainda traduzem a possibilidade de sustentabilidade por meio da atuação do cidadão ou do Estado. Ao mesmo tempo, existem grupos que tratam da sustentabilidade com enfoque interdisciplinar, afirmando ser necessário pensar na interdisciplinaridade dos diversos meios - econômico-social-ecológico -, incluindo ainda os aspectos político e ético. Por último, há um grupo que considera que a sustentabilidade do desenvolvimento só é possível se o pensamento for ambiental, se todos os aspectos do desenvolvimento forem considerados a partir de uma perspectiva ambiental, ou seja, se a racionalidade for ambiental (LEFF, 2001; 2002; 2004; 2006).

### **5.3 A concepção de sustentabilidade a partir da racionalidade econômica**

Há condições para se afirmar que a corrente de pensamento neoclássica é contrária à concepção a partir da ecologia natural, ou seja, são concepções oposicionistas para a condição do desenvolvimento. De um lado encontram-se ambientalistas defendendo a natureza e de outro, economistas preconizando a racionalidade econômica.

A corrente neoclássica<sup>15</sup> sustenta as posições econômicas do livre mercado, fazendo avaliações estáticas do atual momento da economia e produzindo modelos de alocação ótima dos recursos, nos quais os problemas ambientais são discutidos como externalidades, como incapacidade de atendimento das necessidades sociais por parte da natureza, e não como deficiências do próprio sistema.

As bases do capitalismo atual, segundo Hawken *et al.* (1999), perfazem seis condições: (1) o progresso econômico é melhor no livre mercado; (2) as vantagens competitivas são obtidas quando as fábricas produzem mais e melhor; (3) o crescimento da produção produz o bem-estar humano; (4) a escassez de recursos estimula o desenvolvimento de substitutos; (5) as preocupações com meio ambiente devem atender às exigências do crescimento econômico; e (6) os agentes econômicos no mercado livre farão a melhor alocação das pessoas e recursos.

Comune (1993, p. 49) enfatiza que a

[...] economia neoclássica do bem-estar desenvolveu o conceito de economias externas ou externalidades para tratar com as questões dos custos sociais, conceito este que, com refinamentos, serve de linha básica nas análises sobre o assunto.

A noção de externalidade que norteia as considerações dessa concepção demonstra a falta de consideração de fatores como o meio ambiente em seus cálculos de progresso e crescimento econômico. Suas discussões centram-se na visão dos recursos escassos e nas necessidades ilimitadas, insatisfeitas. Sua origem constitui-se individualista e utilitarista.

A escola neoclássica baseia todas suas análises, conceitos e modelos em metodologias estáticas, na concorrência perfeita, na alocação ótima dos recursos por parte do mercado e dos indivíduos racionais, no fato de que outros fatores permanecem constantes, de externalidades ao sistema econômico, “a famosa condição *ceteris paribus* utilizada exhaustivamente pelos economistas ortodoxos” (SEKIGUCHI e PIRES, 1995, p. 226).

Enfim, para tal corrente, todos os indivíduos agindo racionalmente e em prol de si mesmo, neste mercado perfeito, farão o melhor para o coletivo. Os problemas ambientais serão externalidades e, como tais, serão percebidos como resultado de

---

<sup>15</sup>Também essa concepção, como a concepção a partir da ecologia natural, é descrita baseada na literatura definida com base na delimitação metodológica.

inadequações da natureza, e não como insuficiência do mercado (ACSELRAD, 1995).

A economia neoclássica, construída sobre os fundamentos do utilitarismo, individualismo metodológico e equilíbrio, define-se por uma racionalidade de maximização das utilidades individuais com a resultante determinação do uso ótimo ou eficiente dos recursos, em equilíbrio (AMAZONAS, 2002, p.108).

E é pela eficiência na alocação dos recursos determinada a partir da economia que as externalidades ambientais são internalizadas no processo do desenvolvimento. Essa alocação ótima dos recursos, em um único equilíbrio, o do mercado, considerando a concorrência perfeita, um sistema de preços que compatibiliza o comportamento dos agentes econômicos que agem racionalmente em prol de si mesmo e assim proporcionam o crescimento material coletivo, possibilita o crescimento econômico.

E, para não haver o esgotamento dos recursos naturais, a tecnologia seria eficiente para compensar o declínio destes e, quanto mais eficiente o emprego de tecnologias, maior seria a eficiência desses recursos. Assim sendo, seriam conduzidos para uma trajetória sustentável (TOLMASQUIM, 1995).

“A abordagem de orientação econômica parece partir da premissa de que o crescimento, medido primordialmente pelo Produto Nacional Bruto, é fundamentalmente bom” (MAWHINNEY, 2002, p.38), constitui suas bases nas análises de demanda e oferta em uma relação de necessidades ilimitadas e recursos escassos, considerando a base de que o mercado se auto-regulará neste contexto. Ou seja, com o mínimo de intervenção, a considerar a teoria da demanda e oferta, o crescimento irá ocorrer, pois cada um agindo em benefício próprio propiciará o benefício geral.

Assim, “os economistas parecem acreditar que a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável pode ser reduzida a apenas mais um problema setorial de mercado, que precisa ser isolado, analisado e resolvido” (MAWHINNEY, 2002, p. 49). Até admitem a necessidade de melhorias, em alguns casos, de incorporação em suas análises de fatores não econômicos, mas continuam crendo que o melhor indicador de desenvolvimento econômico é o Produto Nacional Bruto.

Em suma, afirmam os autores mencionados neste item, para a corrente econômica tradicional, que a questão da natureza trata-se de uma alocação de

recursos no espaço e tempo considerando o consumo e investimentos dos agentes econômicos, em que sua racionalidade prediz que, se buscar maior satisfação para si, terá maior satisfação para o conjunto da sociedade. O Estado deveria intervir somente para corrigir falhas que ocorram neste processo de alocação dos recursos, e essas correções fariam com que o processo voltasse ao rumo de alocação eficiente dos recursos na economia.

#### **5.4 A concepção de sustentabilidade a partir da economia ecológica**

Para um grupo de autores, Clemente e Higachi (2000), May (1993; 1995; 2003), Tolmasquim (1995), Parikh et al (1993), Bartelmus (1993), Costanza (1993), Hawken *et al.* (1999), Romeiro (2003), Ortiz (2003), Young (2003), Norgaard (2001), Daly (2001), Serafy (2001), o desenvolvimento sustentável poderá ser alcançado por meio do que está sendo denominado de economia ecológica. Seus preceitos estão baseados na utilização racional dos recursos na produção, na valoração dos bens naturais, para determinar os custos ambientais para o desenvolvimento econômico, no qual os aspectos da produção e consumo consideram o meio ambiente.

Clemente e Higachi (2000) salientam que o circuito econômico deve levar em consideração leis físicas como a Lei da Conservação da Matéria, pela qual as atividades de produção transformam matéria, não criam e nem destroem, e a Primeira e a Segunda Leis da Termodinâmica, enfatizando a primeira que há a impossibilidade de criação ou destruição da energia e abordando a segunda que a entropia crescente, na qual os processos químicos e físicos resultam da transformação de outras formas de energia em calor. Todas, como formas de perceber a interação do meio ambiente com a economia, consideram a necessidade de perceber os fatores ambientais e mensurá-los no processo de desenvolvimento econômico.

Conforme May (1995), para que a economia possa ser sustentável, é necessário que todas as decisões políticas considerem o uso adequado dos

recursos naturais, uso adequado aqui considerado como aqueles recursos valorados e explorados dentro de uma condição de preservação e regeneração de ecossistemas. Bartelmus (1993, p. 157) apóia essa concepção quando afirma que

O desenvolvimento sustentável tem como finalidade a integração de preocupações ambientais ao bojo das políticas socioeconômicas, fazendo estas políticas responsáveis por seus impactos ambientais. Assim, contabilizar tanto a degradação e a exaustão ambientais como o desempenho econômico é um primeiro passo no sentido dessa integração.

São propostas técnicas para análises ambientais por meio de avaliações de custos e benefícios dos fatores ambientais para proporcionar o desenvolvimento econômico. Trata da perspectiva que visa a definir valores para calcular os possíveis danos ambientais (SEKIGUCHI e PIRES, 1995). A ciência, para considerar os aspectos relacionados à natureza, deverá “desenvolver o conhecimento necessário à utilização racional dos recursos, de modo a garantir prioritariamente sua conservação” (CLEMENTE e HIGACHI, 2000, p. 149).

A economia tratou historicamente o meio ambiente como fonte inesgotável de recursos e sempre considerou a produção de forma isolada dos aspectos sociais, políticos, ambientais, éticos. Agora, “o sentimento é de que haja necessidade de uma mudança de rumo no desenvolvimento econômico, o que irá requerer uma ‘virada paradigmática’” (MAY, 1995, p. 239). Nem a ecologia pura nem a teoria neoclássica são possíveis para tratar deste tema. Os fundamentos perpassam nova forma de preconizar o desenvolvimento que considere o crescimento fundamentado na escassez dos recursos naturais e no atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras, em que o progresso tecnológico é um aliado forte nesta perspectiva.

A análise inicia pelo meio ambiente e integra a economia, diferente da economia neoclássica, que verifica a eficiência da economia e considera a natureza como externalidade, integrada ao processo quando necessária a sua análise. São necessárias a estimação dos limites do ecossistema e a valoração dos bens naturais, perpassando os custos e benefícios do uso de energia, biodiversidade, da natureza em geral. Assim, os economistas desta linha podem construir cenários alternativos para uso racional dos recursos ambientais, tanto em projetos econômicos como em projetos políticos nacionais e internacionais.

May (1995, p. 245) enfatiza que existem duas formas para que a relação ambiente e economia seja eficaz: numa, a análise custo-benefício das atividades econômicas iria ocorrer em função dos fatores ambientais; noutra, imaginando a primeira não ser suficiente e efetiva, a análise determinaria limites para as atividades econômicas em função da natureza. Mas mesmo o autor destaca que qualquer método para possibilitar uma economia ecológica “dependem muito da própria percepção do que exatamente implica a sustentabilidade para a manutenção do estoque dos recursos naturais”.

Para Tolmasquim (1995, p. 337), “A noção de desenvolvimento sustentável implica, primeiro, a gestão e manutenção de um estoque de recursos e de fatores a uma produtividade ao menos constante, numa ótica de equidade entre gerações e entre países”. Esse estoque leva em conta tanto recursos capitais, humanos, como ambientais. Proporcionaria produção constante até haver um incremento de tecnologia que possa substituir ou aumentar a eficiência de algum recurso.

Parikh *et al.* (1993, p. 1-2) afirmam que existe, em função das desigualdades mundiais entre ricos e pobres, “[...] [uma] tensão sobre o meio ambiente causada pelo subdesenvolvimento assim como pela riqueza [...] quanto aos padrões de consumo, pressões demográficas, divisão rural-urbana e urbanização”. Para eles, os padrões de consumo dos ricos é insustentável tanto quanto os padrões de uso dos recursos dos pobres, uns pelo uso irracional de bens, consumo de supérfluos, e os outros, por usarem os recursos naturais como alternativa para a fome e a pobreza. Além disso, deve haver um controle sobre o crescimento populacional. Para haver uma alocação coerente e sustentável dos recursos faz-se necessária a cooperação entre ricos e pobres e a determinação de um crescimento coerente e igualitário, com uma postura prudente diante da natureza e de uso dos recursos com vistas a sua conservação.

Além de compatibilizar ecologia e economia, valorando os recursos naturais nos planos econômicos, Bartelmus (1993, p. 157) reafirma a necessidade de uma “contabilidade integrada [que] permite a definição rigorosa dos indicadores econômicos ajustados ao meio ambiente como produto interno, renda nacional, capital e formação de capital, consumo e valor adicionado”. Mas a atribuição de valores pode ser limitada em alguns casos, principalmente se estão implícitos

critérios qualitativos. Para tanto, a avaliação social deverá ser utilizada como forma efetiva de consideração da valoração da natureza.

Young (2003) reafirma a proposição de Bartelmus (2003), quando propõe não somente a valoração dos bens naturais, mas também a inclusão destes na contabilidade nacional. Para o autor, “o grande desafio é conseguir conciliar ambas em uma estrutura comum, flexível o suficiente para manter a coerência interna das contas nacionais e introduzir adequadamente o problema dos recursos naturais” (YOUNG, 2003, p.129). Serafy (2001) trata da contabilidade verde e também propõe que as contas nacionais contenham indicadores naturais e que dessa forma sejam utilizadas nas decisões políticas.

Para Costanza (1993), a sustentabilidade do desenvolvimento somente será possível se houver objetivos locais e de curto prazo que atendam as necessidades atuais e futuras. Para tanto, é necessário determinar alguns critérios:

[...] a) estabelecer uma hierarquia de objetivos para o gerenciamento e o planejamento econômico e ecológico a nível local, nacional e global; b) desenvolver melhores capacidades de modelagem ecológica econômica regional e global, de forma a permitir uma visão da gama de possíveis consequências de nossas atividades atuais; c) ajustar preços e outros incentivos locais para que reflitam os custos ecológicos globais a longo prazo, inclusive a incerteza; e d) desenvolver programas que não levem ao declínio contínuo do estoque de capital natural” (CONSTANZA, 1993, p.112).

O autor (1993, p. 121) propõe uma agenda para a sustentabilidade com vistas à manutenção do sistema de sustentação da vida na Terra, avaliação do que chama de “serviços do ecossistema e do capital natural”, contabilidade de novo sistema que leva em conta economia e ecologia, modelos econômicos-ecológicos para diferentes escalas geográficas de desenvolvimento, instrumentos para gerenciamento ambiental e manutenção do capital natural. São aspectos que considera básicos para possibilitar uma sustentabilidade do desenvolvimento. Define, assim, uma possível interpretação para a sustentabilidade a partir da quantidade de consumo que poderá existir e aumentar sem degradar os estoques de capital, inclusive o capital natural, considerado a partir de tudo que compõe o solo e a atmosfera, biomassa, espécies de animais, formadores dos ecossistemas. Portanto, a produção deveria limitar-se considerando a renovação e conservação deste capital natural a partir dos requisitos de manutenção da biodiversidade dos ecossistemas.

Ortiz (2003, p. 81), considerando que “todo recurso ambiental tem um valor intrínseco”, busca valorar os bens naturais segundo uma condição de equivalência com outros bens na economia em sua contribuição para o bem-estar social. Essa valoração não é voltada para a análise dos recursos ambientais, e sim, para as preferências da sociedade com relação aos recursos que estão disponíveis.

Também Norgaard (2001, p. 91) propõe a valoração ambiental, mas enfatiza que esta só é possível se considerar as dimensões moral e política, pois enfatiza que “a sustentabilidade é, em última instância, um problema distributivo, e não uma questão de elevação de eficiência”. Ou seja, de nada adianta calcular o valor dos bens naturais sem considerar seu uso e sua distribuição social, tendo como base a mediação política e a fundamentação moral de responsabilidade para com os outros.

A dificuldade desta concepção está em como valorar os bens naturais. Para tanto, May (1993; 1995; 2003), Costanza (1993), Ortiz (2003), Young (2003), Norgaard (2001) propõem valorar os bens naturais tanto quanto os bens econômicos, incorporando a ecologia à economia, sugerindo a atribuição de valores comparáveis com outros bens materiais e considerando o quanto destes bens pode-se perder - esta é a fundamentação da economia ecológica.

Um dos pressupostos para uma economia ecológica, segundo Hawken *et al.* (1999), perpassa o aceite de que o meio ambiente é um fator que baseia o conjunto da economia e não somente mais um dos fatores que deve estar atrelado ao sistema econômico e, para tanto, as escolhas dos agentes econômicos devem perceber tal contexto, “escolhas melhores, um meio ambiente melhor, comunidades mais seguras, empregos que sustentam a família, mais segurança econômica, maior apoio à família, impostos mais baixos, governos mais eficazes e mais controle local” (HAWKEN *et al.*, 1999 p.302). Todas as opções que os agentes econômicos podem fazer direcionando suas decisões para um “capitalismo natural” (HAWKEN *et al.*, 1999, p. 8), conquistado por meio do aumento significativo da produtividade dos recursos, da eliminação de desperdícios, do crescimento de um tipo de economia de serviços em que a base não é a compra e a venda, e sim, a aquisição de um serviço econômico de forma locada ou emprestada, de investimentos nos recursos naturais, restaurando e expandido o estoque de capital natural.

Daly (2001, p. 180) avança significativamente na concepção da economia ecológica, enfatizando que “a economia é um subsistema do meio ambiente e depende dele tanto como fonte de insumos de materiais como depósito para o lançamento da produção de lixo”. Essa é uma afirmação que inverte a concepção inicial de que a natureza é parte do contexto econômico e cria total dependência do progresso econômico, da produção e consumo, a partir dos recursos naturais. Indica que sem estes a produção não pode ocorrer e o consumo não irá se efetivar.

A corrente que trata da questão da sustentabilidade a partir de uma economia ecológica traz a discussão como um problema de alocação de recursos naturais ao longo do tempo, considerando sua finitude, o que determina que haja limites para seu uso. Para tanto, propõe formas e contextos de monitorar, valorar e determinar melhor uso dos recursos naturais, considerando o desenvolvimento socioeconômico. Suas concepções perpassam incertezas e riscos intrínsecos ao desenvolvimento e considera em suas análises as dimensões culturais e éticas para a tomada de decisão.

Mas as análises de valoração ambiental são análises de curto prazo, pois no longo prazo as incertezas podem distorcer os resultados, considerando preferências e recursos equivalentes. A valoração dos recursos naturais pode ajudar nas decisões quanto às políticas públicas orientadas para a preservação e até conservação de recursos naturais, no entanto, valorar algo comparativamente a outros bens sempre tem riscos de análise e não há como valorar espécies ainda desconhecidas e que podem ser perdidas em uma análise parcial ou falha de valoração ambiental.

As dificuldades da concepção a partir da economia ecológica estão na pouca disponibilidade de dados estatísticos sobre os recursos naturais, nas dificuldades já expostas para valoração destes recursos e nas incertezas quanto ao futuro, que impossibilitam o atendimento do conceito básico de sustentabilidade, de atendimento das necessidades das atuais e futuras gerações. Mas percebe-se aí um questionamento importante, pois talvez seja intencional não explicitar com clareza o contexto e os recursos dos ecossistemas, para então impossibilitar análises exatas de valoração dos recursos, impedindo assim o uso de recursos naturais e mantendo a conservação dos mesmos. Possivelmente essa postura prejudique o meio ambiente muito antes de ajudar a preservá-lo, pois tendo análises incorretas e

percepção ainda do uso dos recursos naturais, os erros podem ser maiores e os danos à natureza mais significativos.

### **5.5 A concepção de sustentabilidade a partir da cidadania ambiental**

O desenvolvimento sustentável ocorre a partir da atuação dos cidadãos, ou seja, a partir da cidadania ambiental, para autores como Rattner (1994; 1999), Acselrad (1995), Stahel (1995), Sekiguchi e Pires (1995), Portilho (2005), Canclini (1999), Minc (2005). Os cidadãos terão de redefinir seu papel e percepção da sociedade e os critérios para a sustentabilidade deixam de serem quantitativos e passam a serem qualitativos, voltados para o desenvolvimento social.

Na prática, a única solução é a união de forças que busquem, de fato, uma democracia verdadeiramente sustentável, tanto política e econômica, como cultural, social e eticamente. Para isso, faz-se necessário a identificação e o fortalecimento de atores sociais como interlocutores que possuam condições ou potencial de se articular com os demais setores na sociedade, superando as tradicionais visões dicotômicas ou monolíticas da sociedade e de suas subdivisões (SEKIGUCHI e PIRES, 1995, p.230).

Para Canclini (1999), a cidadania deve deixar de ser reconhecida vinculada aos direitos que o Estado proporciona, e sim ser pensada vinculada também às políticas culturais, buscando firmar a diferença perante o Estado no desenvolvimento autônomo das comunidades e também assegurar a todos o acesso aos bens da globalização. Trata-se de políticas culturais concebidas a partir das diferentes formações das sociedades, permeando os mais variados aspectos de compreensão do mundo e de atuação perante a sociedade na qual estão inseridos os indivíduos.

Corroborando com esta concepção, Canclini (1999) e Minc (2005) enfatizam que, para um modelo de desenvolvimento poder ser considerado sustentável, exige-se que ocorram “mudanças radicais na consciência da sociedade” (MINC, 2005, p. 147). Quando esta perceber a inter-relação entre os diversos meios: sociais, econômicos, ambientais, políticos e éticos, conscientizar-se que por meio da atuação do cidadão, da percepção do cidadão inserido nesta sociedade, como precursor das mudanças, poderá haver sustentabilidade do sistema.

Para Rattner (1994), os problemas ambientais têm caráter regional e local, afirmação que traz novo contexto até então não tratado. Pensar projetos de desenvolvimento incorporando a condição ambiental, para o autor, não garante o alcance da sustentabilidade, pois a dimensão social e cultural são fatores preponderantes neste processo. Destaca que os custos sociais da degradação são socializados para a humanidade, mas os benefícios que resultam da deterioração ambiental “ficam no poder de grandes grupos privados” (RATTNER, 1994, p.39).

Stahel (1995, p. 109) enfatiza que, em sociedades culturais na qual o controle político é da própria sociedade, as ações são baseadas em critérios qualitativos, culturais, éticos, a noção de sustentabilidade é clara e possível, se baseada na sanção social.

Quando falamos de desenvolvimento sustentável, temos que considerar não só os aspectos materiais e econômicos, mas o conjunto multidimensional e multifacetado que compõe o fenômeno do desenvolvimento: os seus aspectos políticos, sociais, culturais e físicos. A sustentabilidade do todo só pode repousar na sustentabilidade conjunta de suas partes. Esses fatores e os seus respectivos equilíbrios repousam sobre fatores qualitativos, como o são os graus de coesão e harmonia social, questões como cidadania, alienação, valores éticos e morais, o grau de polarização social e política, os valores da sociedade e o nível entrópico do sistema.

O desenvolvimento de tecnologias limpas para a produção, a pesquisa e o desenvolvimento para os processos produtivos podem promover a alternativa de sustentabilidade para o desenvolvimento. Mas, tal desenvolvimento deve ser, necessariamente, endógeno, ou seja, efetivado pelas forças de cada sociedade. Esse padrão “reivindicaria como objetivos prioritários a satisfação de necessidades básicas, maior justiça social e práticas econômicas sustentáveis para o meio ambiente, baseadas em austeridade no consumo material e de energia *per capita*” (RATTNER, 1994, p. 45).

Já Stahel (1995) utiliza-se da Lei da entropia, já citada neste estudo, para trazer a relação orgânica entre a economia e o ambiente. E essa relação torna-se cada vez mais única e as ações de um são reações de outro e vice-versa, ou seja, meio ambiente e economia são uma coisa só e devem ser tratados como tal, mas a mudança de comportamento para que isso aconteça deve ser iniciada pela sociedade, pelo cidadão atuante que se coloca como partidário de uma defesa ambiental do desenvolvimento.

Camargo (2005, p. 207) enfatiza, no entanto, que a Lei da Entropia não é suficiente para tratar da evolução, pois baseia-se na desordem eterna, enquanto deve ser repensada nas condições de auto-organização, ou seja, a partir do crescimento constante da complexidade, em que a cada período há uma desordem do sistema e nova ordenação dos sistemas. As possibilidades nesta nova ordenação se ampliam, gerando novas relações e possibilitando uma “evolução contínua planetária”.

Consumo é um dos pontos mais destacados por Portilho (2005, p.21). A autora acentua que o consumo como o proposto na atual sociedade capitalista não é “eficiente em prover, mesmo para os incluídos, uma vida boa e digna” e que os atuais padrões de consumo estão intrinsecamente associados à crise ambiental atual. Para tanto, a alternativa baseia-se na proposição de um consumo mais sustentável, ou seja, a atuação dos cidadãos a partir de uma cidadania ambiental privada e pública, com redução do consumo e redistribuição deste, com a politização das esferas do consumo na tentativa de prover uma relação harmoniosa entre ambiente e sociedade. Para Portilho (2005, p. 190), “o conceito de cidadania é definido pelos que dela se sentem excluídos” e a possibilidade de concretização se dá na conquista de direitos definidos por estes como legítimos. E um direito legítimo é compartilhar o meio ambiente, portanto, o consumo necessita ser sustentável.

Consumo sustentável pode ser concebido como um projeto alternativo, englobando grupos e organizações sociais que não seguem os mesmos preceitos da racionalidade econômica e que buscam refletir sobre os valores presentes na relação sociedade-natureza. Desta forma, estratégias de consumo sustentável ligadas a formas organizacionais e éticas inteiramente diferentes poderiam coexistir ou mesmo resistir ao modelo capitalista hegemônico, envolvendo o crescimento de novas redes e relações entre produtores e consumidores que compartilham valores e práticas semelhantes. Esta abordagem acena para a possibilidade de ambientalização e politização da esfera do consumo (PORTILHO, 2005, p. 221-222).

Cidadãos são a base das discussões deste grupo de autores, pois a forma de atuação daqueles é que possibilitará alternativas ao desenvolvimento. Assim a “qualidade da sustentabilidade reside nas formas sociais de apropriação e uso de todo o meio ambiente” (RATTNER, 1999, p. 122).

Conforme Sekiguchi e Pires (1995), diferentemente da economia ecológica, não há como valorar os recursos ambientais, ou seja, não há como mensurar o quanto vale a biodiversidade, a natureza. O que deve ocorrer, para os autores é uma

[...] análise simultânea dos tempos históricos, culturais e naturais de diferentes atores e formas de organização social, onde possam se incorporar considerações de ordem política, ética, social e cultural, necessárias para o desenvolvimento de uma 'cidadania ecológica' [...], que possa ampliar – mas, que também se fundamente em noções de democracia e de cidadania sócio-político-econômica atualmente existentes. E que esta se torne acessível para a grande maioria, se não para toda população mundial, respeitando-se inclusive as diferenças em termos das identidades culturais e das racionalidades empregadas por cada segmento dessa população (SEKIGUCHI e PIRES, 1995, p. 210).

Uma abordagem que possibilita a sustentabilidade do desenvolvimento deve ter como fator preponderante o humano, permitindo que as prioridades sejam para problemas concretos e coerentes com as necessidades sociais e políticas, além das econômicas. Ou seja, traz-se como necessária a humanização da teoria do desenvolvimento sustentável, avançando além da racionalidade econômica para uma visão holística das condições sociais-políticas-ambientais-econômicas.

Cidadania e diversidade cultural, aspectos intrínsecos a um processo de desenvolvimento sustentável, a atuação do cidadão, levando-se em consideração que todos estão representados, como agentes primeiros da determinação dos caminhos, preservação das especificidades dos locais, são condicionantes para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Sekiguchi e Pires (1995, p. 230) salientam que, “na prática, a única solução é a união de forças que busquem, de fato, uma democracia verdadeiramente sustentável, tanto política e econômica, como cultural, social e eticamente.”

Para Canclini (1999) e Minc (2005), as mudanças no consumo alteram as condições da cidadania. “Estas [mudanças] sempre estiveram associadas à capacidade de apropriação de bens de consumo e à maneira de usá-los, mas supunha-se que essas diferenças eram compensadas pela igualdade em direitos abstratos que se concretizava ao votar, ao sentir-se representado por um partido político ou um sindicato” (MINC, 2005, p.37). O que se verifica é que isto não está ocorrendo atualmente, a sociedade está se afastando das identidades como processos históricos e identificando-se cada vez mais pelo que é consumido, dependendo daquilo que se possui ou pode vir a possuir.

Repensar a cidadania como 'estratégia política' serve para abranger as práticas emergentes não consagradas pela ordem jurídica, o papel das subjetividades na renovação da sociedade, e, ao mesmo tempo, para entender o lugar relativo destas práticas dentro da ordem democrática e procurar novas formas de legitimidade estruturadas de maneira duradoura em

outro tipo de Estado. Implica tanto em reivindicar os direitos de acender e pertencer ao sistema sócio-político como no direito de participar na reelaboração do sistema, definindo portanto aquilo de que queremos fazer parte (CANCLINI, 1999, p.47).

Com posição otimista, Minc (2005, p. 31) afirma que há de se esperar que o “século XXI incorpore a cidadania ecológica como direito real ao ambiente saudável, à saúde ocupacional e à qualidade de vida”, ou seja, que os cidadãos criem alternativas mais sustentáveis de consumo, de produção, de uso dos recursos naturais para possibilitar “o pensar global e localmente e agir de forma coordenada local e globalmente” (MINC, 2005, p.131), e não somente o pensar global e agir local.

O desafio do desenvolvimento sustentável é alterar pensamentos, ou seja, que as forças representativas da sociedade percebam a necessidade de projetos integrados ecologicamente sustentados e socialmente justos, com fundamentos éticos na crença de um ambiente conservado.

## **5.6 A concepção de sustentabilidade a partir do planejamento político**

Há um grupo de autores que acredita que a reforma política viabilizará o desenvolvimento sustentável, ou seja, que somente haverá sustentabilidade se houver planejamento para tal. São eles: Stroh (1995), Ferreira e Ferreira (1995), Buarque (2004), Panayotou (1994), Lustosa *et al.* (2003), Binswanger (2001), Proops *et al.* (2001), Sheng (2001), Shiki (2004). Tais autores defendem a necessidade de uma reforma política que possibilita a participação do Estado, das organizações não-governamentais no desenvolvimento de alternativas para a sustentabilidade.

Ferreira e Ferreira (1995, p. 29) enfatizam que a busca pelo desenvolvimento sustentável perpassa a atuação de organizações não-governamentais, grupos comunitários, empresários, instituições científicas e principalmente na atuação do Estado que “desempenha papel indispensável como indutor e gerenciador de uma parte dessas transformações”.

Panayotou (1994) propõe uma reforma política orientada para o desenvolvimento sustentável. Essa reforma deveria perpassar cinco componentes básicos: (1) a redução da orientação às práticas ambientalmente incorretas; (2) a correção de exploração dos recursos naturais por meio de regulamentações e medidas estatais; (3) o estímulo ao desenvolvimento das atividades rurais por meio da qualificação da mão-de-obra com vistas à manutenção das pessoas no ambiente rural e à preservação do meio ambiente; (4) a avaliação de todos os projetos dos governos a partir da análise de custos e benefícios macroeconômicos, quantitativos e qualitativos e ambientais; (5) por último, a exigência que todos os projetos produtivos tenham dimensões ambientais como parte obrigatória das suas análises.

Além disso, o autor (1994) enfatiza que uma política pública bem sucedida pode ser classificada em três grupos: (1) a minimização ou até extinção de políticas que privilegiam o mercado somente; (2) a intervenção com políticas para minimizar os efeitos do livre mercado; e (3) o reconhecimento e integração em todo planejamento político das questões ambientais e sociais, a fim de promover políticas que considerem prioritariamente tais aspectos.

Stroh (1995, p. 278) assevera que as políticas de desenvolvimento devem ser consideradas políticas de Estado que vislumbrem os mais variados aspectos de atendimento das necessidades do conjunto da sociedade.

[...] as possibilidades de aplicação dos postulados da sustentabilidade do desenvolvimento estão muito condicionadas, nesse sentido, à incorporação de novos paradigmas metodológicos de planejamento de políticas públicas que respeitem a vinculação meio ambiente/desenvolvimento, tendo em vista influenciar a construção de uma nova relação homem/natureza, no processo de apropriação e utilização do meio natural.

Ao Estado cabe a responsabilidade de proporcionar um desenvolvimento que garanta as condições mínimas para as sociedades, considerando padrões mínimos de qualidade de vida social e material e identidade cultural. Mas esse padrão de desenvolvimento sustentável deve perpassar cada realidade social estudada, possibilitando assim a compreensão e o conhecimento do desenvolvimento de cada sociedade. Cada região ou local ou Estado possui suas características sociais, culturais, que lhes fornece identidades, e estas devem ser conhecidas para possibilitar a construção de planos ambientais que levem em conta a forma que os integrantes daquela comunidade entendem a questão ambiental. São as especificidades que devem ser consideradas no planejamento de cada sociedade,

pois é a partir destas que “os indivíduos se reconhecem, são reconhecidos e diferenciados pelos outros indivíduos” (STROH, 1995, p. 285).

Ferreira e Ferreira (1995, p. 29) propõem novo acordo social que leve em conta a interdisciplinaridade do desenvolvimento, acordo este que deve envolver os setores empresariais, organizações não-governamentais, grupos comunitários, instituições científicas e a estrutura estatal. A questão ambiental deve fazer parte da pauta de prioridades dos programas de desenvolvimento dos governos, mas deve ser compartilhada, por meio dos órgãos e setores citados, por toda sociedade. “Assim, a busca de estilos de desenvolvimento não-tradicional só poderia ser alcançada sob regimes de democracia participativa, que garantissem a criatividade e a gestão autônoma da sociedade”.

O desenvolvimento sustentável só é atingido com reforma política local, enfatiza Panayotou (1994). Os interesses envolvidos, já instaurados pelas políticas atuais, devem ser revertidos e a percepção de longo prazo deve prevalecer para possibilitar o planejamento para a sustentabilidade do desenvolvimento. Os Estados devem ser precursores na identificação e proposição de políticas públicas que possibilitem a melhor alocação dos recursos.

O fator preponderante nesta perspectiva é a antecipação de problemas, neste caso ambientais, ou seja, as políticas deveriam ser iniciadas antes de uma crise ambiental, pois, ocorrendo após a crise já instalada, seus efeitos não seriam efetivamente positivos, mas também sua atuação não pode ser feita mesmo antes de alguma identificação das perspectivas ambientais, pois seus resultados seriam ineficientes, isto é, da mesma forma que não pode deixar a crise se instalar primeiro, antecipar-se muito e apressar o processo de políticas públicas pode não identificar corretamente as necessidades e tornar as políticas públicas ineficientes. Ter as dimensões de espaço e tempo determinadas possibilita que as políticas públicas voltadas ao meio ambiente sejam eficazes.

E o papel do Estado nesta nova configuração mundial é de estabelecer as regras para o desenvolvimento sustentável, possibilitando o crescimento econômico, que o autor considera indispensável, fomentando a competição e a eficiência dos setores e promovendo políticas que possibilitem e determinem a necessidade de conservação da natureza.

Somente o Estado pode estabelecer direitos de propriedade garantidos e efetivos, o cumprimento legal de contratos, as tarifas e as licenças de poluição, parâmetros de desempenho ambiental e outras instituições, mecanismos e instrumentos necessários para o surgimento e funcionamento eficiente de Mercados Verdes, dos quais o desenvolvimento sustentável, em última análise, depende (PANAYOTOU, 1994, p.154).

Shiki (2004, p. 86), a partir das fundamentações do ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs, traz à discussão a idéia do planejamento local, enfatizando “que o espaço local é o espaço resultante da interação entre relações físicas e sociais, que geram diferenciações de um local para outro, a partir das potencialidades físicas e da cultura engendrada por essas potencialidades e pelo processo histórico”. Dessa forma, o local é o ambiente propício para a busca de planejamentos diferenciados, baseados nas vocações físicas e sociais de cada lugar, demonstrando suas potencialidades e limitações, considerando a participação populacional, buscando o atendimento a uma sociedade local incluída e ambientalmente saudável. A autora acentua que talvez essa seja a forma mais fácil de iniciar o desenvolvimento sustentável, pelo planejamento local.

“Para se deflagrar um processo de transformações que leve ao desenvolvimento local sustentável, é necessário um claro esforço de seletividade e priorização, concentrando as ações nos fatores centrais e determinantes do futuro” (BUARQUE, 2004, p.95). Para tanto, Buarque (2004) também trabalha propondo uma concepção de planejamento local que envolva a negociação política e a participação social, utilizando-se da mesma abordagem de desenvolvimento sustentável baseada na interdisciplinaridade de Sachs, como Shiki (2004). O autor concorda que o desenvolvimento sustentável é interdisciplinar como base fundamental e como objetivo final, mas se utiliza do planejamento para construir as bases que possibilitem a sustentabilidade do desenvolvimento.

O planejamento político é necessário para nortear ou até induzir a atuação dos agentes econômicos, fazer com que adotem formas de não-agressão e preservação do meio ambiente, mantendo a biodiversidade e minimizando o uso de recursos naturais.

Binswanger (2001) afirma que o desempenho do mercado está intrinsecamente atrelado à atuação do Estado, ou seja, as regras do Estado induzem ao mau uso dos recursos naturais e à depleção da natureza. Assim, para a

economia ser mais sustentável, deve haver mudança estrutural da economia e mudança conjuntural da atuação do Estado.

Proops *et al.* (2001, p. 105) concorda com a afirmação da atuação forte do Estado e afirma que,

[...] embora, mesmo nos sistemas democráticos, o Estado seja suscetível aos interesses de grupos poderosos, acreditamos que só o Estado, enquanto instituição, pode oferecer potencialmente a escala temporal necessária à sustentabilidade, além de possuir a autoridade e os meios potenciais para atuar como um agente de equilíbrio em face dos poderosos grupos de interesse.

Em suma, a crise ecológica atual, aceita por alguns e questionada por outros, requer a formação de uma vontade política dos mais diversos agentes da sociedade, consolidadas na atuação do Estado e nas políticas públicas possíveis para atuação em relação às questões ambientais. Os Estados, apoiados pela opinião pública, possibilitam políticas que viabilizam a sustentabilidade do desenvolvimento (FERREIRA e FERREIRA, 1995).

Para os autores, o desenvolvimento poderá ser sustentável a partir da intervenção efetiva do Estado e de Instituições que determinem as regras de funcionamento, que proporcionem o planejamento das relações dos agentes econômicos e sociais no meio ambiente. As políticas ambientais são determinadas a partir de um conjunto de metas e instrumentos que buscam reduzir os impactos negativos da ação humana sobre os ecossistemas. Tais políticas interferem nas condições de todos os agentes econômicos e as formas de determinação destas viabilizam outras políticas públicas (LUSTOSA *et al.*, 2003). Essas políticas públicas, afirmam os autores referenciados, possibilitam o desenvolvimento sustentável a partir do planejamento político.

## **5.7 A concepção de sustentabilidade a partir da interdisciplinaridade do desenvolvimento**

A interdisciplinaridade do desenvolvimento sustentável, considerando o equilíbrio social, econômico, político, ético e ambiental é vista como a forma indispensável para a viabilização da sustentabilidade na percepção de Sachs (1993; 2002; 2004), Brüseke (1995; 2001), Mendes (1993; 1995), Leonardi (1995), Vieira (1995), Veiga (2005; 2006), Barbieri (1997), Cavalcanti (1995; 2001), Bursztyn (1993; 2001), Mawhinney (2002), Ruscheinsky (2004).

O termo interdisciplinaridade está sendo utilizado neste contexto enfatizando os vários aspectos considerados por esse grupo de autores para a busca do desenvolvimento sustentável. O precursor desta discussão é Sachs, que introduz o termo ecodesenvolvimento<sup>16</sup> para tratar da noção interdisciplinar da sustentabilidade. O conceito de ecodesenvolvimento de Sachs foi convertido em desenvolvimento sustentável, na atualidade, por alguns e determina um equilíbrio integrado, orgânico, de igual importância para todos os fatores.

A sustentabilidade nesta concepção perpassa a harmonia entre homens e natureza e o atendimento simultâneo dos “critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002, p. 35). Baseia-se na percepção de uma solidariedade com as gerações atuais de forma simultânea e homogênea e com as gerações futuras, de forma que possibilitem substituição e atendimento das necessidades ao longo do tempo e determina como fundamental a recontextualização do desenvolvimento a partir da “apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente” (SACHS, 2002, p.60). Ou seja, as condições a serem atingidas para possibilitar o desenvolvimento sustentável são igualdade, equidade e solidariedade, assim, em vez de aumentar o que é produzido, o objetivo maior é distribuir os resultados da produção, propiciar o desenvolvimento humano (MENDES, 1995).

A viabilidade econômica traduz-se nos aspectos produtivos de uso racional dos recursos, de reconhecimento dos fatores ambientais na economia; a relevância

<sup>16</sup> “Foi o Secretário-Geral de Estocolmo-72, Maurice Strong, quem usou por vez primeira, em 1973, a palavra ecodesenvolvimento para definir uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado, capaz de impulsionar os trabalhos do recém-criado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Mas os princípios básicos do conceito foram formulados por Ignacy Sachs, pouco tempo depois, num artigo considerado clássico. Inicialmente, o conceito foi pensando para as zonas rurais dos países pobres, a partir de uma estratégia antitecnocrática que valorizava os conhecimentos das comunidades locais para produzir uma gestão mais ecológica dos recursos” (Leis, 1999, p. 146).

social vincula-se à atuação do cidadão neste contexto; e o reconhecimento das desigualdades sociais e a responsabilidade para com o próximo e a prudência ecológica condizem com o reconhecimento dos recursos naturais, dos aspectos ambientais como condição básica para a manutenção das condições que se conhece atualmente. Quando da busca pela harmonia dos vários aspectos, solidifica-se a possibilidade de um desenvolvimento mais sustentável.

Para Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável é possível quando houver por parte de todos envolvidos, ou seja, a comunidade mundial, uma abordagem holística e interdisciplinar do desenvolvimento, quando os cientistas naturais e sociais trabalharem juntos em prol de caminhos que possibilitem a sustentabilidade do desenvolvimento.

Esse desenvolvimento é incompatível tanto com as teses de estagnação da economia como com aquelas de crescimento econômico do livre mercado. O equilíbrio entre fatores sociais, ambientais, econômicos, políticos, éticos é que predispõe a possibilidade de um desenvolvimento mais sustentável. Tal percepção deve ir além de fronteiras contemporâneas e ainda perceber a necessidade de as futuras gerações terem um ambiente conservado para poderem usufruir e viver. “Estamos, portanto, na fronteira de um duplo imperativo ético: a solidariedade sincrônica com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (SACHS, 2002, p.67).

Para o principal autor da corrente que trata a sustentabilidade de forma interdisciplinar (SACHS, 2002, 2004), esta possui diversas dimensões: a primeira é a dimensão social, considerando que o colapso social vem antes do colapso ambiental, e em decorrência desta tem-se a dimensão cultural; como segunda há a dimensão ambiental e a distribuição territorial é decorrente; como terceira existe a sustentabilidade econômica; como quarta a sustentabilidade política e como decorrente da última a sustentabilidade do sistema internacional.

Trata-se de uma proposição harmônica entre os mais diversos aspectos do desenvolvimento sustentável.

Essas variáveis de um ‘jogo de harmonização’ incluem, relativamente ao contexto da demanda social, a regulação dos padrões de consumo e dos estilos de vida; e relativamente ao contexto da oferta de bens e serviços, a regulação de um conjunto de funções produtivas que incluem fundamentalmente a gestão do uso da tecnologia e da natureza dos produtos

gerados pelos sistemas produtivos, a organização espacial dos sistemas produtivos e a gestão do uso dos recursos naturais e do suprimento energético (VIEIRA, 1995, p. 110).

Novamente tem-se a percepção de que o crescimento é necessário, mas condicionado a novo paradigma mundial, a sustentabilidade. Sustentabilidade esta percebida como interdisciplinar no curto e no longo prazos, e não somente como atendimento de necessidades atuais e futuras. O ideal é ter harmonia, possibilitando ao homem ser “co-criador das próprias circunstâncias naturais, a par de criador das culturais. Deixa de ser um melancólico procriador moribundo” (MENDES, 1995, p. 61).

Quando o homem determinar a sua condição ética, sua responsabilidade social, as necessidades econômicas e materiais que possui, condicionadas ao ideal sustentável, possibilitarão “um desenvolvimento verdadeiramente sustentável” (MENDES, 1993, p.19). O verdadeiro desenvolvimento perpassa a consciência de uma nova sociedade, uma sociedade sustentável, que deixa a racionalidade econômica para ter uma racionalidade social-ambiental. Reconhecer a vulnerabilidade da natureza e se responsabilizar por ela é reconhecer a manutenção da vida humana na Terra.

Para Leonardi (1995, p. 201), a sociedade contemporânea passa por condições que promovem o desenvolvimento insustentável, que são: a transnacionalização das instituições econômicas, tecnológicas, políticas, sociais, culturais; a ocidentalização do mundo, quando de disputas político-econômicas-ideológicas mundiais; a desterritorialização das sociedades; o abatimento da atuação dos Estados nacionais no caminho inverso ao fortalecimento das instituições econômicas multinacionais. “A categoria mundo encontra-se assim articulada a duas dimensões. Ela vincula-se, primeiro, ao movimento de globalização das sociedades, mas significa também uma visão de mundo, um universo simbólico específico da civilização atual”.

Burszty (1993) salienta que o conceito de desenvolvimento sustentável vêm para reconciliar economia e ecologia, a busca da satisfação das necessidades sociais no presente e no futuro, mas destaca que a percepção deste contexto deve ser concreta e realista, e não utópica e salvacionista, pois nestas condições não se firmará. O autor (2001) aponta cinco categorias que determina como impasses a serem superados: (1) o aceite de que a humanidade possa se destruir; (2) o

entendimento de que os recursos naturais são finitos; (3) a percepção de que o desenvolvimento de novas tecnologias deve partir de princípios éticos; (4) a consideração da responsabilidade e solidariedade com as futuras gerações; e (5) a necessidade da ação reguladora do Estado sobre as relações entre os atores sociais.

Já, para Cavalcanti (1995, p. 17), a economia da sustentabilidade “trata-se de uma preocupação justificada com o processo econômico na sua perspectiva de fenômeno de dimensão irrecorrivelmente ecológica, sujeito a condicionamentos ditados pelas leis fixas da natureza, da biosfera”. Mas a busca da sustentabilidade vai além da economia e da ecologia, compreende a harmonia entre os homens e a natureza, em um comportamento que obedeça às leis que a natureza impõe e determina no longo prazo o equilíbrio entre natureza, economia e sociedade.

Ruscheinsky (2004, p. 18), por sua vez, enfatiza que a sustentabilidade ambiental é “inseparável da sustentabilidade econômica e social”, mas as coloca como sustentabilidades distintas. Para ele, a sustentabilidade refere-se à capacidade de um sistema sustentar-se sem que outros entrem em crise. Assim, o equilíbrio é necessário.

Se de um lado a sociedade de consumo se desenvolveu num ritmo sem precedentes, de outro também se acelerou a dinâmica consumo-pobreza-desigualdade-degradação ambiental. Sendo assim, para uma sociedade sustentável, entre outros aspectos, faz-se prioritária a redistribuição entre os consumidores, o abandono dos produtos e procedimentos que degradam o ambiente, a prioridade para geração do que é básico para a satisfação do necessário para os pobres em oposição ao consumo ostentatório (RUSCHEINSKY, 2004, p. 30).

Sustentabilidade, ou melhor, a combinação entre crescimento econômico e conservação da natureza não ocorrerá no curto prazo e nem poderá ocorrer em cada local, deverá ser pensada de forma interdisciplinar e no longo prazo, ou seja, ao longo de muitas gerações e de forma equilibrada. Veiga (2005; 2006), em suas discussões, destaca indicadores para o desenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável, mas se o conceito não possui aceitação geral, se este é utilizado de várias formas, sem concordância de todos, não é possível ter indicadores que demonstrem a sustentabilidade de uma economia frente a outras. Como dizer que um país é mais ou menos sustentável, se não se tem convicção do que é ser sustentável. Mas o autor avança quando afirma que “a preservação da capacidade produtiva para um futuro indefinido, pela ilimitada substituição dos recursos não-

renováveis [...] exigirá, evidentemente, mudanças importantes na maneira de medir o desempenho das economias” (VEIGA, 2006, p. 60).

O “meio ambiente deve ser visto como a fonte derradeira de certas funções, sem as quais a economia simplesmente não pode existir ou operar, e cujos ritmos determinam a velocidade do que pode ser feito” (CAVALCANTI, 2001, p.38). Assim, “a questão ambiental na sociedade global é política, econômica, social, cultural, tecnológica, demográfica, científica” (LEONARDI, 1995, p. 205).

A interdisciplinaridade do desenvolvimento, considerando os seus mais diversos aspectos, é que possibilita o desenvolvimento sustentável, a partir de uma sincronia com as necessidades atuais e a manutenção de condições para as futuras necessidades. Equilibrar as condições políticas, econômicas, sociais, culturais, éticas e ambientais, considerando a sociedade, as outras espécies, os ecossistemas em geral, cria condições que viabilizem um desenvolvimento equitativo e sustentável.

## **5.8 A concepção de sustentabilidade a partir da racionalidade ambiental**

Por último tem-se Leff (2001; 2002; 2004; 2006), Unger (2000), Morin (2003), Morin e Kern (2005), Leis (1991; 1995; 1999), D’Amato (1995) que acreditam que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado se a forma de pensamento for ambiental. Defendem que a racionalidade do desenvolvimento é ambiental. O ambientalismo é considerado como um estado de espírito, uma forma de pensar o mundo.

Leff (2004, p. 17) afirma que

[...] o saber ambiental coloca-se, assim, fora da idéia do uno, do absoluto e do todo: do logocentrismo das ciências até o saber holístico e das visões sistêmicas que buscam a reintegração e retotalização do conhecimento num projeto interdisciplinar.

Em sua obra, Unger (2000, p. 16) apresenta uma crítica aos fundamentos da atual civilização, da sociedade fragmentada, da sociedade que busca o controle e dominação de todos os aspectos da sua vida, da vida dos outros e do ambiente. Propõe a reavaliação da atuação do homem neste contexto e considera que pode existir e erigir uma unidade a partir “da ecologia profunda [...]. À medida que somos capazes de resgatar o senso do sagrado em sua revelação no Real, re-encontramos os elos a ligar *polis* e *Cosmos*”.

Morin e Kern (2005, p.175) concluem seu livro *Terra-Pátria* escrevendo “Cada um de nós vem da Terra, é da Terra, está na Terra. Pertencemos à Terra que nos pertence”. Trata-se de uma percepção crédula no divino modo de pensar, agir, viver a partir do reconhecimento ambiental de todas as coisas.

Para Leis (1991, p. 32), “o meio ambiente, praticamente invisível para a política até pouco tempo, nos obriga hoje a pensar (ou repensar) seu lugar dentro de qualquer teorização política contemporânea”. Essa afirmação confirma a percepção de que o pensamento ambiental exige para si o primeiro lugar na racionalidade da sociedade atual, e que, dessa forma, concebendo todos os aspectos a partir do ambiente, a sustentabilidade do desenvolvimento será viabilizada.

Aceitar que existe uma complexa teia de aspectos envolvidos na busca pela sustentabilidade “implica construir uma ciência cuja base seja a incerteza e que aceite uma pluralidade de perspectivas como legítimas” (LEIS, 1999, p.161). A ética não poderá ser neutra em uma perspectiva de ecologização do pensamento (MORIN e KERN, 2005), deverá sim ser pensada, tratada de acordo com os princípios que norteiam a conservação da biodiversidade. “A ética ecológica, o ambientalismo vital é uma intencionalidade, não uma essência e nem um ator. É um estado de espírito que, com a verdade e a esperança, deve ser recriado permanentemente para poder existir” (LEIS e D’AMATO, 1995, p. 100).

Leff (2004, p. 16) salienta que “o ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza, através das relações de poder que têm sido inscritas nas formas dominantes do conhecimento”.

A epistemologia ambiental não se trata de um método para recompor os conhecimentos atuais, e sim, de um saber que nasce externo a esse contexto,

objetiva dar sustentabilidade à vida e invade a totalidade atual para determinar um novo conhecimento. “A crise ambiental é uma crise do conhecimento” (LEFF, 2004, p.19), e a epistemologia ambiental promove nova base para o conhecimento: o ambiente.

Assim, antes da sustentabilidade ser uma proposição para o desenvolvimento atual ou para novo desenvolvimento, é a contextualização básica do raciocínio, da teoria, do paradigma que sustentará todo o novo tipo de desenvolvimento que seguirá. Será o saber ambiental que determinará a nova racionalidade social, econômica, ética, política. Dessa forma, antes de ter uma interdisciplinaridade para um desenvolvimento sustentável, tem-se que fundamentar a própria base do sistema, uma reconstrução teórica e de conhecimento a partir do ambiente.

O saber ambiental constrói-se no encontro das racionalidades e identidades, marcado pela abertura do saber à diversidade, à diferença e à outridade, questionando a historicidade da verdade, abrindo o campo do conhecimento para a utopia, para o não saber que alimenta as verdades por vir (LEFF, 2004, p. 25).

O saber ambiental, construído na destruição de racionalidades existentes, de nova relação entre ser e saber, possibilita, portanto, nova racionalidade, a racionalidade ambiental, que é a mudança da compreensão do mundo, desde a teorização até a ação social e econômica.

Em suma, tem-se o que Leff (2001; 2002; 2004; 2006) denomina de complexidade ambiental, que não se trata do todo, nem de um pensamento holístico, tão pouco da convergência da interdisciplinaridade. Compreende o “desdobramento da relação do conhecimento com o real que nunca alcança totalidade alguma, o que desloca e transborda a reflexão epistemológica do estruturalismo crítico para o reposicionamento do ser no mundo na sua relação com o saber” (LEFF, 2004, p.38).

Dessa forma, a sustentabilidade se sobrepõe às teorias científicas, aos projetos econômicos e passa a ser um projeto político de atores com uma racionalidade ambiental que perpassa uma “reapropriação social da natureza” (LEFF, 2004, p. 53). Assim, a racionalidade ambiental transforma-se na racionalidade teórica, técnica e política que viabiliza um processo social de busca por um desenvolvimento sustentável.

A racionalidade ambiental é forjada nesta relação de outridade na qual a Outridade entre seres se internaliza na outridade do saber e do

conhecimento, ali onde emerge a complexidade ambiental como uma teia de relações de alteridade (não sistematizáveis), onde se reconfigura o ser e sua identidade e se abre para além do pensável, guiado pelo desejo insaciável de saber e pela justiça social (LEFF, 2004, p. 83).

Para Unger (2000, p. 13), não serão suficientes para evitar o extermínio ambiental as estratégias de diminuição das agressões à natureza ou incluir nos projetos de desenvolvimento a questão ambiental, o que deve ser pensado é “desembocar em uma ecologia radical”. Esta ecologia radical parte de uma unidade entre o conjunto dos seres, um conjunto que deve ser conhecido e reconhecido no todo, a partir de nova ética, uma ética do “re-encantamento do mundo e do respeito ao direito de ser e de viver do todo e de cada uma das partes” (UNGER, 2000, p. 13-14).

A crise atual não é somente ambiental, é uma crise da civilização, da visão de mundo desta civilização, uma crise de caráter e de respeito para com o outro. Para acabar com essa crise, somente repensando a racionalidade. E a ética é que possibilitará a retomada do respeito com a natureza e a diversidade dela advinda. Assumir que os homens não são proprietários da natureza, mas que é mais um entre os seres que dela fazem parte, é condição fundamental para perceber a necessidade de conservação, de manutenção desta que é a Mãe de todos. “Neste dar de Si, a Natureza revela o Sagrado no seu aspecto maternal de nutrir e proporcionar vida” (UNGER, 2000, p. 90).

O desafio ambientalista não se reduz a tornar sustentável um ou outro modelo da sociedade moderna. Isto é secundário frente à necessidade de nutrir o homem contemporâneo com as vivências dos tempos dos heróis gregos e místicos sufis, quando a vida era um campo de amor, luta e respeito, sincrético e mutável, entre os deuses, os homens e a natureza. Assim sendo, é correto interpretar o *ethos* do ambientalismo como pré-pós-moderno. Em outras palavras, depois de completado seu ciclo de formação, o ambientalismo cumpre sua missão histórica morrendo como projeto ou utopia da modernidade, renascendo como aventura (LEIS e D'AMATO, 1995, p.231).

Parece estar se falando de um contexto lúdico neste enfoque de sustentabilidade, mas, defendem os autores desta corrente de pensamento, que é neste contexto “sagrado” (UNGER, 2000, p.90), “romântico” (MORIN e KERN, 2005, P.176), que está o cerne de uma concepção racionalmente imbricada na questão ambiental.

O ambiente pensado a partir de um único ponto de convergência e de origem, a racionalidade ambiental. Um enfoque que pretende contemplar todos outros

enfoques, tomando para si a complexidade dos mais diversos aspectos e afirmando que a sustentabilidade só é possível quando houver mudança de pensamento. Quando esse pensamento for puramente ambiental e todos estiverem envolvidos no processo a partir do conhecimento ambiental, a racionalidade será ambiental.

A viabilidade prática de uma concepção de sustentabilidade a partir da racionalidade ambiental toma outras formas de análise e questiona-se se é possível existir nesta sociedade uma racionalidade ambiental como nas proposições deste grupo de autores.

## 6 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Considerando as oito concepções de sustentabilidade expostas no capítulo anterior, identificam-se convergências em alguns aspectos e divergências entre outros, entre algumas ou todas as concepções.

Seguindo a mesma ordem dos capítulos, a análise inicia pela concepção da ecologia natural. Tal concepção parte do princípio de uma defesa incondicional da natureza. Toda a concepção do desenvolvimento deve estar atrelada à conservação dos ecossistemas, uma percepção biocêntrica na qual o desenvolvimento pode deixar de existir em prol de espécies ou da finitude dos recursos naturais. Aproxima-se da concepção de inviabilidade de sustentação do capitalismo quando suas posições são catastróficas com relação ao futuro da espécie humana e da Terra.

A concepção que parte do princípio de que as bases do capitalismo, acumulação e expansão do capital exigem aumento do uso de recursos e consumo cada vez maior, trata-se da expansão constante do capital, da produção e do consumo. Tal enfoque afirma que seria possível uma condição sustentável para o desenvolvimento, se a humanidade partisse de princípios como austeridade para com seu consumo, solidariedade para com os outros e com o futuro e simplicidade em seu consumo. São condições contrárias aos fundamentos do modo de produção capitalista, à acumulação de capital, pelos quais a relação se dá entre os recursos escassos e as necessidades insatisfeitas.

São duas concepções que se aproximam na posição incrédula no futuro da humanidade e afirmam que a condição do desenvolvimento sustentável, de atendimento das atuais e futuras gerações, não poderá ser alcançada no capitalismo e no enfoque antropocêntrico da espécie humana.

Convergem na condição exposta acima e divergem na centralidade das suas concepções. Melhor explicitando, a concepção da ecologia natural parte do princípio de defesa da natureza e a concepção da inviabilidade de sustentação do capitalismo afirma que neste modo de produção não será viável a sustentabilidade do desenvolvimento. Alguns autores que tratam da concepção da inviabilidade do sistema capitalista de produção também se enquadram em alguns aspectos de outras concepções, identificados ao longo da dissertação, pois crêem em alternativas para a sustentabilidade.

Essas concepções foram identificadas como extremistas na condição de viabilizar o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, identificam-se outras seis concepções para o desenvolvimento sustentável que não cogitam diretamente a inviabilidade do desenvolvimento sustentável e propõem alternativas para que o mesmo ocorra.

Contrária à concepção da ecologia natural, há a concepção da racionalidade econômica, uma visão tradicional do desenvolvimento baseada na alocação ótima dos recursos, no progresso econômico no livre mercado, produzindo mais e melhor, proporcionando, este crescimento, o bem-estar social. Afirmando que a preocupação com o meio ambiente deve atender às exigências do crescimento, devendo o problema ambiental ser isolado, analisado e resolvido nestas condições. A questão ambiental deve ser tratada como externalidade ao desenvolvimento e não inviabilizaria a produção, já que as inovações tecnológicas criariam substitutos aos recursos escassos.

Percebe-se que essa concepção é totalmente contrária à concepção da ecologia natural e à concepção da insustentabilidade do modo de produção capitalista. É um enfoque que acredita no livre mercado do capitalismo e que sustenta a posição de que os problemas ambientais não inviabilizam o desenvolvimento econômico. Uma posição radical e racional no credo de que a economia e as decisões individuais de cada um proporcionarão a melhor alocação dos recursos e o bem-estar geral.

Demonstra ser um enfoque isolado dos outros enfoques e sem convergências com os identificados neste trabalho, sendo somente identificadas divergências. Além dos dois primeiros pontos citados, essa concepção diverge da concepção da

economia ecológica, da cidadania ambiental, do planejamento político, da interdisciplinaridade do desenvolvimento e da racionalidade ambiental. São todas as concepções que partem de pressupostos da valorização do meio ambiente, da certeza de que a natureza é intrínseca ao processo de desenvolvimento.

A concepção da economia ecológica parte dos princípios econômicos do desenvolvimento, mas propõe que a produção e o consumo considerem o meio ambiente como fator preponderante nas decisões, que a regeneração e conversação dos ecossistemas são prioritárias na produção e consumo da economia. Para tanto, buscam atribuir valores para os recursos naturais comparáveis com outros bens e considerando o quanto destes podem ser perdidos. Esta concepção propõe a utilização racional dos recursos, a valoração dos bens naturais e a contabilidade ambiental, fundamentando o crescimento baseado na escassez dos recursos e no atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras.

Tal concepção diverge das outras concepções, pois prioriza a economia, diferentemente da cidadania ambiental e do planejamento político, além das divergências para com as concepções da ecologia natural, da insustentabilidade do capitalismo e da racionalidade econômica. Converge, mesmo que indiretamente, com as concepções de interdisciplinaridade, pois a economia é um dos fatores priorizados no equilíbrio a ser alcançado no desenvolvimento e é parte da concepção que propõe nova racionalidade ambiental, na qual novamente a economia seria parte de nova concepção de mundo, uma concepção complexa a partir do saber ambiental.

Em se tratando da cidadania ambiental, os critérios prioritários para o desenvolvimento são aqueles voltados para a sociedade, para o consumo sustentável, para uma condição na qual o cidadão é precursor da sustentabilidade do desenvolvimento. O controle da sociedade a partir de critérios qualitativos, culturais e éticos possibilitaria a preservação da natureza atrelada ao desenvolvimento socioeconômico, a partir das condições do local, da atuação do cidadão em cada local, considerando suas especificidades, o desenvolvimento seria sustentável.

Essa compreensão também é parte da concepção que traz a interdisciplinaridade do desenvolvimento e da racionalidade ambiental. Diverge dos

enfoques economicistas e ambientalistas e traz a responsabilidade de um futuro sustentável para o cidadão.

Da mesma forma que a concepção da cidadania ambiental enfatiza a atuação do cidadão, a concepção do planejamento político acentua a atuação do Estado para o alcance da sustentabilidade. Para tal enfoque, somente com uma reforma política dos Estados, das organizações não-governamentais, orientada para as questões ambientais o desenvolvimento poderá tornar-se sustentável. Nesse contexto as reformas políticas seriam baseadas nas especificidades de cada local. Neste aspecto se assemelha com a concepção da cidadania, considerando a percepção do local como preponderante na busca pela sustentabilidade. Assim os Estados estabelecem as regras, planejam e determinam como ocorreria o desenvolvimento. Ainda, como o enfoque anterior, essa concepção diverge dos enfoques de ordem econômica ou ecológica e é parte integrante dos enfoques interdisciplinar e da racionalidade econômica.

Os dois últimos enfoques citados neste trabalho parecem ser os mais completos no que tange às condições para atendimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável, atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras, permeando princípios de igualdade, equidade e solidariedade.

A interdisciplinaridade do desenvolvimento orienta-se pelo equilíbrio dos fatores sociais, econômicos, políticos, éticos e culturais, considerando a prudência ecológica atrelada à relevância social e à viabilidade econômica do desenvolvimento.

Essa concepção é, portanto, o conjunto equilibrado das concepções da cidadania ambiental, considerado no aspecto social, do planejamento político, considerado no aspecto político, da economia ecológica, considerado no aspecto econômico, da ecologia natural, considerado no aspecto ambiental. Além disso, aproxima-se da concepção da racionalidade ambiental quando enfatiza uma condição ética norteadora do desenvolvimento sustentável.

Por último, tem-se a concepção da racionalidade ambiental, uma concepção de análise mais abstrata para um contexto complexo de racionalidade ambiental. Busca a retotalização do conhecimento em um projeto interdisciplinar baseado no saber ambiental, a recontextualização de nova ciência baseada nas incertezas e

pluralidades, fundamentalmente ética e que considera o ambiente como a condição complexa da visão de mundo. Traz nova base para o conhecimento por meio de uma epistemologia ambiental que proporciona novo saber ambiental, saber este que determina nova racionalidade social, econômica, ética e política, nova racionalidade ambiental. Crer no sentimento de pertencimento e na ecologização do pensamento são aspectos fundamentais para a racionalidade ambiental.

Apesar de sua abstração, essa concepção abarca todas as outras concepções, converge no sentido de que todos os enfoques citados, da ecologia, da economia, da cidadania, do planejamento e até mesmo da interdisciplinaridade, fazem parte de uma complexa teia de saberes formados e formadores de nova racionalidade, de novo pensamento, o saber ambiental.

## 7 A OBRA CONSTRUÍDA POR DINIZAR BECKER

Como proposição para este capítulo, será trazida a construção teórica do professor Dinizar Fermiano Becker. O autor (1947-2003) era Doutor em Economia pela UNICAMP e Pós-Doutor em Economia Política pela Universidade do Minho (Portugal), professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNISC e professor da UNIVATES. Exerceu mandatos de presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT e de presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – COREDES. Faleceu em 2003 em plena atividade acadêmico-profissional, com publicações ainda sendo desenvolvidas e pensadas a partir da última formação do pós-doutorado.

O autor deixou um legado de obras, textos, artigos escritos e outros no prelo. Fica, lendo suas obras, a nítida impressão que muito estava por vir, talvez a conformação de toda uma carreira acadêmica, de pesquisa e de atuação regional.

UNIVATES

As obras<sup>17</sup> de sua autoria datam dos anos de 1990<sup>18</sup> em diante e perfazem um contexto teórico a partir da dinâmica do desenvolvimento regional. O autor dedica sua obra à participação social no desenvolvimento contemporâneo e, nos agradecimentos de um de seus livros, enfatiza “que são com muitas e múltiplas mãos que se faz o desenvolvimento humano, comunitário e livre” (BECKER, 2000a).

No ano de 2003, o autor escrevia um livro que seria o resultado final de seu pós-doutorado na Universidade do Minho (Portugal), livro que estava no prelo e tinha parte de seus capítulos escritos antes de seu falecimento (2003g). Na apresentação da obra consta a seguinte frase:

[...] o ponto de partida do trabalho é a minha ‘experiência vivida’ de muitos anos, no exercício da docência; na coordenação de grupo de trabalho multidisciplinar, multiinstitucional e multirregional, principalmente na organização e estruturação da REDENEP<sup>19</sup>; e, na gestão do desenvolvimento local-regional nos e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (CMD’s), Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT e no Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – COREDES-RS (2003g, s.p.).

Suas preocupações perpassavam a falta de integração entre as diversas atividades de ensino, pesquisa, planejamento e gestão do desenvolvimento das regiões e, por isso, um dos objetivos deste livro era propor bases teórico-

<sup>17</sup> Nesta dissertação não serão tratadas as seguintes obras de autoria do professor Dinizar Becker: BECKER, D. F.; COSTA, M. M. M. da; AEROSA, S. C. Refletindo sobre a recuperação do apenado no sistema penitenciário do vale do Rio Pardo. *Revista do Direito*, Santa Cruz do Sul, n. 13, 2000. p. 99-113; BECKER, D. F.; ROCHA, J. M. da. As raízes do declínio econômico da metade Sul do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: *Redes*, v. 5, n. 1, 2000, p. 191-212. *Estudo & Debate*, v. 5, n. 1, 1998. p. 47-73; FONTOURA, S. R. H. da; GASTAL, S. de A.; BECKER, D. F. Turismo e turista: uma viagem exploratória. Santa Cruz do Sul: *Redes*, v. 4, n. 3, 1999. p. 235-252; BECKER, D.; FONTOURA, S. R. H. da; GASTAL, S. de A. Cultura como produto turístico. *Estudos & Debate*, Lajeado, v. 6, n. 2, 1999. p. 55-79. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, 2000. p. 163-181; BECKER, D. Uma economia política do direito ao lazer. In: MÜLLER, A.; DACOSTA, L. P. (org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul, 2002; BECKER, D. A economia política dos direitos fundamentais: uma primeira aproximação teórica dos fundamentos econômicos dos direitos fundamentais. In: ARAUJO, L. E. B. de; LEAL, R. G. (org.). *Direitos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul, 2001, v. 500, p. 43-69. A opção deve-se ao fato de que as mesmas não estão focadas no tema em análise nesta dissertação.

<sup>18</sup> As primeiras obras escritas pelo professor Dinizar são, além de sua tese de doutorado, *A economia política do arroz: uma análise da conformação do CAI do arroz irrigado do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp, 1992, obras não publicadas a respeito da Ciência Econômica e o papel dos profissionais da economia: *Textos para Discussão n° 001*: As reformas de 1964 a 1967. jan/1995a; *Textos para Discussão n° 002*: O mercado de trabalho do economista: uma contribuição para o debate. jan/1995b; *Textos para Discussão n° 003*: Notas sobre os papéis e funções do estado capitalista. jan/1995c; *Textos para Discussão n° 005*: Repensando economia I. jan/1995d; *Textos para Discussão n° 006*: Repensando economia II. jan/1995e; *Textos para Discussão n° 009*: A pesquisa econômica: uma nota introdutória ao método de pesquisa monográfica em Economia. fev/1995f. Como não se referem ao tema desta dissertação estão sendo mencionados visando a consultas futuras.

<sup>19</sup> A obra *REDENEP*: a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento consta nesta bibliografia (2000a).

metodológicas constituidoras das interfaces entre os diversos agentes do desenvolvimento regional.

Outra preocupação era o contexto econômico atual no qual a produção tende a ser acelerada e cada vez mais produtiva, enquanto crescem as desigualdades sociais, sejam elas em nível nacional como em nível regional. Mantinha seus questionamentos iniciais quanto aos motivos de algumas regiões adaptarem-se ao movimento mundial do capital e outras não.

Para tanto, propunha um livro cujo sumário provisório era o que segue:

- 1 O DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL EM QUESTÃO
  - 1.1 A questão da crise do desenvolvimento
  - 1.2 A questão teórico-metodológica do desenvolvimento local-regional
  - 1.3 A questão do duplo movimento de contrários e/ou contraditórios: o econômico e o social na conformação da dinâmica do desenvolvimento local-regional
  - 1.4 A questão da mediação político-institucional do desenvolvimento: o político na configuração da dinâmica do desenvolvimento local-regional
  - 1.5 A questão final – o enunciado de um quadro referencial crítico e alternativo para a análise do desenvolvimento local-regional
- 2 O CONHECIMENTO SE FAZENDO
  - 2.1 Introdução
  - 2.2 Os dois planos de análise da realidade: uma revisão do que já foi feito
  - 2.3 A dialética do processo de desenvolvimento contemporâneo: uma concepção crítico-alternativa da realidade
  - 2.4 O conhecimento se fazendo: desfazendo e refazendo o feito
  - 2.5 Considerações finais: uma concepção lógico-metodológica do desenvolvimento regional
- 3 COMPETITIVIDADE: o (des)caminho da globalização econômico-financeira
  - 3.1 Introdução
  - 3.2 A transnacionalização dos espaços econômicos
  - 3.3 Os determinantes econômico-corporativos do desenvolvimento regional
  - 3.4 As estratégias para um desenvolvimento regional competitivo
  - 3.5 Considerações finais – uma economia política do desenvolvimento regional
- 4 SUSTENTABILIDADE - o (des)caminho da regionalização socioambiental
  - 4.1 Introdução
  - 4.2 A regionalização dos espaços sociais
  - 4.3 Os desafios socioambientais do desenvolvimento regional
  - 4.4 As estratégias para um desenvolvimento regional sustentável
  - 4.5 Considerações finais: uma ecologia social do desenvolvimento regional
- 5 FLEXIBILIDADE – o (des)caminho da descentralização político-institucional
  - 5.1 Introdução
  - 5.2 A flexibilização dos espaços políticos
  - 5.3 A necessidade-possibilidade da mediação político-institucional resolutoraviabilizadora do desenvolvimento regional
  - 5.4 As estratégias para um desenvolvimento regional flexível
  - 5.5 Considerações finais: uma social política do desenvolvimento regional
- 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: um referencial teórico-histórico das dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento regional (2003g, s.p.)

Com referência ao livro, os capítulos 01, 02 e 03 eram os mais completos, mas ainda estavam baseados nas referências construídas ao longo de sua carreira.

Mesmo afirmando que “o pos-doutoramento é o momento e o tempo necessário para amadurecer e consolidar essa concepção teórico-metodológica sobre as dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento contemporâneo” (BECKER, 2003g, s.p.), a vida não deu esse tempo para o professor Dinizar.

Os capítulos 04, 05 e 06 tinham sido abordados apenas superficialmente e traziam o contexto da construção teórica das suas obras anteriores. Seus objetivos eram de

[...] construir um quadro referencial crítico e alternativo, para analisar e explicar as dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento local-regional e, ao mesmo tempo, para viabilizar pontes entre professores, pesquisadores, planejadores e gestores, sujeitos coletivos diretos das dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento local-regional (BECKER, 2003g, s.p.).

O escopo de análise permanece nas contextualizações da competitividade, sustentabilidade e flexibilidade, mantendo a tese dos dois processos contraditórios de transnacionalização econômico-financeira e de regionalização dos espaços sociais, que serão vistas a seguir. A obra ficou incompleta e é nestas condições que está sendo analisada (2003g).

Tal livro, ao que pareceu mesmo em sua provisoriedade, consolidaria ou pretendia consolidar a proposição do professor Dinizar no que tange às dinâmicas regionais diferenciadas do desenvolvimento contemporâneo, considerando as interações econômicas, sociais e políticas, ambientadas pelos diferentes agentes regionais.

Neste capítulo expõe-se algumas considerações acerca da leitura da obra do referido autor. Será feita uma exposição geral da discussão teórica construída pelo professor Dinizar, mas o enfoque prioritário será para atendimento dos objetivos desta dissertação.

Suas obras contemplam abordagens referentes “à crescente transnacionalização dos espaços econômicos nacionais” (2002a, p. 33), até o exame da proposição de sustentabilidade e flexibilidade na sociedade atual, em um contexto de regionalização dos espaços sociais.

Essa discussão se dá, enquanto contexto teórico, a partir da economia política que se configura como tema principal de algumas de suas obras. Como tese

central contextualiza o movimento da transnacionalização econômico-financeira que possibilita e viabiliza a competitividade regional e como antítese deste movimento, ou seja, o contramovimento, o movimento contraditório, que caracteriza a regionalização do desenvolvimento. Essa regionalização, por ser o movimento que especifica e individualiza o desenvolvimento das regiões, caracteriza-se por um contramovimento pela sustentabilidade sócio-cultural-ambiental.

Para findar e mediar esses movimentos contraditórios, configura-se a flexibilidade, a política mediadora das relações sociais-culturais-naturais com o primado econômico da valorização do capital (BECKER, 1996a; 1999e; 2000c; 2001c; 2002a; 2002b; 2002c; 2003g) .

A conformação clara da economia política a partir da teoria de Gramsci ocorre no livro que estava no prelo (BECKER, 2003g, s.p.). Toda sua obra leva em consideração a obra de Gramsci pensada a partir do conceito de tese-antítese-síntese que será tratado mais adiante, mas é nesta última obra que propõe “uma economia política neo-gramsciana do desenvolvimento contemporâneo”.

Todos os temas tratados pelo autor Dinizar Becker perpassam a questão da regionalidade, das possibilidades do desenvolvimento local/regional de cada espaço, conforme suas especificidades, nas possibilidades de “um desenvolvimento regional responsável. Responsabilidade com sustentabilidade do processo produtivo” (BECKER, 1996b, p. 110).

Neste íterim, e será tema de poucas páginas desta dissertação, discutem-se as questões acerca do planejamento, de estratégias de desenvolvimento regional e a necessidade de projetos regionais de desenvolvimento para o estado do Rio Grande do Sul, a partir da sua condição de presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT e do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Propõe o autor uma construção do conhecimento a partir de nova metodologia de entendimento do desenvolvimento regional, uma relação dialética na qual competitividade e sustentabilidade são mediadas pela flexibilização do desenvolvimento contemporâneo. Ou seja, “competitividade, sustentabilidade e flexibilidade conformam três campos distintos e separados, mas complementares,

que fundamentam e dão dinâmica ao processo de desenvolvimento contemporâneo” (BECKER, 2002a, p. 41).

Por fim, percebe-se que o autor parte de uma suposição básica para contextualizar todos seus trabalhos, contextualização esta que será mais bem definida segundo sua discussão metodológica sobre desenvolvimento. Trata-se de admitir

[...] que é irreversível a tendência ao desaparecimento das grandes utopias, chega ao fim a era dos grandes modelos de desenvolvimento, e que, ao mesmo tempo, essa tendência tem um outro lado: cria a necessidade, ou melhor, abre a possibilidade para o surgimento de novas e diversas utopias. Dessa forma, geram-se as condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento (BECKER, 1995j, p. 3).

Como contexto de todo seu trabalho, tem-se a nítida impressão de que se faz jus ao referido abaixo: “[...] não se tem nenhuma ilusão, nenhuma fé, de que, por exemplo, a ‘regionalização’ disso ou daquilo seja melhor ou pior, para beltrano ou cicrano. Regionalizar, localizar, territorializar as dificuldades, os problemas é funcional ao sistema capitalista” (BECKER, 2002c, p. 23).

Mas, afirma o autor, é possível pensar o desenvolvimento regional identificando e analisando as variáveis específicas dos locais, encontrando as diferenças sociais e ambientais de cada local, encontrando as diferenças econômicas e as diferenças políticas para somente assim ter um desenvolvimento igual e por completo.

### **7.1 As bases teóricas da obra do professor Dinizar Becker**

A construção científica do professor Dinizar Becker baseia-se em teses acerca do tema da economia política, das fundamentações teóricas das relações contraditórias entre capital e trabalho, entre os movimentos global e local do desenvolvimento contemporâneo.

Assim, as bases teóricas na obra do professor Dinizar Becker perpassam inicialmente, para tratar do tema do desenvolvimento contemporâneo e suas implicações, as considerações acerca do conceito de Economia Política<sup>20</sup> (1994a; 1994b; 1998b; 1999a; 2001a; 2002b; 2003d) entendida a partir das

[...] relações dos homens entre si e as relações dos homens com a natureza [que] num determinado espaço dão forma e conteúdo ao processo de desenvolvimento. Assim, estruturam, a cada tempo histórico, uma determinada organização (social, econômica, política) possível e necessária para produzir as necessidades materiais e culturais (BECKER, 1994a, p.10-11).

As primeiras (1994a; 1994b) contribuições são pensadas com base na proposição do desenvolvimento regional do Vale do Taquari, partindo de um pressuposto de que o Vale possuía características específicas que determinavam crescimento diferenciado, mas que “muitas das dificuldades atuais no desenvolvimento do Vale do Taquari possuem raízes históricas” (BECKER, 1994a<sup>21</sup>, p.18). E, apesar de ser um Vale próspero a partir de uma visão do desenvolvimento de forma horizontal, ou seja, de vários e diferenciados pequenos negócios, tem dificuldades de avançar e passar para uma dinâmica econômico-financeira competitiva.

<sup>20</sup> A construção teórica a partir da Economia Política trata da Economia como Ciência Social, abrangendo “o conjunto de atividades que formam a vida econômica da sociedade. Metodologicamente, a economia política se encarrega de explicar ou interpretar não só a atividade essencialmente econômica, mas também suas condicionantes sociais e políticas” (Singer, 1989, p.18).

<sup>21</sup> Nesta obra o professor Dinizar Becker propõe a construção de uma pesquisa com o seguinte objeto de estudo: A Economia Política do Vale do Taquari: organização econômica, social, política do povo da região, para produzir e/ou acessar as suas necessidades materiais e culturais. Pergunta os motivos pelos quais a região enfrentava dificuldades de alcançar patamares tecnológicos superiores e adentrar no ciclo dinâmico do capital financeiro. Para tanto, seus objetivos perpassam a identificação dos elementos de desenvolvimento da região que possibilitam a construção de uma teoria específica do desenvolvimento regional. Não foi identificado nas leituras que se seguiu que este projeto tenha continuado nas condições inicialmente propostas. Pode-se até supor que os resultados de trabalhos do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT sejam partes desta obra maior: Plano de Ação Integrada Pró-Desenvolvimento (Projeto). Lajeado: *Estudo & Debate*, 1994b, ano 01, n.01. Eta Vale competitivo. *Série Projeto n° 000*. Maio 1995g; Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT (parte I – qualitativa); Lajeado: Fates, 1995h; Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT (parte II – quantitativa). Lajeado: Fates, 1995i; Competitividade do Setor Leiteiro do Vale do Taquari. *Estudo & Debate*, v. 4, n. 2, 1997a. p. 7-33; Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT (parte III - diagnóstico x estratégias de ação - parte IV - organização da ação). Lajeado: Fates, 1997b; Políticas de Desenvolvimento para o Vale do Taquari - CODEVAT (Estratégia). Lajeado: Fates, 1998c. Documentos; Políticas de Desenvolvimento para o Vale do Taquari - CODEVAT (Turismo). Lajeado: Fates, 1998d. Documentos; Políticas de Desenvolvimento para o Vale do Taquari - CODEVAT (Educação/Plurianual). Lajeado: Fates, 1999f. Documentos; Perfil Tecnológico de Setores Industriais do Vale do Taquari - RS - CODEVAT. Lajeado - RS: Fates, 1999g. Documentos.

Este objeto de estudo, o Vale do Taquari, faz parte de uma contextualização maior de uma discussão teórico-metodológica sobre a economia política do desenvolvimento contemporâneo na qual o autor (1995j; 1999e; 2000b; 2002d; 2003g) identifica

[...] dois movimentos contraditórios, enquanto tendências, [que] demarcam os dias atuais: primeiro, a transnacionalização dos espaços econômicos via crescente desterritorialização do capital financeiro. Segundo, a regionalização dos espaços sociais via crescente territorialização da força de trabalho (BECKER, 1995j, p. 01).

A partir do contexto identificado, o autor destaca em suas proposições uma construção teórico-histórica (1999a) e lógico-metodológica (1998b) da economia política do desenvolvimento contemporâneo.

As fundamentações teórico-históricas perpassam dois aspectos contraditórios e complementares do desenvolvimento, um, de transnacionalização do capital, e outro, de regionalização da força de trabalho. E as considerações lógico-metodológicas identificam os aspectos metodológicos com relação a essas duas tendências mundiais contemporâneas: a da globalização, a transnacionalização econômica, a mundialização do capital e a da regionalização dos espaços sociais, como movimento de reação ao primado econômico, galgada na cultura, na diversidade ambiental<sup>22</sup>. O professor Dinizar utiliza-se de fundamentações de teóricos reconhecidos para propor uma contextualização e análise das duas tendências.

Um artigo inédito (1998b)<sup>23</sup> traz a sistematização do conhecimento a partir de autores que não são tema desta dissertação, mas que são balizadores da construção da obra do professor Dinizar. Este identifica autores<sup>24</sup> que discutiram os movimentos contraditórios do capital e do trabalho, nos quais estes dois opostos se anulariam num certo estágio de desenvolvimento, surgindo uma terceira via desta totalidade dialética.

<sup>22</sup> Ambiente significa um conjunto de circunstâncias ou condições em que coexistam a sociedade, a natureza, a economia, a política. Não toma formas somente no sentido natural ou biológico/ecológico, e sim, na interação entre os vários aspectos da coexistência das várias espécies, “ambiente como conceito que orienta a construção de uma nova racionalidade social” (LEFF, 2001, p.25).

<sup>23</sup> Este artigo traz inúmeros autores que são as bases da construção teórica do professor Dinizar Becker. Por não serem tema desta dissertação, não serão lidos os artigos originais destes autores e somente as referências destes na obra do autor em questão.

<sup>24</sup> Autores como Norberto Bobbio, Alain Touraine, Anthony Giddens.

Outros teóricos<sup>25</sup> tratam o estudo dessas tendências como um “pensar global e agir local”, dividindo suas análises em três momentos: num, identificam o global, tratando como tendência as suas variáveis; após essa identificação e por meio destas tendências, fazem um diagnóstico do desenvolvimento local; e, em seguida, rearranjam o desenvolvimento local em função das variáveis globais. Os estudos feitos nessa linha possuem muitas limitações, como, por exemplo, num movimento do global para o local, sem contemplar o inverso, do local para o global. Além dessa, a direção de estudo tomada cria uma homogeneização do local com o global, como se fosse possível igualar os dois em forma e conteúdo.

Em se tratando do inverso, este também ocorre, o pensar local e agir global, no qual surgem autores como Haddad<sup>26</sup>. Esses identificam as especificidades do local, precisando, para explicar o processo de desenvolvimento, de teorias próprias. Os estudos tratados desse ponto de vista seguem três fases: a primeira faz uma descrição do local; a segunda realiza a análise desta descrição, caracterizando o local e criticando o global; e a terceira propõe as correções para o desenvolvimento local, para sua melhor inserção no contexto mundial. Mas os estudos dessa forma também sofrem limitações, como a falta de identificação da “complexidade das determinações e desafios do desenvolvimento contemporâneo” (BECKER, 1998b, p. 06). Além disso, não possuem ferramentas de análise local.

Considerando o exposto acima, foram identificadas por Becker (1998b) duas visões distintas que tratam do desenvolvimento contemporâneo. O problema característico das duas correntes é a distinção e isolamento dos movimentos de mundialização do capital e regionalização social, o que somente leva estes estudos à “vala comum dos universalismos ou dos particularismos” (p.07).

O que se quer para o desenvolvimento contemporâneo é tanto pensar local e agir global, como pensar global e agir local, mas tendo como mediadora a flexibilidade do desenvolvimento, a política. Para tratar das formas metodológicas

<sup>25</sup> Autores como Jorge Luís da Silva Grespan, Scott Lash e obras como: *Made in America: regaining the productive edge* de Dertouzos, M., Lester, R. e Solow, R.; *Made in France: L'industrie française dans la compétition mondiale* de Coriat, B. e Taddei, D.; *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria brasileira* de Ferraz, J.C.; Kupfer, D.; Haguenuer, L. (orgs.)

<sup>26</sup> O autor utiliza-se da “premissa tolstoniana, que diz: ‘conhece tua aldeia e serás global’” (1998b, p. 6). Obra de Haddad, P. R. Regiões, regionalismos e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: algumas reflexões. *Análise Conjuntural*. v. 2, n. 2., Porto Alegre: FEE, 1993.

existem dois autores que trabalham desenvolvimento nesta linha: Karl Polany e Antonio Gramsci<sup>27</sup>.

Tanto um como o outro enfatizam como movimento de ação a globalização, a valorização do capital, e como reação o movimento social, regional, no qual as bases são a cultura e a natureza. Gramsci também identifica que a política supera a contradição básica entre economia e sociedade. Além disso, os autores afirmam que não existe um sentido de determinação único. Pode, conforme o período histórico em que se encontra a humanidade, o social ser a ação e o global a reação, ou o inverso, como ocorre nos dias atuais, quando o movimento global é a ação e o movimento regional trata-se da reação, tendo como base de mediação a flexibilidade política (BECKER, 1998b; 2003g).

Assim, a proposição lógico-metodológica sugere que, além dessas duas tendências mundiais serem contraditórias, elas são complementares, em que há a ação do movimento econômico e contrapondo a esta ação existe uma reação, que é a regionalização. Para mediar essas duas forças contraditórias é que se colocam os aspectos político-institucionais. O autor reflete no sentido de que o desenvolvimento só é possível se consideradas três dimensões: a dimensão econômica, global; a dimensão social, regional; e a dimensão político-institucional, como mediadora das contradições dos movimentos anteriores (BECKER, 1998b).

Coloca-se dessa forma um pensar global e agir local e, ainda mais, um pensar local e agir global que sedimenta um desenvolvimento específico de uma região com suas próprias teorias. E para a efetivação das teorias locais, o conhecimento torna-se a maior diferenciação no desenvolvimento regional, que é somente colocado em prática e torna-se uma vantagem competitiva sustentável pelas habilidades dos agentes econômicos.

Em suas últimas obras (2000c; 2000e; 2001b; 2001c; 2003c; 2003g), a condição de pensar global e agir local e pensar local e agir global toma formas claras da dialética gramsciana, segundo considerações acerca da construção de tese-antítese-síntese<sup>28</sup>. “É com Gramsci<sup>29</sup> que a esfera da política entra como

<sup>27</sup> Obras de Karl Polany: *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, e de Antony Gramsci: *Quaderni del Cárcere*. Torino: Einaudi, 1975.

<sup>28</sup> Referência da obra na nota de rodapé anterior.

<sup>29</sup> As referências a Gramsci feitas pelo autor Dinizar Becker são referenciadas em suas obras a partir de obras originais e outras que discutiram a teoria gramsciana. Tais referências encontram-se em Becker (2001c).

espaço de mediação e, em consequência, como esfera-espaço de superação dessa contradição básica entre a esfera econômica (o mercado auto-regulável) e a esfera social (a autoproteção da sociedade)” (BECKER, 2001c, p.70).

Nessas, identifica com clareza o movimento econômico por meio da competitividade no contexto da mundialização, da transnacionalização, como a tese, como o movimento predominante; a regionalização do desenvolvimento, por meio da sustentabilidade, como a antítese, como o processo contrapondo a mundialização; e, como síntese, a flexibilidade por meio da mediação político-institucional, pela reconstrução, como desenvolvimento.

## **7.2 As pré-condições do desenvolvimento contemporâneo: a tese da transnacionalização econômico-financeira**

A tese que norteia as discussões teóricas do professor Dinizar perpassa a contextualização da transnacionalização econômica como um movimento principal perante as sociedades mundiais (1995j; 1996d; 1996/7; 1997c; 1998a; 1999d; 1999e; 2000e; 2002a; 2002d; 2003a; 2003g)<sup>30</sup>. Tal transnacionalização dos espaços econômicos leva as economias nacionais a competirem por capitais estrangeiros via valorização destes capitais, ou seja, a migração destes capitais internacionais ocorre na direção dos maiores retornos e as economias, buscando atrair estes capitais, possibilitam melhores retornos.

Demonstra-se no contexto mundial atual, por meio do acesso a informações instantaneamente, a valorização do saber, ou seja, o conhecimento toma formas comerciais e propicia os diferenciais no mercado mundial e a formação de empresas multinacionais, grandes grupos detentores de grandes empresas no mundo atrelados à liberalização financeira dos capitais em todos os países do mundo.

<sup>30</sup> Citam-se aqui os principais artigos do professor Dinizar Becker que tratam do tema da transnacionalização econômica, mas todos os seus trabalhos, de forma mais ou menos aprofundada, abordam o referido tema como contextualização para suas discussões.

[...] existe um movimento geral de transnacionalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando as demais dimensões da vida humana como meio. Nesse processo, a direção está nas mãos dos grandes conglomerados mundiais [...]. Esse conjunto de países e de conglomerados econômicos dão uma determinada lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital, que se objetivam em padrões de desenvolvimento para o mundo, deixando evidente de quem é a hegemonia no processo de desenvolvimento contemporâneo, o que conforma um processo de igualização econômico-organizacional (BECKER, 1998a, p.31-32).

Existem, afirma o autor, os grandes conglomerados internacionais que usam as regiões para a valorização de seu capital, provocando uma hierarquização dos que proporcionam maior ou menor possibilidades para o capital financeiro. Nesse contexto, qualquer modelo de desenvolvimento que tende a surgir será moldado dentro dos limites e parâmetros da autovalorização do capital financeiro, nas relações baseadas no controle das informações, na assimilação do conhecimento e no poderio financeiro global.

Para tanto, Becker (1995j) questiona se o desenvolvimento contemporâneo é um processo de globalização ou fragmentação, melhor dizendo, se as condições do desenvolvimento atual podem ser consideradas um movimento global, com fluxos determinados mundialmente, ou considerando o aspecto da territorialização social, pode-se dizer que o desenvolvimento contemporâneo propicia o surgimento de vários e fragmentados desenvolvimentos?

Assim, a participação das regiões no processo global é viabilizada, pois é necessária e possibilitada pelo sistema capitalista, ou seja, as rigidezes foram extintas para possibilitar a valorização do capital, fator que possibilitou a flexibilização, não somente da acumulação deste capital, mas também flexibilizou as relações sociais, políticas e culturais.

[...] a possibilidade de que afluam 'novos' padrões de desenvolvimento, novas utopias e, por conseqüência, que coexistam múltiplos padrões de desenvolvimento é uma realidade decorrente do próprio processo de transformações do sistema capitalista e é funcional ao mesmo. Porque é, agora e sempre, um desenvolvimento desigual e combinado (BECKER, 2002c, p. 23).

Tendo presente que todo o processo de busca por um desenvolvimento ocorre dentro de um sistema capitalista de produção, ou seja, qualquer modelo é parametrizado pelo capital financeiro, pela globalização, Becker (1995j) identifica um enumerado de barreiras a serem superadas para que o desenvolvimento possa se

tornar um movimento sócio-econômico-político, ou seja, um movimento competitivo baseado na diferença.

A primeira delas é a crença no primado da ciência econômica para explicar todos os aspectos da vida humana; a segunda é consequência da primeira, as sociedades acabam sem ter uma identidade própria diante do movimento global da economia; a terceira barreira é uma separação feita há muito pela própria ciência, a separação do homem da natureza, em que os vínculos do crescimento deixaram de ter impedimentos naturais que lhe são intrínsecos; a quarta barreira que o autor identifica é o credo no progresso material contínuo; como quinta barreira tem-se a identificação do descolamento do processo produtivo real e do processo de autovalorização do capital financeiro; a sexta barreira é consequência da anterior, ou seja, a valorização fictícia do capital financeiro como tal é um entrave para o desenvolvimento; e, por último, a sétima barreira, a centralização dos capitais produzidos pela economia mundial, capitais que estão em posse de poucos grandes grupos capitalistas.

São esses instrumentos 'pós-modernos' que, ao mesmo tempo que viabilizam a dominação em escala mundial, abrem a possibilidade, embora dentro de limites muito objetivos e concretos e muito mais por necessidades do próprio sistema capitalista, para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos, necessidades e fantasias fragmentadas (BECKER, 1995j, p.13).

Além das barreiras (1995j; 1997c; 2002a), algumas condições básicas devem ser percebidas para a avaliação da conjuntura do desenvolvimento contemporâneo: (1) a produção deveria ser pensada a partir de um processo de produção material, mas, além deste, de produção cultural e ideológica; (2) que essas produções existem em função das relações do homem com a natureza, dos homens entre si e das relações de poder; (3) o resultado dessas produções propicia o surgimento de três esferas para o desenvolvimento, sendo elas, a econômica, a social e a política; (4) entre essas esferas há relações de poder, ou seja, o poder socioeconômico, o poder ideológico e o poder político na disputa por seu prevalecimento; (5) mediando as relações dos homens, há os processos de inovação tecnológica; (6) assim o desenvolvimento, pensado a partir da produção das necessidades materiais e dos desejos culturais, é resultado dos processos complementares de desenvolvimento econômico-organizacional, sociocultural, político-institucional e tecno-ambiental.

Os movimentos de transnacionalização do capital, a tese, e territorialização da sociedade, a antítese, balizadores do desenvolvimento contemporâneo,

promovem as condições para o surgimento de dois aspectos relevantes objetivando a inserção das regiões neste contexto, o da competitividade e o da sustentabilidade.

Nessas condições, é necessário contextualizar o tema da competitividade e da sustentabilidade, os possibilitadores do desenvolvimento regional. Tem-se o movimento da liberalização econômica, o desenvolvimento do sistema financeiro, a mundialização do capital, por um lado, e a impotência dos Estados Nacionais frente à atuação mundial do capital, por outro, formando o contexto do desenvolvimento econômico atual.

### **7.2.1 Considerações acerca do tema da competitividade: a consolidação da tese**

Na tentativa de fazer frente ao movimento de transnacionalização e superar as barreiras impostas pelo capital, possibilitando o desenvolvimento regional, a transformação da força de trabalho em cidadãos atuantes e participantes deste processo, e não somente em mão-de-obra que possibilita a produção e a autovalorização do capital, enfatiza a condição da competitividade, segundo Becker (1995j; 1995k; 1996a; 1996b; 1996c; 1996d; 1996/7; 1997a<sup>31</sup>; 1997c; 1997d; 1998a; 1998b; 1999d; 1999e; 2000b; 2000e; 2002a; 2002d; 2003a; 2003g).

Essa competitividade advém, nas últimas décadas, de transformações principalmente tecnológicas e organizacionais e do interesse de empresas transnacionais, seja como ator principal na reestruturação ou na reação estratégica quando de mudanças globais. Compreende, no entender de Becker (1996a, p.12),

[...] uma imposição do processo geral de transformações conformado pelo processo de globalização econômica (produtiva, financeira, mercado) e que se define no conceito de competitividade, em uma direção dada pelo processo econômico liderado pelos grandes conglomerados mundializados,

<sup>31</sup> A obra “Competitividade do Setor Leiteiro do Vale do Taquari” é um estudo de caso do setor leiteiro da região analisada baseado na conjuntura mundial de globalização e nas condições de competitividade regional. Utiliza-se do mesmo princípio teórico das outras obras do professor no que tange ao tema da competitividade. A obra em específico não é foco da dissertação, toma, portanto, somente a forma de nota de rodapé.

que acaba se transformando em objetivo de nações, regiões, organizações e instituições.

Becker (1996c) afirma que existe um duplo movimento: primeiro, as barreiras crescentes no mercado internacional e, segundo, a equiparação dos custos de produção que elimina as vantagens comparativas de uma ou outra economia. A primeira demonstra proteção ao mercado interno e a segunda homogeneiza a produção internacional, retirando vantagens locais. Caracterizam-se como dois movimentos contrários ao processo de globalização.

As empresas passam a pensar o movimento competitivo a partir da inovação, pensando a concorrência externa. Para tanto, a tecnologia torna-se cada vez mais determinante no processo de competitividade internacional. A competitividade baseia-se não somente em fatores econômicos, até porque a realidade socioeconômica demonstra que a ciência econômica não é suficiente para tratar da conjuntura atual. A degradação da natureza, da qualidade de vida e da participação cidadã demonstra que o primado econômico deve ser superado e que a racionalidade financeira mundializada do capital não é suficiente e talvez nem mesmo necessária para a possibilidade do desenvolvimento contemporâneo. Por assim dizer, essa competitividade se configura dentro do movimento de globalização, considerando os aspectos econômico-financeiros mundiais e de regionalização sociocultural. Frente a esse movimento global, liderado pelos grandes conglomerados, estão as regiões que podem, de forma ativa e cooperada, definir estratégias competitivas de inserção e diferenciação do desenvolvimento, “baseadas em recursos ambientais (naturais) e culturais de cada espaço [...]. É a contra-hegemonia passiva, negativa, defensiva, ou ativa, positiva, ofensiva, o que dá forma e conteúdo a um processo de diferenciação sociocultural” (BECKER, 1996a, p. 15).

Para possibilitar a competitividade, ou seja, viabilizar economicamente as regiões frente ao processo geral de transnacionalização ou globalização, existem, segundo Becker (1996a), dois desafios em se tratando da economia brasileira: (1) recuperar o sentido inicial de competitividade na criação de novas tecnologias e da inovação que possibilitem a cooperação entre empregados e empregadores na busca por processos inovativos mais competitivos. Recuperar, pois, ao longo das últimas décadas, as inovações e o desenvolvimento de tecnologias tem servido somente aos donos do capital, e não aos empregados, como forma de aumentar produtividade e lucratividade, e não como forma de cooperação social, aumento da

qualidade de vida dos trabalhadores e da sociedade em geral<sup>32</sup>; (2) desconstruir as formas ‘familiares’ de gestão das empresas brasileiras, baseadas em uma relação de poder e nem sempre em relações profissionais de trabalho.

“Em resumo, a construção da competitividade, enquanto processo de diferenciação, vai muito além de sua dimensão econômica. Adiciona-se, contemporaneamente, a dimensão social, cultural, política, tecnológica e ambiental” (BECKER, 1996a, p.23). O elo entre as empresas é a cooperação baseada na flexibilidade dos aspectos dessas relações; trata-se de um processo de construção competitiva por meio da diferença, da diferenciação social-econômica-política-cultural-tecnológica-ambiental de cada região, redesenhando aspectos quantitativos e priorizando aspectos qualitativos do desenvolvimento.

A área ambiental conforma-se como uma das áreas na qual as barreiras são crescentes. Dois motivos são destacados para tanto: barreiras de processo de produção que inviabilizam o comércio de produtos que geram impactos ambientais considerados inadequados e barreiras na compra de produtos não desejáveis por certas economias.

Além das condições ambientais como fatores predominantes de novo modelo de desenvolvimento, há outros movimentos, que são as políticas sociais de defesa do consumidor, de defesa da concorrência pensada a partir da competitividade regional e de regulação da propriedade intelectual baseada nas inovações tecnológicas, na pesquisa e no desenvolvimento (BECKER, 1996c).

Por fim, para Becker (1996a, p. 32-33),

[...] competitividade é diferença, é processo de diferenciação no econômico, social, político, cultural, tecnológico e ambiental, e não processo de igualação. Em adicional, competitividade é construção, é processo de construção de vantagens competitivas que pressupõem transformações econômicas, sociais, políticas, culturais, tecnológicas, ambientais favoráveis à reprodução da vida, e não processo de destruição.

Competitividade é aqui entendida como o aspecto de inserção das regiões na tese da transnacionalização dos espaços econômicos, da competitividade entendida como o (des)caminho de um desenvolvimento econômico-financeiro, como o movimento do desenvolvimento regional.

<sup>32</sup> A concepção de tecnologia e inovação aqui apresentada baseia-se “no esforço inovativo japonês do pós-guerra, como reação à ação hegemônica americana na difusão mundial de seu padrão de produção e consumo” (Becker, 1996a, p. 19).

### 7.3 As possibilidades para o desenvolvimento contemporâneo: a antítese da regionalização

A regionalização dos espaços sociais é promovida pela territorialização e pela fixação da força de trabalho na sua região, no seu local. Melhor explicitando, os capitais tornam-se mundiais e migram conforme a valorização disponibilizada, e os cidadãos fixam-se em seus espaços geográficos, com possibilidades reduzidas de alternativas de valorização.

Esse processo faz com que regiões tenham que competir entre si para atraírem o capital. Em alguns casos, os agentes aceitam passiva e submissamente esse processo de desenvolvimento, servindo e dando condições ao mesmo. Em outros casos, a reprodução social (cultural) e ambiental (natural) de cada região (local), utilizada de forma adequada pelos agentes regionais, faz com que o desenvolvimento local consiga inserir-se diferenciada, específica e autonomamente no desenvolvimento global (BECKER, 1999a).

Este último caso é o que provoca os múltiplos modelos de desenvolvimento dos locais em contraposição e complementando o desenvolvimento global. Conforme Becker (1995j, p. 18),

[...] dois aspectos essenciais da vida humana retomam à mesa das decisões, enquanto fatores decisivos do processo de desenvolvimento: cultura e ambiente. Cultura enquanto produto das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza local. E ambiente enquanto possibilitador ou limitador de uma inserção diferenciada de cada localidade no processo mundial de desenvolvimento, porque cultura e ambiente são duas faces de uma mesma moeda, o processo de desenvolvimento.

Ou seja, o desenvolvimento contemporâneo de cada sociedade está condicionado aos aspectos culturais, naturais, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos. O local é entendido aqui como aquele lugar onde há identificação dos grupos sociais que o compõem, identificação que propicia as trocas, os vínculos da referida sociedade.

Portanto e para tanto, são os diversos agentes de cada local que possibilitam a articulação de cada comunidade internamente e das comunidades entre si, consolidando suas relações internas e externas. “Daí advém a necessidade e a possibilidade de se conceber o desenvolvimento econômico, político, social, cultural, tecnológico e ambiental como um processo amplamente participante, democrático e pluralista: uma condição (‘pós-‘) moderna” (BECKER, 1995j, p. 20).

### **7.3.1 Considerações acerca do tema da sustentabilidade: a conformação da antítese**

A sustentabilidade do desenvolvimento (1996b; 1996c; 1996d; 1996/7; 1999d; 1999e; 2000d; 2002a; 2003g) conforma-se no movimento que configura a antítese à tese do movimento de transnacionalização econômica-financeira, possibilitando a regionalização do desenvolvimento.

Para tanto, Becker (1996b, p. 108) faz breve leitura deste contramovimento a partir do meio ambiente e da Rio-92. Ele enfatiza que “uma coisa são as intenções acordadas numa conferência, outra coisa muito diferente é a realidade que nos cerca. Basta, para observar essas diferenças, dar uma rápida olhada a nossa volta”. Os cenários construídos pelo professor Dinizar, baseados na escassez dos recursos naturais, na proposição de valoração diferenciada destes recursos, perpassam as diretrizes dos autores que se enquadram no enfoque denominado de economia ecológica, desde barreiras não-tarifárias, restrições de produção e recursos governamentais para alteração de padrões de produção e consumo mundial.

Becker (1996c) considera este padrão ambiental de produção e consumo como novo paradigma que possui princípios que são a racionalidade no uso dos recursos naturais, a valorização da diversidade dos recursos naturais e humanos e a descentralização política, tornando as relações entre os homens, dos homens com a natureza e as relações de poder dos contextos locais de decisão para o desenvolvimento.

Levará, ainda, algum tempo para que a elite regional se aperceba desse processo de transformações. Antes é preciso abandonar as velhas formas e se submeter à prova da travessia utópica para outro tipo de desenvolvimento. Anterior a isso, porém, é necessário decidir e conceber a obra do desenvolvimento humano não mais como morada do consenso, mas como uma proliferação de modelos, um verdadeiro dissenso dos desejos e dos sonhos destinados a permutar-se (BECKER, 1996c, p. 74).

Novamente, no intuito de contrapor este movimento de transnacionalização do capital, tem-se um movimento contraditório e complementar, a sustentabilidade tratada como a consideração da relação e coexistência entre as condições biológicas, culturais e tecnológicas de cada sociedade, as quais são possibilitadas ou não por cada sociedade. Compreende a sustentabilidade pensada como alternativa para o desenvolvimento do local, da região, considerando suas especificidades culturais, éticas e ambientais.

Becker (2000d, p. 39) traz em sua obra diferentes concepções da sustentabilidade. Como primeira percepção consta a sustentabilidade do desenvolvimento como “receita racionalizadora do uso dos recursos naturais”, isto é, o ser humano preocupa-se porque o mundo natural está sendo destruído, mas não percebe que o próprio sistema capitalista torna isso possível, pois é ele que provoca as distorções no desenvolvimento quando se comparam regiões, locais, países. Aí se vê a natureza reagindo a essa sociedade que a destrói, tendo como resultados catástrofes ambientais e naturais. O maior problema do sistema capitalista que se coloca no mundo contemporâneo é que as quantidades são a mola propulsora do sistema, da produção, sem lembrar que os problemas causados por esse abuso da natureza não é tão somente um problema de algumas sociedades, mas é a base de toda reprodução do capital.

Para tentar burlar a situação que se coloca, capitalistas racionalizam fatores de produção, racionalizam recursos naturais, culturais e humanos, aumentando sua produtividade, utilizando-se de suas tecnologias. Racionalizar para eles significa diminuir tempo, estoque, trabalho, energia, atuação do Estado, com o intuito de aumentar produtividade, potencializar a valorização produtiva e viabilizar o sistema financeiro de capital (BECKER, 2000d).

Tal conjuntura é decorrente do período de 1960, quando surge o que alguns autores chamam de “Terceira Revolução Industrial”, ou melhor, de “novos padrões de concorrência intercapitalista” (BECKER, 2000d, p. 43). Assim sendo, a

sustentabilidade do desenvolvimento econômico vista da lógica capitalista de produção leva a crer que se concentra cada vez mais o capital e se socializa cada vez mais a pobreza, pois somente se racionalizam fatores que levam empresas a terem maior produtividade.

Outra visão para a sustentabilidade identificada por Becker (2000d, p. 45) é esta ser tratada como “nova bandeira de luta dos desencantados com os encantos da modernidade”. Assim sendo, pessoas que não confiam no sistema capitalista, como o exposto acima, usam de novo padrão de sustentabilidade para visionar um mundo melhor. Ou seja, pessoas desencantadas com a modernidade, na qual o desenvolvimento humano, social, deixa de existir para somente tornar-se desenvolvimento econômico, desenvolvimento do capital, em que o produto da produção se auto-alimenta, na qual o econômico é o primado indestrutível, se reencantam, tentando recriar novo sistema sustentável baseado na destruição do antigo sistema. Assim sendo, rompem-se velhos preceitos e criam-se novas bandeiras de lutas, novos ideais de vida.

Essas duas concepções, trazidas ao contexto desta dissertação, demonstram o contraponto entre economistas e ambientalistas, que se colocam em lados opostos para pensar o desenvolvimento sustentável.

E, por fim, tem-se a sustentabilidade como “uma utopia desenvolvimentista” (BECKER, 2000d, p. 109), na qual deixa de existir um modelo de desenvolvimento econômico para existirem múltiplos modelos econômicos sustentados na diversidade cultural, ambiental, fazendo com que o local, a região, utilize de seus valores e recursos para inserir-se no processo mundial de desenvolvimento.

Este processo desenvolvimentista auto-sustentável inicia-se na década de 90, sendo preciso ter presente que o mesmo está ainda submetido a um processo muito maior, que é o de valorização do capital privado. Nesse sistema dominante tem-se o controle das informações, do conhecimento, da capacidade de coordenação financeira. Em havendo múltiplos modelos de desenvolvimento auto-sustentáveis, estes não podem ser certos e indestrutíveis, muito pelo contrário, têm de alicerçar-se no processo maior de transnacionalização econômico-financeira.

Atuar no local, na região, tendo presente os movimentos globais, é um dos desafios da sociedade moderna, conforme Becker (2000d; 2002a; 2002d).

Para tanto, cada lugar, cada local, cada comunidade, cada microrregião, cada região, cada estado, cada nação, cada continente terá que produzir seus mecanismos e instrumentos institucionais de participação. Além da construção destes mecanismos e instrumentos participantes, é preciso decidir por uma marca, por uma identidade social, econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental pela qual cada lugar será reconhecido como parte do processo de desenvolvimento mundial. Enfim, é cada lugar, local, comunidade, microrregião, região, etc. ter seu projeto alternativo de desenvolvimento humano (BECKER, 2000d, p. 59).

Nesse contexto surgem aqueles que se inserem na busca por um desenvolvimento mais igual, mesmo considerando o contexto homogeneizador do sistema capitalista de produção. Só assim é possível uma democracia participante como “um projeto alternativo de desenvolvimento humano” (BECKER, 2000d, p.55)<sup>33</sup>.

Enfim, diferentes visões de sustentabilidade. Daqueles que crêem no desenvolvimento sustentável como racionalizador dos capitais, “como recurso que deve ser preservado, como quantidade escassa, cujo consumo no processo produtivo deve ser racionalizado, já que é considerada meio para a reprodução econômica” (BECKER, 2000d, p. 40); daqueles que a vêem como a saída para os desencantos do mundo moderno tal qual como ele se coloca, ou seja, “a sustentabilidade é a que está, entre muitas outras, se tornando hegemônica nos anos 90, como se fosse o re-encantamento do mundo, ou da modernidade” (BECKER, 2000d, p.48); e daqueles que vêem a sustentabilidade do desenvolvimento econômico como uma utopia a ser seguida, pela qual as pessoas tornam-se cidadãos participantes e livres, daqueles que acreditam no diverso, no diferente para desenvolver seu local, sua região, dentro de um contexto mundializado de capital.

Becker (2000d; 2002a) defende a condição de sustentabilidade como uma utopia a ser seguida, afirma que não devem haver ilusões de que isso é pacífico e certo, mas também é verdadeiro que somente ter-se-á uma sociedade mais justa e igual se houver cidadãos participando e decidindo os rumos de sua comunidade.

Além de considerá-la como uma utopia a ser seguida, em suas obras (1996d; 1996/7; 1999d; 1999e; 2000d; 2002a), Becker discute o tema da sustentabilidade

---

<sup>33</sup> Bandeira (2000) é um dos autores que historicam e reafirmam a necessidade da participação social na definição de estratégias de desenvolvimento. Um de seus trabalhos exemplifica essa argumentação onde o “objetivo principal [é] apresentar algumas reflexões sobre a incorporação de práticas participativas e de mecanismos voltados para a articulação de atores sociais às ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento regional no Brasil” (p.25).

como “um novo (velho) paradigma desenvolvimentista cristalizado no termo sustentabilidade” (2002a, p. 31-32).

Para o autor (2002a, p. 78),

[...] um determinado desenvolvimento será mais ou menos sustentável conforme combine as diferentes dimensões da vida humana: econômica, sociológica, política, cultural, tecnológica, ambiental, etc. Onde predomina a visão do homem econômico, teremos como resultado um tipo de sustentabilidade; onde a predominância é do homem político, teremos como resultado outro tipo de sustentabilidade. O mesmo vale para o homem social, onde este predomina, teremos um terceiro tipo de sustentabilidade.

Coloca-se dessa forma um pensar global e agir local, e, ainda mais, um pensar local e agir global que sedimenta um desenvolvimento específico de uma região com suas próprias teorias. Assim sendo, o desenvolvimento de uma região fundamenta-se na “identidade social, econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental pela qual cada lugar será conhecido e reconhecido como parte do processo de desenvolvimento mundial” (BECKER, 2002a, p. 87), mas para tanto surgem dois desafios aos agentes regionais: um, passar de viabilizadores da valorização do capital financeiro para regiões diferenciadamente desenvolvidas, e outro, usar de suas diferenças, suas diversidades e a pluralidade como base desse desenvolvimento.

Em suma, Becker (1996d; 1996/7; 1999a; 1999d; 1999e; 2000b, 2002a) afirma que o desenvolvimento só é possível se forem consideradas as três dimensões destes: a dimensão econômica, global; a dimensão sustentabilidade, regional; e a dimensão político-institucional, como mediadora das contradições dos movimentos anteriores. Para se ter um planejamento de desenvolvimento, dever-se-ia identificar e analisar as variáveis específicas dos locais, encontrando as diferenças sociais e ambientais de cada local, encontrando as diferenças econômicas e as diferenças políticas para somente assim ter um desenvolvimento igual e por completo.

Como possibilidade, acredita-se que os movimentos de sustentabilidade podem ocorrer no local considerando o contexto global. Assim, “as especificidades, porque fontes de diferenças, tornam-se as moedas a definir os ritmos de valorização de cada lugar, de cada local, de cada cultura, de cada pedaço da natureza, de cada conjunto de valores éticos e morais” (BECKER, 2000d, p. 59).

Sugerindo que a modernidade possibilita um desencantamento da população por não se concretizar nas suas condições mais básicas e que a ciência é a precursora das descrenças da humanidade, ou seja, “os desencantos com a modernidade” (BECKER, 2002a, p.64) e especialmente com a ciência econômica, a teoria faz com que os formalismos e determinismos das ciências deixem de explicar o contexto real, as condições da realidade atual. Na visão do autor<sup>34</sup>,

[...] a ciência moderna constitui-se num círculo vicioso de objeto-sujeito-objeto, que se expressa na linearidade, determinismo, mecanicismo e disciplinaridade do conhecimento produzido. Enquanto tal, é redutor e ahistórico, não conseguindo dar conta da complexidade e da dinâmica do real (BECKER, 2002a, p.63).

Assim, quando a ciência econômica deixa de lado, em suas análises, a multiplicidade de fatores que fazem parte do contexto da vida atual, deixa de lado os conhecimentos físicos, biológicos, éticos, políticos, sociológicos, psicológicos, históricos, antropológicos, entre outros, permite transformar as pessoas em força-de-trabalho, em mercadoria, em recurso produtivo.

As condições desse paradigma demonstram a necessidade de controles ambientais no processo produtivo e na comercialização de produtos inadequados ambientalmente. Para tanto, surge a necessidade de criação de formas de controle das condições ambientais via “a) lei municipal regulando o uso dos recursos naturais, Código Municipal do Ambiente; e b) [...] criar um Fundo Ambiental do Vale do Taquari, que poderia começar pela taxaçoão do uso dos recursos hídricos” (BECKER, 1996c, p.73).

Além disso, e muito mais do que isso, Becker (2003g) propõem que

[...] em decorrência das determinações da concorrência mundializada, as comunidades local-regionais são levadas a um crescente processo de regionalização dos espaços sócio-ambientais do desenvolvimento. Nesse processo, a necessidade de autoproteção social leva as comunidades, num primeiro momento, à ação passiva ou à reação do social e do ambiental, para se defenderem das dificuldades decorrentes da regionalização e, num segundo momento, podem, enquanto possibilidade, favorecer uma ação ativa dos agentes para superarem os desafios do desenvolvimento local-regional (s.p.).

Dois fatores conformam-se nos mais desafiadores: o desafio do mundo do trabalho e os desafios da degradação ambiental. Considerados a partir da condição de que o trabalho é a base do desenvolvimento humano e a natureza é a base do

<sup>34</sup> Becker (2002a) utiliza-se, nesta afirmação, de autores como “Habermas, Marcuse, Adorno, Castoriadis, Baudrillard, Gaarder, Capra, Buarque” (p.63). Referência da nota de rodapé.

processo de desenvolvimento regional, conformam-se nos desafios sócio-ambientais da regionalização do desenvolvimento contemporâneo. Em suma, possibilitar desenvolvimento regional sustentável é promover a responsabilidade com as atuais e futuras gerações, o que se configura por meio da sustentabilidade, uma sustentabilidade “que vai muito além da sua dimensão ecológica. É uma sustentabilidade econômica, ambiental, social, política, cultural e tecnológica para a atual e para as gerações futuras (BECKER, 1996c, p.73).

O processo de desenvolvimento local-regional-sustentável é necessário ao sistema capitalista de produção, necessário para a conformação da tese da transnacionalização econômica. Mas nas mesmas condições é contraditório a esta tese, como possibilitador e viabilizador de múltiplos e viáveis modelos de desenvolvimento, baseados nos contextos regionais. Melhor ainda, cada região, cada local, com suas especificidades culturais, naturais, éticas, morais, ideológicas consideradas a partir das condições sócio-ambientais definirá seu adjetivo sustentável para o substantivo desenvolvimento (BECKER, 2000d).

Necessário e contraditório em um movimento dialético entre quantidade e qualidade, entre economistas e ambientalistas, mas muito mais, entre competitividade e sustentabilidade, mas com uma clareza necessária de que

[...] sem sonhos, sem ilusões com os pés na realidade, mas nem por isso pessimistas e/ou fatalistas, pois, embora dentro dos limites muito claros e barreiras muito precisas, é aconselhável reconhecer que existe uma vaga possibilidade de a humanidade galgar a um patamar superior nas suas relações. Seja nas relações entre os homens, seja nas relações dos homens com a natureza, seja nas relações de poder, há a possibilidade de recuperar, mesmo que em parte, a capacidade criativa e inovadora dos indivíduos. Principalmente recuperar a energia decorrente de participação direta no processo decisório do desenvolvimento (BECKER, 2003g s.p.).

Dinizar Becker defende uma relação da tese da competitividade econômico-financeira, que busca integrar-se ao movimento transnacionalizado, globalizado do desenvolvimento e da antítese, da regionalização dos espaços sociais que se utilizam de suas especificidades culturais e naturais para a promoção da diferença. Uma relação contraditória e que necessita de um componente mediador para viabilizar o desenvolvimento contemporâneo regional.

#### 7.4 As alternativas para o desenvolvimento contemporâneo: a síntese da flexibilização político-institucional

Becker (1996a; 1999e; 2000c; 2001c; 2002a; 2002b; 2002c; 2003g) traz ao contexto o “rasgo de contemporaneidade” (2001c, p.69) com relação às discussões teóricas tradicionais quando afirma que os movimentos de transnacionalização por meio do primado econômico e de regionalização, como reação a esse contexto globalizante, ou seja, a identificação de que existem movimentos contraditórios entre economia e desenvolvimento regional, possuem como força mediadora a política<sup>35</sup>. Em outras palavras, a política conforma-se entre economia e sociedade, numa condição contraditória dialética e orgânica em que, trazendo para os contextos global e locais, tanto o global influencia o local como o local influencia o global. Melhor ainda, nesse contexto, a economia apresenta-se como movimento global e a sociedade como movimento local, contraditórios e mediados pelo movimento da política. Trata-se de movimentos contrários, contraditórios e complementares – complementares pois um não pode existir sem o outro.

[...] neste nível de análise dialética das diferentes dinâmicas de desenvolvimento que estamos propondo, pode-se trabalhar o processo de desenvolvimento regional, enquanto estruturação de um determinado modelo de desenvolvimento delimitado por um determinado tempo (período) e espaço (local-regional), constituídos por uma dupla oposição ou por uma dupla ação recíproca: num primeiro plano de contrariedade, a oposição ou a relação biunívoca entre o movimento econômico e o contramovimento socioambiental; num segundo plano de contrariedade, a ação recíproca entre o momento estrutural (econômico + socioambiental) e o momento super-estrutural (ideologia + hegemonia = político) (BECKER, 2001c, p. 98).

A mediação política para Becker (2001c) é entendida e concebida como síntese de uma unidade dialética em dois sentidos: (1) metodológico como um processo de síntese do concreto; (2) concretamente, quando a política é a esfera mediadora das modificações conjunturais e estruturais promovidas pelo desenvolvimento regional.

Além do princípio da dialética na relação entre economia e sociedade mediada pela política, considera-se que, buscando os princípios mais básicos da economia política, o desenvolvimento é historicamente concebido, ou seja, as condições do desenvolvimento atual possuem características e condições trazidas

<sup>35</sup> Neste momento o professor Dinizar Becker refere-se em específico a Karl Polany. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

do desenvolvimento passado e influenciam e determinam o desenvolvimento futuro. Assim, deve-se considerar passado, presente e futuro nas análises do desenvolvimento contemporâneo e nas relações sociais diferenciadas e diferenciadoras do contexto, afirma o autor.

Ou seja, “é no contexto geral (econômico, social, político) e mais amplo do processo de desenvolvimento [...] que se inserem e têm lugar as dinâmicas diferenciadas dos desenvolvimentos local-regionais” (BECKER, 2001c, p.85).

[...] isso significa a passagem analítica da força de trabalho mercadoria à consciência do trabalho ser antes de qualquer coisa uma atividade humana, a passagem da natureza mercadoria – recursos naturais – para a consciência de que a natureza é antes de qualquer coisa vida em geral, inclusive, é vida humana. E assim se faz a passagem da quantidade à qualidade. Em outros termos, se faz a passagem do valor que se valoriza para a vida que se vitaliza (BECKER, 2001c, p.87).

Dialeticamente contextualizado, percebe-se o desenvolvimento como movimento, como processo e, muito além disso, como movimento diferenciado e diferenciador em cada sociedade, pois a percepção do que é ou não desenvolvimento é diferente para cada sociedade.

E mais, “o desenvolvimento capitalista é a própria contradição em processo, [...] através da negação das suas próprias determinações” (BECKER, 2001c, p. 102). Nega a condição humana, a condição natural, quando transforma homem e natureza em recursos e nega “a sua própria negação, ao transformar as mercadorias em geral, em capital” (BECKER, 2001c, p.103). E é neste contexto de negação criado no sistema capitalista que surgem os possibilitadores dos movimentos contraditórios, dialéticos, da tese para a antítese e da antítese para a síntese de múltiplos e diferentes desenvolvimentos regionais.

Em função disso, devemos entender o desenvolvimento regional como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, conforme já vimos, cuja dinâmica é imprimida desde ‘de dentro e por iniciativa própria’ dos agentes locais, manifesta nas ‘mudanças estruturais ou qualitativas’ que um desenvolvimento regional sofre a partir de ‘alterações endógenas’ (BECKER, 2001c, p. 105).

Na proposta gramsciana (2001c; 2003g) consta a integração entre as mais variadas áreas do conhecimento, a integração entre a ciência e a política econômica nos contextos do ensino, da pesquisa, do planejamento e da gestão do desenvolvimento regional como um contexto de atuação integrada social entre economia e política. A proposição parte de um princípio de integração da ciência

com a consciência de cada sociedade, ou seja, se consideram outros fatores, que não somente econômicos, para determinar o desenvolvimento contemporâneo. A consciência de que a ciência deve estar atuando em prol da sociedade, e não a sociedade em prol da ciência.

Pensar o desenvolvimento regional a partir dos aspectos diferenciadores econômicos, sociais, mediados pela condição político-ético-ideológica, é perceber o local e o global dialeticamente abordados. Isto é, as especificidades de cada região é que determinará o tipo de desenvolvimento que esta terá.

Para possibilitar esse novo desenvolvimento regional, que também pode ser chamado de desenvolvimento sustentável a partir da concepção de que “o capital social é a utopia que está, entre muitas outras, se tornando hegemônico nos anos 90, como se fosse o re-encantamento do mundo, ou da modernidade [...]” (BECKER, 2002b, p.9), é que a flexibilização político-institucional media as relações entre os movimentos contraditórios de competitividade e sustentabilidade. Em assim sendo, além dos diferenciais regionais, e da determinação sociocultural do passado de cada região, estariam algumas regiões reconstruindo esses valores sociais baseados em condições éticas e morais para reorganizar seus desenvolvimentos regionais atuais.

Para tanto, a cultura, formada por meio do conhecimento apropriado em cada região, conhecimento este que pode ser tecnológico, inovativo e diferenciador, torna-se componente definidor das especificidades de cada região. Além de “incluir os excluídos e estancar o processo de crescente exclusão, gerado pelo processo de globalização econômico-financeira, através da sua crescente organização social” (BECKER, 2002c, p.13). A cultura também integra os diversos grupos que planejam, discutem e agem em prol da região, buscando o atendimento de um contexto multidisciplinar, multiinstitucional, multisetorial, para a promoção do desenvolvimento regional.

Becker (2002c, p. 17) propõe uma equação a ser solucionada, na qual mais organização social é igual a mais participação política, sendo mais participação política igual a desenvolvimento, que é o mesmo que afirmar que são padrões regionais diferenciados de desenvolvimento. E o protagonista desses múltiplos desenvolvimentos é o capital social, possibilitando assim a participação da sociedade civil na “introdução, expansão, consolidação e aprofundamento da

democracia nas mais diversas áreas de desenvolvimento humano, principalmente na dimensão sociocultural do desenvolvimento regional”.

Trata-se de respeitar os valores de cada região, propor a alteração dos papéis do Estado e da sociedade organizada e transformar a democracia participativa em participante, respeitando as diversidades socioculturais, poderão promover a cultura democrática.

Em suma, aceitando a inexistência de uma única utopia, vários modelos de desenvolvimento podem coexistir. Essa coexistência passa pelas três diferentes esferas aqui citadas: a competitividade, uma necessidade de identificação regional em contraposição ao movimento global econômico-financeiro-produtivo, que se conforma na direção multifacetada imposta pelos grandes conglomerados econômicos e se torna objetivo a ser atingido por nações, regiões; a sustentabilidade, “compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região, nação tem, pelas suas diferenças culturais e ambientais, de inserir-se no processo geral potencializando seus recursos” (BECKER, 1996a, p.13); e, por fim, a flexibilidade que se configura nos contextos políticos-institucionais por meio de parcerias, de redes, de consórcios, de alianças, entre grupos comuns, esfera que possibilita a aproximação de estados, de nações, de regiões, de instituições, entre outros.

“Competitividade, sustentabilidade e flexibilidade conformam três campos distintos e separados, mas complementares, que fundamentam e dão dinâmica ao processo de desenvolvimento contemporâneo” (BECKER, 1996a, p.13).

Mas, para uma região conseguir conciliar um processo de desenvolvimento autônomo e ao mesmo tempo capaz de viabilizar a valorização do capital, possibilitada pela esfera da flexibilidade, proporcionada por valores ético-morais fundamentados na política, há a necessidade de se superar dois desafios: um, passar de viabilizadores da valorização do capital financeiro para regiões diferenciadamente desenvolvidas; outro, usar de suas diferenças, suas diversidades e a pluralidade como base desse desenvolvimento.

Em suma, para Becker (1996a; 1999e; 2000c; 2001c; 2002a; 2002b; 2002c; 2003g), há regiões que se desenvolvem auto-sustentavelmente, outras que não conseguem e tornam-se somente viabilizadoras do capital, outras ainda que fazem

as duas coisas, o que é melhor e mais difícil e, por último, há aquelas que não conseguem nada e desaparecem. Para se desenvolver, a região precisa ser diferente social, ambiental, culturalmente; ter diversidade econômica viável; e ser plural em seus valores políticos e ideológicos.

### **7.5 Algumas proposições práticas construídas a partir da obra de Dinizar Becker**

Paralelamente a sua construção teórica, o professor Dinizar utilizou-se dos conhecimentos sedimentados nas discussões acerca da tese-antítese-síntese da transnacionalização econômica-financeira, da regionalização social e da flexibilização político-institucional para propor projetos, estudos, condições que identificassem a conformação das regiões no desenvolvimento contemporâneo. Para tanto, suas obras (1997d; 1998a; 1999b; 1999c; 1999g; 2000a; 2000b; 2001c; 2002e; 2003b; 2003g) sugerem uma rede de estudo, planejamento e gestão local-regional do desenvolvimento.

Todos os trabalhos voltados à pesquisa e ao planejamento do desenvolvimento regional, baseados nas experiências dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, nas preocupações e pretensões dos programas de pesquisas cooperativas, intersetoriais, inster-institucionais, perpassam as questões apresentadas também na última obra do professor Dinizar (2003g), de que pesquisadores, planejadores e gestores do desenvolvimento regional trabalham de forma isolada e de que faltam informações e dados confiáveis passíveis de serem transformados em conhecimento, para possibilitar a formulação de estratégias de desenvolvimento regional (BECKER, 2000a).

Essas propostas perfazem a contextualização do movimento de transnacionalização econômica, considerando que as regiões são possibilitadoras da valorização do capital financeiro. As que proporcionam melhor valorização permanecem com esses capitais, até aparecerem novas regiões com condições de

valorização, e atraem esses capitais que migram conforme seus rendimentos. Em contrapartida, coexistem regiões que se solidificam por suas especificidades sociais, permitindo a continuidade das características sociais de cada lugar, baseadas nas condições culturais e ambientais.

Dinizar Becker enfatiza que existem possíveis desenvolvimentos, determinados, por um lado, pela necessidade de adequação ao movimento de transnacionalização do capital e, por outro, pela identidade de cada local a partir do desenvolvimento sócio-cultural-ambiental.

É essa necessidade-possibilidade constituidora desse 'novo' lugar (região) de desenvolvimento setorial-regional resultante: de um lado e setorialmente, da dinâmica econômica-corporativa de valorização do capital e de outro lado e regionalmente, da dinâmica socioambiental de valorização da vida que se propõe como tema do Programa de Pesquisa Cooperativo-Interinstitucional – Estudos Setoriais e Regionais comparados<sup>36</sup> (BECKER, 2000a, p. 26).

Considerando esses dois componentes, o professor Dinizar propõe uma “pesquisa cooperativo-interinstitucional” (BECKER, 2000a, p.25) baseada na possibilidade de coexistência de inúmeros modelos de desenvolvimento regional.

Para tanto, diante da consideração dos vários modelos de desenvolvimento, as regiões, tendo presente seus interesses e necessidades, constroem seu modelo, mas tem aquelas que se adaptam ao movimento da valorização do capital tão somente, não conseguindo construir algum modelo de desenvolvimento. Outras unem suas especificidades ao movimento global e constroem seus modelos a partir do melhor aproveitamento dos dois movimentos. Há também aquelas que não conseguem nenhum e nem outro e “tendem a desaparecer enquanto região (lugar) socioambiental e/ou lugar (região) econômico-corporativo de desenvolvimento” (BECKER, 2000a, p. 27).

A questão determinante é: Por que algumas regiões conseguem e outras não determinar seu próprio modelo de desenvolvimento? E mais, como é possível que

<sup>36</sup> “Objetivos gerais da Pesquisa: viabilizar interfaces comunicativas entre disciplinas-atividades através da construção de um instrumental teórico-metodológico [...] [que possibilite pesquisar as dinâmicas do desenvolvimento de cada região e comparar uns com os outros]; identificar e analisar os elementos diferenciadores das diferentes formas de articulação dos interesses socioambientais regionalizados de produção e reprodução da vida e destes com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados de produção e reprodução do capital financeiro; transformar dados e informações em conhecimento sobre as dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento regional do lugar; produzir conhecimentos comparados de diferentes lugares socioambientais e de diferentes lugares econômico-corporativos para subsidiar, qualificar e viabilizar processos decisório-estratégicos de construção do modelo próprio e específico de desenvolvimento setorial e regional de um determinado lugar” (Becker, 2000a, p. 28).

algumas consigam conciliar suas especificidades regionais e o movimento global para criar um modelo dinâmico e próspero de desenvolvimento?

Pensar os limites que desafiam o planejamento (BECKER, 1997d) passa, incontestavelmente, nos limites de pensar o futuro. Determinar o presente em função das perspectivas futuras é desafiador, já que o futuro é um componente incerto na dinâmica atual do desenvolvimento; as alterações contínuas e cada vez mais rápidas tanto dos aspectos quantitativos como dos aspectos qualitativos do desenvolvimento criam outro componente limitante, a incerteza, e, para tratar deste componente, o planejamento toma para si um componente de flexibilidade, “tornando-o, por necessidade, um processo por excelência, dinâmico e aberto, passível de mudanças, adequações, correções, entre outras, a cada momento, seja na sua concepção, seja na sua elaboração, seja na sua execução” (BECKER, 2000a, p.58).

Ao ser concebido como um processo aberto e flexível, o planejamento pressupõe um ponto de partida diferente das formas convencionais de se fazer planos. Parte-se das idéias ou do ideal, do sonho, do desejo, do futuro desejado, para só depois considerar o presente dado. Dessa forma, abre-se condições para se contrapor: potencialidades às necessidades; o futuro desejado ao presente dado; o sonho à realidade; as idéias aos interesses; a qualidade à quantidade; as alternativas de soluções aos problemas; as possibilidades às dificuldades; as oportunidades às ameaças, tendo presente que o sentido de determinação predominante deverá ser sempre do primeiro para o segundo termo (BECKER, 2000a, p.58).

Tendo por base esse princípio, o planejamento é concebido a partir do querer, do futuro desejável, e não do ter, do presente concreto.

Enfatizar e promover a participação cidadã têm tomado importância nas discussões sobre desenvolvimento regional, consideradas como fatores endógenos ao processo de desenvolvimento regional, movimento esse que se constrói em contrapartida às políticas públicas nacionais, pensadas a partir do contexto geral para o desenvolvimento do local, sendo a participação social considerada pequena. “Múltiplos argumentos têm sido apresentados [...], para defender a necessidade de uma participação ampla e efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das ações de governo, [...], como instrumento para a construção de uma sociedade mais dinâmica, mais justa e mais democrática” (BECKER e BANDEIRA, 2003b, p.11).

Para tanto, a discussão traz o conceito de capital social<sup>37</sup> como o conjunto de cidadãos que, confiando uns nos outros, produzem e conduzem a sociedade na qual estão inseridos para uma condição mais eficiente de seu desenvolvimento. Resultados positivos para o desenvolvimento que não existiriam em diferentes condições. Como fator relevante para o desenvolvimento do capital social tem-se os traços culturais de cada comunidade.

Para possibilitar o desenvolvimento regional, Becker e Bandeira (2003b) enfatizam que as iniciativas já concebidas tradicionalmente e aquelas inovadoras devem levar em conta e promover a acumulação do capital social, propiciando a participação dos vários atores sociais na busca de soluções de problemas de interesse comum.

A interação entre os diferentes segmentos da sociedade civil e a administração pública, por meio da participação local na formulação e na implementação das ações governamentais, deve ser vista como um instrumento importante para a consolidação de relações de confiança entre os atores sociais, políticos e econômicos, públicos e privados, contribuindo, portanto, a longo prazo, para a acumulação de capital social (BECKER e BANDEIRA, 2003b, p.16).

Essa participação cidadã contribui para solidificar as identidades regionais e surge da interação sócio-político-econômica, na qual os indivíduos, apesar de suas diferenças, possibilitam a identificação e o trabalho por interesses comuns. Nessas condições, as iniciativas deixam de ser tomadas por ações dos governos, que nem sempre são efetivas, e passam a ser das instituições, organizações, indivíduos de cada região.

Assim, o professor Dinizar propõe também para a discussão do planejamento do Vale do Taquari e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento uma análise da economia política do desenvolvimento a partir de Gramsci.

Perceber o desenvolvimento regional é considerar os aspectos da competitividade e da sustentabilidade como contraditórios e flexíveis, intermediando e possibilitando os vários e múltiplos modelos de desenvolvimento regional auto-sustentável.

---

<sup>37</sup> Capital social é tema de alguns artigos de Becker referenciados na bibliografia (2002c; 2003b; 2003h).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo destas páginas, mais perguntas foram surgindo do que respostas se conformando. Pensar uma questão tão complexa como a sustentabilidade é fazer parte daqueles que pensam a ciência social de forma relativa e provisória.

Ao reconhecimento de que não há um único e definido conceito para desenvolvimento, de que este pode ser utilizado na forma de resultados quantitativos do crescimento econômico até os indicadores qualitativos da sociedade para tratar do referido tema, tem-se como qualificação para o mesmo o adjetivo sustentável. Corresponde ao desenvolvimento sustentável, sendo empregado o adjetivo para um substantivo não definido e não acordado entre e intra grupos de teóricos, políticos e o senso comum.

Nessa condição, tratar do tema da sustentabilidade tornou-se possibilitador de levantar inúmeros aspectos, contrários, contraditórios, com várias formas de um mesmo termo que é utilizado atualmente em todos os ambientes, de todas as formas, justificando decisões e ações de empresários, políticos, cientistas, cidadãos em geral. Verifica-se inclusive a positiva relação de existirem inúmeros conceitos e concepções de sustentabilidade, a necessidade de uma única concepção e de um único e claro conceito poderiam retirar a forma complexa deste tema.

Se verificada a realidade, no entanto, nada mais justo que um termo complexo e multifacetado para tratar de um tema complexo, imbricado de ética, ideologias, crenças, atitudes e movimentos contraditórios de economistas e ambientalistas, de competitividade e sustentabilidade, de transnacionalização dos espaços econômicos e territorialização dos espaços sociais.

De qualquer forma, claro ou não, o tema da sustentabilidade firmou sua importância e relevância quando as atuais condições naturais, sociais, ambientais, tomaram forma nas últimas décadas. Em se tratando da sociedade: concentração de

renda, pobreza, epidemias, fome; em se tratando da economia: o esgotamento de recursos não renováveis; em se tratando da natureza: perda da biodiversidade, extinção de espécies, acúmulo de lixo tóxico, efeito estufa, aquecimento global e tantos outros fatores citados ao longo da dissertação. Em não tendo outros motivos além desses, já se justifica a necessidade da academia, dos empresários, dos cientistas, dos políticos e dos cidadãos em geral perceberem a questão ambiental de outra forma.

São em torno de quatro décadas que este tema é alvo de inúmeros debates, pensados tradicionalmente para atender as necessidades das atuais gerações sem comprometer o futuro das gerações que virão. Nesta, tem-se uma primeira questão, as discussões mundiais sempre se baseiam na relação do homem com a natureza e não na relação do homem como parte da natureza. Atender a necessidade das atuais e futuras gerações se trata de atender as necessidades da espécie humana. Mas, e se essas necessidades não condizerem com as necessidades da natureza, com as condições que a natureza impõe para gerir a sociedade?

Neste íterim percebe-se o antropocentrismo que imperou e impera em todas as discussões acerca do tema, com exceção dos grupos de ambientalistas, citados ao longo do trabalho, que baseavam suas propostas no biocentrismo, ou seja, na proposição de que a natureza deveria ser o centro de todas as decisões e ações.

Mesmo sem respostas para essa primeira questão, trazendo para um contexto real, talvez pudesse se dizer que devem ser pensadas as necessidades das atuais e futuras gerações, somadas as necessidades das atuais e futuras espécies, somadas as necessidades dos atuais e futuros biomas, somadas as necessidades atuais e futuras do Planeta.

O que ocorre até os dias atuais é que as discussões mundiais trazem a sustentabilidade como tema central, enfatizam questões específicas para serem tratadas, assumem compromissos e protocolos de intenções, mas algumas grandes economias não aceitam essas proposições, ou seja, não é um movimento global, embora a questão seja global. Ao mesmo tempo, outros tantos assumem, mas não cumprem seus compromissos.

O que se tem são ações isoladas no espaço e no tempo que ajudam em alguns aspectos, mas não mantêm outros, e mais, se as atitudes não forem globais,

a solução dos problemas ambientais e a possível sustentabilidade também não o será. E nesta condição tem-se mais uma questão a ser levantada: o desenvolvimento sustentável deve mesmo ser global ou pode-se ter o desenvolvimento sustentável pensado regionalmente? Este é o tema que alguns autores citados nesta dissertação enfatizam, em especial um autor, cuja obra é o principal objeto de análise desta dissertação, o professor Dinizar Becker. Para este poderia e deveria haver múltiplos e diversos modelos de desenvolvimento sustentável regional.

Tratado a partir da concepção da contradição do próprio sistema capitalista, que nega suas regras, o desenvolvimento configura-se como movimento, como processo, percebido de forma diferenciado para cada localidade, para cada região.

O presente trabalho se ateve a identificar e sistematizar concepções diversas de sustentabilidade. Foram identificadas oito concepções, duas delas incrédulas no movimento atual, a ecologia natural e a que crê na inviabilidade de sustentabilidade neste sistema capitalista de produção, e, outras seis que permeiam a racionalidade econômica, a economia ecológica, as concepções que balizam suas afirmações a partir da ação dos cidadãos ou do planejamento político, até aquelas que promovem a interdisciplinaridade do desenvolvimento e a racionalidade ambiental.

Identificadas convergências e divergências, percebe-se que a racionalidade ambiental, apesar de parecer a mais utópica, é a que propõe ser a mais complexa, que sugere nova ciência que geraria o conhecimento a partir de um saber ambiental, ou seja, seria nova racionalidade ambiental sobre todas as coisas do Planeta baseada em uma ética ambiental, que possibilita sentido para as relações humanas, provém da formação da sociedade e suas interações integradas às visões de mundo, modos de conhecimento, paradigmas, saberes, ciências. A ética não está nos valores ou moral do encontro das sociedades, e sim na racionalidade ambiental.

Dessa forma, o trabalho responde a primeira pergunta da pesquisa: Quais divergências e/ou convergências são identificadas nas abordagens do tema da sustentabilidade nas discussões sobre desenvolvimento? E, respondendo esta, responde as perguntas secundárias desta questão: (1) É possível identificar correntes diferentes nas abordagens da sustentabilidade na discussão sobre desenvolvimento?; (2) Quais são as discussões sobre desenvolvimento sustentável

nas ciências humanas e sociais aplicadas?; (3) Como o tema da sustentabilidade é tratado nas ciências humanas e sociais aplicadas?

Tem-se, no entanto, uma segunda pergunta principal que possui uma questão secundária a ser respondida para então tentar responder a questão principal: Como o tema da sustentabilidade é tratado na obra de Dinizar Becker?

Para responder a essa questão, toda a obra do professor Dinizar Becker foi visitada, lida e sistematizada. Assim, se construiu uma linha de raciocínio que, para ser mais explícita, iniciou tratando de quais eram as fundamentações teóricas da construção científica de tal autor.

O tema base de todas as suas teses é o desenvolvimento regional. Foi na crença da possibilidade e viabilidade do desenvolvimento contemporâneo regional que o professor Dinizar Becker galgou sua carreira acadêmica, científica e político-institucional.

Suas obras fundamentam-se nas considerações acerca da economia política, vista a partir da relação dos homens entre si, com a natureza pertencendo a uma história de passado e presente que possibilitam o futuro, considerando a organização social, política e econômica de cada região. Economia política do desenvolvimento contemporâneo promovido na relação entre o movimento global do capital e regional do social-cultural-ambiental e na viabilidade da atuação e participação social para um sustentável desenvolvimento regional.

Economia política que, ao longo de sua obra, criou um modelo de análise que estava por se confirmar em seu último livro, que permaneceu no prelo<sup>38</sup>, a partir da teoria gramsciana, no qual busca defender uma relação dialética entre global e local, sendo esta relação mediada pela política, na qual há um movimento contraditório entre a ação do global, o mercado, e uma reação do local, a territorialização da força de trabalho, quando um influencia no outro, ou seja, o global interfere e abre possibilidades para o local e o local interfere e abre possibilidades para o global,

<sup>38</sup> A partir do entendimento de que uma obra como a do Professor Dinizar, não deve ficar sem ser conhecida e reconhecida mundialmente, há, numa fase inicial, um trabalho, coordenado pelos professores Valdir Roque Dallabrida e Pedro Silveira Bandeira, com proposta de prefácio do professor Cadima Ribeiro, da Universidade do Minho, Portugal (orientador na seu pós-doutorado), que organizará em um livro, toda a obra do autor em referência. O livro deverá estar no mercado entre o final de 2008 e o primeiro semestre de 2009.

relação esta que é a mediada pela síntese político-institucional. É do movimento dialético entre tese e antítese, entre transnacionalização econômico-financeira e regionalização sociocultural, que surge o movimento de síntese da flexibilização político-institucional.

Melhor explicitando, existe na sociedade contemporânea um movimento de transnacionalização econômico-financeira que é o movimento de ação da sociedade global, dos grandes conglomerados corporativos, das empresas multinacionais, dos capitais financeiros mundializados. Tal movimento de transnacionalização, ao mesmo tempo que generaliza, que globaliza, que mundializa, permite a viabilização das regiões, permite o surgimento de múltiplos modelos de desenvolvimento contemporâneo. Ou seja, da mesma forma que esse movimento mundial iguala as sociedades, as transforma em regiões possibilitadoras do acúmulo de capital, abre possibilidades para a diferenciação regional, para a inserção de cada região de forma diferenciada neste processo mundializado.

Esse movimento promove a competitividade regional, pois é a competitividade, considerando os aspectos específicos de cada região, sejam eles econômicos, financeiros, sociais, culturais, ambientais, que faz com que as regiões possam fazer parte deste movimento global e atrair capitais.

Tal competitividade as regiões demonstram por meio de suas estruturas organizacionais e nas inovações tecnológicas que as cercam, nas condições ambientais, na qualidade de vida e na participação cidadã ativa. Essas regiões, que são capazes de determinar, dentro de seu território, a forma de definição de suas estratégias competitivas para inserir-se no movimento mundial de transnacionalização econômico-financeira, conseguem diferenciar-se e construir vantagens competitivas.

Na tese, a competitividade é a consolidação da transnacionalização econômico-financeira, pois, da mesma forma que esta generaliza, abre espaço para as regiões agirem ativamente para a atração destes capitais, utilizando-se de suas próprias forças econômicas, tecnológicas, sociais, ambientais e políticas.

No contramovimento da tese da transnacionalização surge a antítese da territorialização da força de trabalho que permite a regionalização sócio-cultural-ambiental. Ou seja, o movimento da mundialização dos capitais busca os locais mais

atrativos para sua valorização, enquanto a força de trabalho permanece, em sua maioria, fixa ao seu território, fazendo com que as possibilidades de valorização sejam menores.

Para tanto, a regionalização social (cultural) e ambiental (natural) possibilita a cada região promover seu próprio desenvolvimento regional. Possibilitada pelo movimento geral de transnacionalização, a regionalização utiliza-se de suas especificidades para promover múltiplos modelos de desenvolvimento que contrapõem e complementam o movimento global.

A cultura é entendida aqui como a relação dos homens entre si e com a natureza local e o ambiente como possibilitador ou limitador da inserção das localidades no movimento mundial. Isto é, a regionalização social dos grupos que possuem vínculos e identificações específicas dentro de cada sociedade local (regional).

Para conformar e viabilizar essa regionalização social, a antítese ao movimento transnacional exacerba o movimento da sustentabilidade, concebido a partir da coexistência das condições biológicas, culturais e tecnológicas de cada sociedade, determinada a partir das especificidades culturais, éticas e ambientais de cada local, de cada região, que podem ou não serem utilizadas como possibilitadoras do desenvolvimento regional.

O autor Dinizar Becker identifica três movimentos do desenvolvimento sustentável, um baseado na concepção que neste trabalho é chamada de economia ecológica e que o professor Dinizar denomina de receita racionalizadora dos recursos naturais, que contrapõem o movimento, que neste trabalho é designado de ecologia natural e que o professor Dinizar identifica como bandeira de luta dos desencantados com os encantos da modernidade. Mas é no modelo que define como utopia desenvolvimentista que o autor enfatiza a viabilidade do desenvolvimento regional sustentável, no qual cada região determina, considerando suas especificidades e identidades culturais, sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e ambientais, como irá se inserir no processo de desenvolvimento mundial, possibilitando um desenvolvimento regional auto-sustentável, considerando as atuais e as futuras gerações.

Trata-se da explicação da tese da transnacionalização econômico-financeira consolidada na inserção competitiva regional, em busca de atração destes capitais e uma antítese de regionalização dos espaços sociais (cultural e ambiental), que possibilita o desenvolvimento regional sustentável considerando as identidades do local.

Para mediar essa relação, de competitividade e sustentabilidade, existe o que Gramsci chama de dimensão política e o professor Dinizar de flexibilização político-institucional. Compreende a relação dialética entre o movimento global e o contramovimento regional, complementares e contraditórios e que necessitam de uma força hegemônica, ideológica, a condição política do desenvolvimento regional.

É nesta mediação que os múltiplos modelos de desenvolvimento sustentável regional são viabilizados. Os preconizadores dessa condição político-institucional são os cidadãos, cidadãos participantes, atuantes, considerados a partir da condição de capital social, que fazem a diferença de cada local.

Flexibilização que pode, em alguns momentos, conformar a região com o movimento global e, em outros, com o movimento sustentável, partindo sempre dos princípios regionais de identidade social, cultural, tecnológica, ambiental, econômica, política e ética. Flexibilização que estará na condição de interventora da relação do global e do local, na qual os dois influenciam e são influenciados.

Por fim, o professor Dinizar salienta que existem regiões que nunca conhecerão o desenvolvimento regional, outras que farão parte só do movimento, e ainda terão aquelas que só farão parte do contramovimento. O autor aponta que o ideal possível para uma região se desenvolver é ser diferente socialmente (ambiental + cultural), ter diversidade econômica viabilizadora da sua competitividade e ter pluralidade ética, ideológica e política.

Mas ainda deve ser respondida a segunda pergunta: O autor Dinizar Becker tratou do tema da sustentabilidade com originalidade, com identidade própria? Para tanto, faz-se uma análise da relação das concepções de sustentabilidade, das convergências e divergências identificadas com a concepção de sustentabilidade do professor Dinizar Becker.

Em se tratando da obra do professor Dinizar Becker, percebe-se que ele utiliza como base o mesmo conceito utilizado pela maioria dos teóricos - o atendimento das necessidades das atuais gerações sem comprometer as futuras gerações.

Não se identifica com as concepções mais extremistas, de defesa incondicional da natureza, até porque sua obra é baseada no homem e não na biodiversidade e com a concepção de inviabilidade do sistema capitalista de produção. Apesar de ter presente que este sistema de produção é o que promove a homogeneização, a transnacionalização econômico-financeira, conforme sua tese, o autor não acredita que isso inviabilize por completo o desenvolvimento sustentável. Enfatiza sim que existem algumas regiões que farão parte deste modelo geral e mundializado, as quais não poderão se desenvolver sustentavelmente, mas que, como se trata de múltiplos e possíveis modelos de desenvolvimento, haverá outras regiões viabilizadoras do desenvolvimento regional sustentável.

Discorda da concepção da racionalidade econômica que, como visto, não se identifica com nenhuma outra concepção. É um crítico do movimento da racionalidade econômica que entende as questões não somente naturais, mas também as questões sociais, culturais, ambientais como externalidades ao modelo de desenvolvimento econômico viável e sustentado.

Agora, utiliza-se muito da concepção da economia ecológica quando esta faz parte de um desenvolvimento regional sustentável, que possui condições tecnológicas de uso racional dos recursos e de sistemas eficientes de valoração dos recursos naturais. Além disso, a concepção de cidadania ambiental está diretamente imbricada na concepção defendida pelo autor, de capital social, na qual o cidadão atuante e participante definirá o tipo de desenvolvimento de sua região.

Também o contexto político mediador da flexibilização identificada pelo autor é, indiretamente, neste caso, tratada na concepção do planejamento político identificado neste trabalho. Indiretamente, pois a concepção do planejamento político defende que as organizações político-institucionais é que serão as preconizadoras do desenvolvimento sustentável e o professor Dinizar propõe uma visão muito mais ampla, de mediação do movimento global econômico-financeiro e do contramovimento social-cultural-ambiental.

Por fim, mas não por último, a concepção da interdisciplinaridade do desenvolvimento, considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos, éticos, ambientais, culturais e tecnológicos, está internalizada em toda construção teórica do professor Dinizar. Quando o autor trata do desenvolvimento regional sustentável, parte dos mesmos princípios diferenciadores e diferenciados do desenvolvimento, mas, com uma diferença, salienta a viabilidade dos múltiplos modelos de desenvolvimento e que destes fatores se utilizam as regiões para possibilitar os múltiplos modelos de desenvolvimento.

Considera os aspectos econômicos e tecnológicos mais voltados à visão da competitividade regional e os aspectos sociais, éticos, ambientais e culturais identificados com a regionalização social, a sustentabilidade. E, por fim, os aspectos políticos que na concepção da interdisciplinaridade estão na mesma condição de equilíbrio dos outros fatores, para o autor, são a mediação entre competitividade e sustentabilidade, ou seja, a flexibilização do desenvolvimento regional sustentável.

No entanto e por enquanto, não foi percebida convergência com a concepção da racionalidade ambiental. Imagina-se que os motivos que levam a essa afirmação são de que o professor Dinizar tinha sua discussão voltada para o desenvolvimento regional, mais real e menos lúdico.

Mesmo utilizando-se de várias das concepções de sustentabilidade apresentadas neste trabalho, o professor Dinizar **fez uma construção própria de sustentabilidade**. Não que esta seja a mais correta ou menos correta, ou a mais ampla ou menos ampla, ou a mais viável ou a menos viável, e sim, uma concepção de sustentabilidade com identidade própria, com originalidade, pois preconizou um desenvolvimento a partir da região que pode ser sustentável quando a relação dialética entre competitividade e sustentabilidade forem mediadas pela flexibilização, por uma força político-institucional que possibilitará às regiões terem seus modelos de desenvolvimento.

Sustentabilidade pensada a partir das questões naturais, para o autor, é parte de um processo mais amplo de sustentabilidade no qual fatores sociais, culturais, ambientais, naturais, éticos e fatores econômicos, tecnológicos são mediados por fatores políticos.

Todas as concepções aqui apresentadas só são necessárias como tal, pois não existem na atualidade como forma de pensar, agir e propor o desenvolvimento contemporâneo. A racionalidade ambiental parece ser a forma menos prática, mas mais complexa, ampla e integradora das visões do desenvolvimento sustentável. No entanto, a forma proposta pelo professor Dinizar, apesar de possuir uma visão imbricada no antropocentrismo, possibilita vislumbrar alternativas regionais do desenvolvimento, que, aceitando a tese que a transnacionalização possibilita inúmeros e múltiplos modelos de desenvolvimento, o local, a região, utiliza-se de suas identidades, de suas características específicas para promover a sustentabilidade de seu desenvolvimento.

Pensar o desenvolvimento regional, considerando aspectos econômicos (competitividade), sociais (sustentabilidade), mediados pela condição político-ético-ideológica (flexibilidade), é considerar o local e o global na condição dialética de ser, considerando o passado e tendo as perspectivas futuras de cada região. Para tanto, o diferencial de cada local é que determinará o tipo de desenvolvimento que terá.

Talvez não seja possível um desenvolvimento sustentável global, mas talvez seja possível, sim, múltiplos modelos de desenvolvimento sustentável regional, construídos regionalmente.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 104-127.

AMAZONAS, M. de C. Desenvolvimento sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica. In: NOBRE, M.; \_\_\_\_\_. (orgs.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002, p. 107-279. Parte II.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. BECKER, D. e BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional. Determinantes e desafios contemporâneos**. v. 1. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p.23-128.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARTELMUS, P. A contabilidade verde para o desenvolvimento sustentável. In: MAY, P. H.; MOTTA, R. S. da (orgs.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. p. 157-104.

BECKER, D. **A economia política do arroz: uma análise da conformação do CAI do arroz irrigado do Rio Grande do Sul**. 1992. Tese (Doutorado). Unicamp, Campinas - SP, 1992.

\_\_\_\_\_. A economia política do Vale do Taquari: uma análise da dinâmica do processo de desenvolvimento regional. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 01, n. 01, 1994a. p.1-42.

\_\_\_\_\_. *et al.* Plano de Ação Integrada Pró-Desenvolvimento (Projeto). Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 01, n.01, 1994b. p.59-85.

\_\_\_\_\_. **Textos para Discussão n° 001**. As reformas de 1964 a 1967. Jan/1995a, não publicado.

\_\_\_\_\_. **Textos para Discussão n° 002**. O mercado de trabalho do economista: uma contribuição para o debate. Jan/1995b, não publicado.

\_\_\_\_\_. **Textos para Discussão n° 003**. Notas sobre os papéis e funções do estado capitalista. Jan/1995c, não publicado.

\_\_\_\_\_. **Textos para Discussão n° 005**. Repensando economia I. Jan/1995d, não publicado.

\_\_\_\_\_. **Textos para Discussão n° 006**. Repensando economia II. Jan/1995e, não publicado.

\_\_\_\_\_. **Textos para Discussão n° 009**. A pesquisa econômica: uma nota introdutória ao método de pesquisa monográfica em economia. Fev/1995f, não publicado.

\_\_\_\_\_. **Eta Vale competitivo**. Série Projeto n° 000. Maio/1995g, não publicado.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT** (parte I – qualitativa; Lajeado: Fates, 1995h.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT** (parte II – quantitativa). Lajeado: Fates, 1995i.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Contemporâneo: processo de globalização e/ou fragmentação? Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 02, n. 01, 1995j. p.1-24.

\_\_\_\_\_. Competitividade: um novo padrão de produção e consumo mundial. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 02, n. 02, 1995k p.1-24; vol. 10, n. 02, 2003. p.167-193.

\_\_\_\_\_. Competitividade: um novo padrão de desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: **Redes**. v. 1, n. 1, 1996a, p.09-55.

\_\_\_\_\_. Competitividade: um novo padrão ambiental de desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: **Redes**, v. 1, n. 1, 1996b, p.107-112.

\_\_\_\_\_. Competitividade: um novo padrão de regulação e/ou normalização. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 03, n. 01, 1996c; vol. 10, n. 02, 2003. p. 197-212.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: **Redes**, v. 1, n. 2, 1996d. p.17-73.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade: os (des)caminhos da regionalização social. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 03/04, n. 02/01, 1996/7; vol. 11, n. 01, 2004.

\_\_\_\_\_. Competitividade do setor leiteiro do Vale do Taquari. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 4, n. 2, 1997a, p. 7-33.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Taquari** - CODEVAT (parte III - diagnóstico x estratégias de ação - parte IV - organização da ação). Lajeado: Fates, 1997b.

\_\_\_\_\_. Competitividade: o (des)caminho da globalização econômica. Passo Fundo: **Teoria e Evidência Econômica**, v. 5, n. 9, 1997c, p. 7-26.

\_\_\_\_\_. Os limites desafiadores do planejamento. Lajeado: **Estudo & Debate**, v. 5, n. 2, 1998. p. 29-46. Santa Cruz do Sul: **Redes**, vol.3, n.02, dez./1998, p. 87-105. Erechim: **Perspectiva**, v. 22, n. 79, 1997d. p. 87-112.

\_\_\_\_\_. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. Santa Cruz do Sul: **Redes**. v. 3, n. 2, 1998, p. 71-85. Lajeado: **Estudos & Debate**, v. 5, n. 1, 1998a. p. 29-46.

\_\_\_\_\_. **A economia política contemporânea**: algumas considerações lógico-metodológicas. 1998b, não publicado.

\_\_\_\_\_. **Políticas de Desenvolvimento para o Vale do Taquari** - CODEVAT (Estratégia). Lajeado: Fates, 1998c. Documentos.

\_\_\_\_\_. **Políticas de Desenvolvimento para o Vale do Taquari** - CODEVAT (Turismo). Lajeado: Fates, 1998d. Documentos.

\_\_\_\_\_. (org.). **Competitividade: o (des)caminho da globalização**. Lajeado: Fates, 1998e.

\_\_\_\_\_. A economia política do desenvolvimento contemporâneo - algumas considerações teórico-históricas. Lajeado: **Estudos & Debate**, v. 6, n. 2, 1999a. p. 41-54. Santa Cruz do Sul: **Redes**, vol.5, n.02, 2000. p.41-62. Santa Maria: **Extensão Rural**, ano VIII, 2001. p.35-51.

\_\_\_\_\_. Estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: **Redes**. v. 4, n. 1, 1999b, p. 91-135.

\_\_\_\_\_. Estudos regionais comparados: reflexões sobre o capital social. Santa Cruz do Sul: **Redes** v. 8, n. 1, jan./abr. 2003, p.151-163. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 06, n. 01, 1999c. p. 7-40.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade do desenvolvimento: receita racionalizadora, bandeira de luta ou utopia desenvolvimentista. Braga, Portugal: Universidade do Minho: **Cadernos de Estudos Municipais**, 1999d. p. 225-242.

\_\_\_\_\_. **Os (des)caminhos do desenvolvimento contemporâneo: competitividade, sustentabilidade, flexibilidade**. 1999e. Não publicado.

\_\_\_\_\_. **Políticas de desenvolvimento para o Vale do Taquari - CODEVAT (Educação/Plurianual)**. Lajeado: Fates, 1999f. Documentos.

\_\_\_\_\_. **Pró-RS - estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. Lajeado: Fates, 1999 (Documentos). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999g.

\_\_\_\_\_. **Perfil tecnológico de setores industriais do Vale do Taquari - RS - CODEVAT**. Lajeado - RS: Fates, 1999g. Documentos.

\_\_\_\_\_. **REDENEP: a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional**. Lajeado: UNIVATES, 2000a.

\_\_\_\_\_.; BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional. Determinantes e desafios contemporâneos**. v. 1. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000b.

\_\_\_\_\_. O rasgo contemporâneo da lógica dialética - uma concepção metodológica para a análise qualitativa do processo de desenvolvimento local-regional. Lajeado:

**Estudo & Debate**, ano 7, n. 01/02, 2000. Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul: **Revista PGE** n. 54, 2001. Santa Cruz do Sul: **Redes**, v. 5, n. 2, 2000c, p. 41-62.

\_\_\_\_\_. A insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável. Santa Cruz do Sul: **Estudos do CEPE**, n. 12, p. 23-46, jul./dez. 2000. p.23-46. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 07, n.01/02, 2000d. p. 37-66.; v.11, n.01, 2004. p. 175-195.

\_\_\_\_\_. Os velhos e os novos desafios lógico-metodológicos na análise qualitativa do desenvolvimento local-regional. Santa Cruz do Sul: **Estudos do Cepe**, n.11, 2000e. p. 99-111; In: DALLABRIDA, V. **Desenvolvimento Regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Unijuí, 2000.

\_\_\_\_\_. **O conhecimento se fazendo**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000f. Não publicado.

\_\_\_\_\_. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo. Santa Cruz do Sul: **Redes**. v. 6, n. 3, 2001a, p.7-46.

\_\_\_\_\_. A economia política dos direitos fundamentais: uma aproximação teórica dos fundamentos econômicos dos direitos fundamentais. In: LEAL, R. G.; ARAUJO, L. E. B. de. (orgs.). **Direitos Sociais & Políticas Públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001b. p.315-364.

\_\_\_\_\_. Economia política neogramsciana I – uma primeira aproximação exploratória de uma economia política de contexto. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 08, n. 02, 2001c. p. 57-115.

\_\_\_\_\_. (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002a.

\_\_\_\_\_. A economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo. Santa Cruz do Sul: **Redes**, v. 7, n. 3, set./dez. 2002b, p.35-59.

\_\_\_\_\_. Capital social: um “novo” (velho) paradigma de organização social dos diferentes processos de desenvolvimento regional. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 09, n. 01, 2002c. p.7-26.

\_\_\_\_\_.; BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional**. Respostas regionais aos desafios da globalização. v. 2. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002d.

\_\_\_\_\_. **Pró-RS II**. Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. 2 vols. (Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002e.

\_\_\_\_\_.; WITTMANN, M. L. (orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003a.

\_\_\_\_\_. Participação social e cidadã no desenvolvimento regional contemporâneo. In: \_\_\_\_\_.; BANDEIRA, P. **Programa de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião da metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003b.

\_\_\_\_\_. A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In: \_\_\_\_\_.; WITTMANN, M. L. (orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003<sup>a</sup>. P.67-115.

\_\_\_\_\_. **A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo**: em busca de novos fundamentos teórico-metodológicos para entender as diferentes dinâmicas de regionalização do desenvolvimento contemporâneo. 2003d. Não publicado, no prelo.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo contemporâneo na organização social do desenvolvimento regional**: a experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Brasil. Não publicado. 2003f.

\_\_\_\_\_. **Os (des)caminhos do desenvolvimento contemporâneo**: a competitividade, a sustentabilidade e a flexibilidade na conformação das dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento regional. 2003g. No prelo.

\_\_\_\_\_. **Capital social**: uma derivação da economia de mercado e/ou uma retomada dos valores essenciais à vida humana?. 2003h. No prelo.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 41-55.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 29-40.

\_\_\_\_\_. Pressão modernizante, Estado territorial e sustentabilidade. In: CAVALCANTI, C (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001, p.112-130.

BUARQUE, C. O pensamento em um mundo Terceiro Mundo. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.57-80.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMARGO, L. H. R. de. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CARVALHO, M. C. M. de. (org.). **Construindo o saber – metodologia científica: fundamentos e técnicas**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

CAVALCANTI, C. Breve introdução à economia da sustentabilidade. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995a. p. 17-28.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995b. p. 153-176.

\_\_\_\_\_. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 21-40.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COMUNE, A. E. Meio ambiente, economia e economistas. In: MAY, P. H.; MOTTA, R. S. da (orgs.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. p. 45-58.

COSTANZA, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P. H.; MOTTA, R. S. da (orgs.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. p. 111-139.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol.XI, n.245. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm>>. Acesso em: 08 de abril. 2008.

DALY, H. E. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 179-192.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000b.

ECO, H. **Como se faz uma tese**. 20. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, L. da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995. p. 13-36.

FURLAN, V. I. O estudo de textos teóricos. In: CARVALHO, M. C. M. de. (org.). **Construindo o saber** – metodologia científica: fundamentos e técnicas. Campinas, SP: Papyrus, 1989, p. 119-128.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULET, D. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 72-82.

HAWKEN, P. *et al.* **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 1999.

HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LA INSIGNIA. **Rio + 10**: II Cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <[http://www.lainsignia.org/2002/octubre/ecol\\_002.htm](http://www.lainsignia.org/2002/octubre/ecol_002.htm)>. Acesso em: 12 de jan. 2008.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEIS, H. R. (org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes/AIRI-PUC-Rio, 1991.

\_\_\_\_\_. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E.J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995. p. 07-14.

\_\_\_\_\_. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p.77-103.

LEONARDI, M. L. A sociedade global e a questão ambiental. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 195-207.

LUSTOSA, M. C. J. *et al.* Política ambiental. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003a, p. 135-153.

\_\_\_\_\_. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003b, p.155-172.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. Ijuí: Unijuí, 2001.

MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

MATALLO Jr., H. A problemática do conhecimento. In: CARVALHO, M. C. M. de. (org.). **Construindo o saber – metodologia científica: fundamentos e técnicas**. Campinas, SP: Papyrus, 1989, p. 13-28.

MAWHINNEY, M. **Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico**. São Paulo: Loyola, 2002.

MAY, P. H. Economia ecológica e o desenvolvimento eqüitativo no Brasil. In: CAVALCANTI, C (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1995. p. 235-255.

\_\_\_\_\_; MOTTA, R. S. da (orgs.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Contabilizando o consumo de capital natural. In: MAY, P. H.; MOTTA, R. S. da (orgs.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Campus, 1993. p. 177-194.

\_\_\_\_\_; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. **Economia do meio ambiente: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MENDES, A. D. Breve itinerário dos ecossistemas à ecopoesia. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1995. p. 54-76.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINC, C. **Ecologia e cidadania.** São Paulo: Moderna, 2005.

MORIN, E. Uma mundialização plural. In: MORAES, D. de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ciência com consciência.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_.; KERN, A. B. **Terra-Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. **La división de Desarrollo Sostenible de la ONU: ¿Quiénes somos?.** Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/esa/desa/aboutus/dsd.html>>. Acesso em: 12 de jan. 2008

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: \_\_\_\_\_.; AMAZONAS, M. de C. (orgs.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito.** Brasília: IBAMA, 2002, p. 21-106. Parte I.

NORGAARD, R. Valoração ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 83-92.

ORTIZ, R. A. Valoração econômica ambiental. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 81-99.

PADUA, E. M. M. de. O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, M. C. M. de. (org.). **Construindo o saber – metodologia científica: fundamentos e técnicas**. Campinas, SP: Papyrus, 1989, p. 147-170.

PANAYOTOU, T. **Mercados verdes: a economia do desenvolvimento alternativo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.

PARIKH, J. *et al.* Padrões de consumo: a força propulsora do esgotamento ambiental. In: MAY, P. H.; MOTTA, R. S. da (orgs.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. p. 01-09.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PROOPS, J. *et al.* Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 104-111.

RATTNER, H. Desenvolvimento sustentável – tendências e perspectivas. In: MAGALHÃES, L. E. (coord.). **A questão ambiental**. São Paulo: Terragraph, 1994. p.33-46.

\_\_\_\_\_. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

ROCHA, J. M. Uma utopia possível ou obviedades consensuais? Resenha crítica do livro “Desenvolvimento como liberdade”, de Amartya Sen”. Lajeado: **Estudo & Debate**. ano 8, n.1, 2001, p.251-257.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 1-29.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 15-33.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.29-56.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1988.

SEKIGUCHI, C.; PIRES, E. L. S. Agenda para uma economia política da sustentabilidade: potencialidades e limites para o seu desenvolvimento no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 195-207.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAFY, S. E. Contabilidade verde e política econômica. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 193-214.

SHENG, F. Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001. p.165-178.

SHIKI, S. de F. N. Alguns elementos para o debate: desenvolvimento local sustentável. In: RUSCHEINSKY, A. (org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.79-87.

SINGER, P. **O que é economia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 104-127.

STROH, P. Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 276-292.

TOLMASQUIM, M. T. Economia do meio ambiente: forças e fraquezas. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 323-344.

UNESCO. **Meio ambiente y desenvolvimento em regiões costeiras e pequenas ilhas: uma base para agir**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/csi/intro/brochp6.htm>>. Acesso em: 12 de jan. 2008.

UNGER, N. M. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade**. São Paulo: Loyola, 2000.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Senac, 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil e a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, P.F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990): contribuição ao mapeamento e à avaliação crítica preliminares do esforço de pesquisa. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. p. 103-148.

\_\_\_\_\_. Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 293-322.

\_\_\_\_\_. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E.J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995. p.15-44.

VIOLA, E.J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

VIOLA, E.J.; LEIS, H.R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995. p. 73-102.

YOUNG, C. E. F. Contabilidade ambiental nacional: fundamentos teóricos e aplicação empírica no Brasil. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 101-132.